



**Presidência do Conselho de Ministros
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Centro**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2014

Título

Relatório de Atividades 2014

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Edição

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Rua Bernardim Ribeiro, 80

3000-069 Coimbra, Portugal

Tel.: 239 400 100

Fax: 239 400 115

E-mail: geral@ccdrc.pt

url: <http://www.ccdrc.pt>

url: <http://www.maiscentro.qren.pt>

url: <http://>

Presidência da CCDRC/Mais Centro/Centro 2020

Ana Abrunhosa (Presidente da CCDRC e Presidente da Comissão Diretiva do Centro 2020)

Luís Filipe Caetano (Vice-Presidente)

António Veiga Simão (Vice-Presidente)

Isabel Damasceno (Vogal Centro 2020)

Jorge Brandão (Vogal Centro2020)

Contribuição dos Serviços

Ana Paula Martins

Adelaide Loio

Alexandra Rodrigues

Alice Paulo

Ana Sousa

Cláudia Araújo

João Medeiros

José Laia Rodrigues

Luís Filipe

Margarida Bento

Maria de Lourdes Castro e Sousa

Maria José Castanheira Neves

Miguel Leão

Nuno Cortez

Orlindo Vicente

Pedro Geirinhas

Rufina Vilão

Data de edição

Maio de 2015

<i>I - NOTA INTRODUTÓRIA</i>	4
<i>II - AUTOAVALIAÇÃO</i>	6
Análise do QUAR 2014.....	6
Análise dos Objetivos Operacionais	6
Análise dos Meios Disponíveis.....	15
Análise das Fontes de Verificação	18
Análise ao Plano de Atividades.....	20
Grau de cumprimento por unidade orgânica	21
<i>III – MAIS CENTRO</i>	34
<i>IV – COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA</i>	47
<i>V – RECURSOS HUMANOS</i>	55
<i>VI – FORMAÇÃO</i>	59
<i>VII – AVALIAÇÃO FINAL</i>	62
<i>VIII – ANEXOS</i>	63
<i>ANEXO 1</i>	64
<i>ANÁLISE ORÇAMENTAL</i>	65
Financiamento da Despesa.....	65
Recebimentos e Pagamentos	67
Indicadores de despesa	67
<i>ANÁLISE DOS PROJETOS PIDDAC</i>	68
Orçamento da receita.....	68
Orçamento da despesa.....	69
<i>ANÁLISE PATRIMONIAL</i>	70
Demonstração de resultados.....	70
Balançaço	73
<i>ANEXO 2</i>	76
<i>ANEXO 3</i>	109
<i>ANEXO 4</i>	117



O ano de 2014 foi particularmente importante e exigente para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). Por um lado, foi nomeada para a CCDRC uma nova Presidência (Presidente e Vice-Presidentes). Por outro, culminou em 2014 um período de planeamento estratégico da CCDRC, em que se envolveram os principais *stakeholders* da Região, com a elaboração do Plano de Ação Regional e com o início do processo de definição da Estratégia de Especialização Inteligente da Região, documentos essenciais para a preparação e apresentação do Programa Operacional do Centro 2014-2020 à Comissão Europeia, que foi aprovado no final do ano.

A Direção de Serviços de Ambiente dedicou especial enfoque ao garante da prestação de um serviço de excelência na execução das políticas ambientais a nível regional, sustentado na participação ativa em vários grupos de trabalho nacionais destinados à harmonização de procedimentos normativos, na eficiência e qualidade de resposta às solicitações, com reconhecimento das entidades parceiras, agentes económicos e cidadãos e ainda na consolidação das ações de sensibilização ambiental.

A Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL) elaborou e publicou, no âmbito do apoio técnico que presta às autarquias locais, um «*Guia de Apoio aos Autarcas na Gestão Económico-Financeira das Freguesias da Região Centro*».

Considera-se relevante a elaboração de um guia que sintetiza, enquadra e apresenta soluções técnicas para as questões mais problematizadas da gestão das Freguesias.

Este guia foi publicitado em dois Seminários realizados em Coimbra e na Guarda, em que foram oradores Técnicos desta Direção de Serviços.

Realce-se, ainda, o relevante esforço e o trabalho realizado na DSAJAL, a nível de processos de contraordenações ambientais, com a instrução de 923 processos e a conseqüente redução das pendências destes processos para cerca de metade.

A publicação de instrumentos legislativos estruturantes para ordenamento do território, como sejam a nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, as alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, bem como a preparação do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e a alteração de um conjunto de outros regimes setoriais, marcaram profundamente a atividade da Direção de Serviços de Ordenamento do Território, exigindo, não só, um profundo trabalho de análise tendo em vista a

elaboração de contributos no âmbito da preparação dos referidos diplomas, como implicaram o desenvolvimento de 41 processos de revisão de PDM e respetivas delimitações da REN, que se encontram em fase final de aprovação. Efetivamente, os regimes transitórios constantes da lei de bases e do próprio regime jurídico da REN serviram de argumento à CCDR para incentivar os municípios para a urgência da conclusão destes processos de planeamento, o que se traduziu num acréscimo de 127% nos PDM publicados, passando-se de 11 PDM aprovados até final de 2013 para 24.

A CCDRC estabeleceu objetivos exigentes para o ano de 2014, visando a melhoria dos processos internos, prestar um melhor serviços aos utilizadores dos seus serviços e procurando promover uma boa imagem da Região. Estes objetivos implicaram um grande empenho, envolvimento e esforço dos Dirigentes e Trabalhadores da CCDRC. Os resultados obtidos permitem-me propor, num exercício de autoavaliação, a menção de Desempenho BOM para a CCDRC para o ano de 2014.



No presente capítulo é cumprido o estabelecido no Artigo 15º - “Autoavaliação” da Lei n.º 66-B/2008, de 28 de dezembro de 2008, onde se prevê que a autoavaliação dos serviços constitua um exercício que pretende evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) do serviço, em particular, face aos objetivos anualmente fixados.

Análise do QUAR 2014

A Missão definida foi a seguinte: “*Coordenar e Desenvolver o Centro de Portugal*”

Para o ano de 2014 a Presidência da CCDRC definiu os seguintes seis **Objetivos Estratégicos** no âmbito do QUAR:

OE 1 - Promoção da Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente (CRER), bem como do correspondente investimento;

OE 2 - Dinamização da sustentabilidade, do desenvolvimento organizado, estruturado, ordenado e equilibrado do território e da qualidade de vida das suas populações;

OE 3 - Promoção da Coesão Territorial e da Coesão Social;

OE 4 - Promoção e divulgação da Região Centro, a nível nacional e internacional;

OE 5 - Apoio, através de serviços de qualidade e de uma postura de excelência, aos agentes locais, sub-regionais, regionais, bem assim como aos cidadãos, reforçando a respetiva capacitação;

OE 6 - Reforço da motivação, envolvimento e satisfação dos colaboradores.

Para além destes Objetivos Estratégicos, o QUAR estabelece, ainda, quinze **Objetivos Operacionais** que são objeto de análise no ponto seguinte deste documento.

Análise dos Objetivos Operacionais

Na tabela seguinte é apresentada a autoavaliação quantitativa e qualitativa do cumprimento dos objetivos operacionais e estratégicos da organização.

- a) **Autoavaliação quantitativa**, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro:

Tabela 1 – Autoavaliação quantitativa

Eficácia (25%)						
Objetivo Operacional 1 Consolidar fluxo dos processos de contraordenações						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Número de decisões tomadas em processos de contraordenações	550	50	620	923	233%	Superado
Objetivo Operacional 2 Aplicar os fundos estruturais no apoio ao desenvolvimento regional						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Taxa de execução do Mais Centro	82	2	94	83%	100%	Atingido
Objetivo Operacional 3 Garantir a eficácia na avaliação de impacte ambiental e avaliação de incidências ambientais						
Indicadores	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Média de dias ganhos nos procedimentos de AIA, face ao prazo legal para emissão da DIA	5	1	6,25	12	240%	Superado
Número de visitas de Pós-avaliação a projetos sujeitos a AIA e AlncA, em procedimentos coordenados pela CCDRC	7	1	9	9	125%	Superado
Eficiência (25%)						
Objetivo Operacional 4 Potenciar a sensibilização ambiental na região Centro						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Número de ações	5	1	6	8	175%	Superado
Objetivo Operacional 5 Colocar a Formação no centro do saber						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Percentagem de colaboradores envolvidos em formação	50	5	60	84	185%	Superado
Objetivo Operacional 6 Garantir a eficiência de resposta na administração pública						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Percentagem de decisões globais no prazo global/número de solicitações obtidas através do portal RJUE	90	5	99	100	128%	Superado
Objetivo Operacional 7 Monitorizar o sucesso regional						

Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Número de relatórios de monitorização do PAR, POR, RIS3 e Barómetro Regional	12	1	14	17	163%	Superado
Objetivo Operacional 8 Reforçar a internacionalização e a inserção europeia na região Centro						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Número de iniciativas promovidas para captação de IDE	6	1	8	8	125%	Superado
Qualidade (50%)						
Objetivo Operacional 9 Garantir a monitorização e divulgação da qualidade do ar na região						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Índice de eficiência da Rede da Qualidade do Ar: (n.º de horas de funcionamento/n.º total de horas do ano)*100	85	5	99,5	99,88	126%	Superado
Objetivo Operacional 10 Contribuir para o incremento da qualidade dos Instrumentos de Gestão Territorial na resposta a problemas e desafios da região						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Prazo de elaboração de relatórios de avaliação dos PDM de 2ª Geração	300	15	344	329	116%	Superado
Objetivo Operacional 11 – Promover o equilíbrio de resultados operacionais e do orçamento						
Indicadores	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Volume de receitas próprias angariadas (em €)	1.600.000	50.000	1.700.000	2.553.856	338%	Superado
Volume de despesas correntes, excluindo custos de pessoal mas incluindo ajudas de custo (em €)	500.000	50.000	390.000	474.966	100%	
Objetivo Operacional 12 Melhorar o grau de Satisfação percecionada pelos parceiros e utentes dos serviços da CCDRC						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Grau de satisfação de parceiros/utentes aferido através de questionário confidencial eletrónico (escala de 1 a 10)	6	1	7,7	7,9	128%	Superado
Objetivo Operacional 13 Melhorar o grau de satisfação percecionada pelos colaboradores						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Grau de satisfação dos colaboradores aferido através de	6	1	7,7	7,6	124%	Superado

questionário confidencial (escala de 1 a 10)						
Objetivo Operacional 14 Melhorar os tempos de resposta a solicitações externas						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Percentagem de situações em que o tempo de resposta a solicitações externas não excede um mês	95%	3%	100%	93%	100%	Não atingido
Objetivo Operacional 15 Aumentar a visibilidade externa						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Número de referências não negativas publicadas na comunicação social sobre a CCDRC	1.500	100	1.750	3.212	271%	Superado

Nota: O cálculo da taxa de execução foi feito utilizando a plataforma Geadap (www.siadap.gov.pt) e onde é utilizada a seguinte fórmula matemática:

$$\text{Taxa de Realização} = 100 + (\text{Resultado} - \text{Meta}) * 25 / (\text{Valor Crítico} - \text{Meta})$$

In “Avaliação dos Serviços – Linhas de Orientações Gerais” – GT CCAS – Rede GPEARl Documento Técnico nº 1/2010 do Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços (CCAS).

Baseado no quadro anterior, a avaliação final será a seguinte:

AVALIAÇÃO FINAL DO ORGANISMO				
PARÂMETRO	PONDERAÇÃO	TAXA REALIZAÇÃO	RESULTADO	
EFICÁCIA	25%	151%	37,75%	Superou
EFICIÊNCIA	25%	161%	40,25%	Superou
QUALIDADE	50%	157%	78,5%	Superou

Taxa de Realização final : 156,5 %

Apresentaremos a seguir uma análise explicativa aos principais desvios verificados na concretização dos objetivos propostos para o ano de 2014.

Objetivo Operacional 1 “Consolidar fluxo dos processos de contraordenações.”

Em 2014 instruíram-se 923 processos de contraordenação, ultrapassando-se em número substancial os indicadores do próprio critério de superação deste objetivo, dada a constituição de facto de uma equipa de projeto afeta à instrução destes processos.

Objetivo Operacional 2 “Aplicar os fundos estruturais no apoio ao desenvolvimento regional.”

No exercício de 2014 foi possível consolidar o ritmo de execução do Programa, o que permitiu atingir uma taxa de execução de 82,50%, (face a 70,02% em 31 de dezembro de 2013, a 56,43% em 31 de dezembro de 2012, 34,71% em dezembro de 2011 e 15,4% em dezembro de 2010). De referir que a execução alcançada permitiu que o Mais Centro a 31/12/2014 tivesse uma das melhores taxas de execução dos Programas FEDER da Convergência e dos PO nacionais FEDER. Em 2014 foi colocada como meta, em termos de execução, 82% do valor programado FEDER para o PO Centro 2007/2013, pelo que se considerou o valor da meta atingido.

Objetivo Operacional 3 “Garantir a eficácia na avaliação de impacte ambiental e avaliação de incidências ambientais.”

Em 2014, os procedimentos de AIA e de AlncA, decorreram ainda ao abrigo de dois regimes jurídicos, uma vez que o DL n.º 151-B/2013, de 31/10, tendo sido publicado no final do ano e face ao previsto no regime transitório, só produziu efeitos efetivos para os processos que entraram ao abrigo do novo regime. Face ao período de transição entre um diploma e outro, nomeadamente estando em causa a alteração da competência para proferir a decisão sobre as DIA's e DInCA's (do SEA para o Presidente da CCDR), houve alguma perda de tempo que se refletiu no resultado do presente objetivo nos primeiros meses do ano. No entanto, foi possível a recuperação ao longo do ano, tendo culminado com o n.º de dias ganhos face ao prazo legal de 12 dias, pelo que o objetivo foi superado.

Objetivo Operacional 4 “Potenciar a sensibilização ambiental na região Centro.”

Foi estabelecida uma meta de 6 ações de educação ou sensibilização na Região Centro, tendo sido concretizadas 8. Foi estabelecido como prioridade a realização de ações em escolas do ensino secundário face aos conteúdos programáticos incluírem as questões ambientais. As principais ações incidiram nas temáticas ar, ruído e resíduos. Foram também realizadas visitas com alunos do ensino secundário e superior à Estação da Qualidade do Ar, localizada no Instituto Geofísico em Coimbra, tendo em paralelo sido efetuada palestra explicativa sobre os analisadores existentes na Estação, poluentes medidos, valores limite de emissão e intervenção da CCDRC nesta matéria. Foram ainda realizadas as seguintes ações: comunicação sobre cumprimento dos requisitos legais no âmbito das emissões gasosas destinada aos operadores abrangidos, comunicação sobre recuperação ambiental e paisagística de pedreiras, destinada ao setor e entidades públicas.

Objetivo Operacional 5 “Colocar a formação no centro do saber.”

No ano de 2014 foi elaborado um Plano de Formação, que priorizou as ações de formação que constavam do 1º levantamento de necessidades efetuado a todas as Unidades Orgânicas.

O Plano de Formação, aprovado em 17 de fevereiro, não foi cumprido na sua totalidade, dados os constrangimentos orçamentais entretanto surgidos, constatando-se, no entanto, que o grau de satisfação dos trabalhadores, subiu exponencialmente, relativamente a anos anteriores, tendo aumentado efetivamente o número de trabalhadores em Formação desta Instituição.

Decorreram diversas Sessões Técnicas, que privilegiaram a troca de conhecimento interno. Revelaram-se uma boa prática, já que muitos temas, onde foram identificadas carências na formação, podem e devem ser tratados com e pelos técnicos da CCDRC.

Com um resultado de 84% o objetivo foi claramente superado já que a meta era de 50%.

Objetivo Operacional 6 “Garantir a eficiência de resposta na administração pública.”

Relativamente ao indicador “Percentagem de decisões globais no prazo legal / número de solicitações obtidas através do portal RJUE”, foi alcançado o resultado de 100%, que respeita a 342 decisões emitidas em relação a 342 solicitações.

Objetivo Operacional 7 “Monitorizar o sucesso regional.”

Após um período intenso de planeamento estratégico na CCDRC, nomeadamente com o desenvolvimento do Plano de Ação Regional e o arranque do processo de elaboração da RIS3 (Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente) houve, durante todo o ano de 2014, um forte envolvimento da DSDR na elaboração do Programa Operacional Regional Centro2020, tendo este sido aprovado em dezembro.

Tornou-se ainda imprescindível garantir que o progresso da Região era devidamente monitorizado, acompanhando a implementação das políticas públicas, a situação socioeconómica da região e a sua evolução em termos de dinâmicas regionais. Foi assim superado o indicador N.º de relatórios de monitorização do PAR, POR, RIS3 e Barómetro Regional, na medida em que se deu continuidade à divulgação do Boletim Trimestral e se lançou o Barómetro Regional do Centro, documento que contempla um conjunto de indicadores-chave com algumas metas definidas, que serão objeto de acompanhamento periódico, permitindo identificar tendências, lacunas de progresso e eventuais ações corretivas e preventivas a desenvolver, tendo este documento sido atualizado ao longo do ano sempre que houve informação disponível relevante. Por outro lado, continuou a acompanhar-se a implementação das políticas públicas na Região, através da divulgação dos documentos “Políticas Públicas no Centro de Portugal, QREN 2007-2013” reportado a dezembro de 2014 e “A importância do QREN nas Estratégias Territoriais de Desenvolvimento” uma perspetiva para as antigas NUTS III Beira Interior Norte, Cova da Beira, Baixo Mondego e Dão-Lafões. Foi ainda efetuado um trabalho de suporte ao Programa Operacional Regional do Centro sobre o Mapeamento das Necessidades de Investimento em áreas exigidas pela Comissão Europeia. Pelo segundo ano consecutivo foram identificadas e caracterizadas as empresas “Gazela” da Região Centro e foi ainda editado o livro “PROVERE na Região Centro – Territórios que contam, pessoas que valem”.

Objetivo Operacional 8 “Reforçar a internacionalização e a inserção europeia na região Centro.” (Relevante)

Numa tentativa de prosseguir o esforço de internacionalização da Região foi possível superar o indicador N.º de iniciativas promovidas para captação de IDE, na medida em que se realizaram oito iniciativas relevantes: duas em estreita articulação com a AICEP Portugal Global (com a preparação de um protocolo de colaboração e a coorganização do Roadshow Portugal Global de Coimbra); uma iniciativa com os Empresários da Diáspora de Viseu; três iniciativas com a província chinesa de Zhejiang (receção de uma delegação na CCDRC, organização de uma missão empresarial à Zhejiang e a assinatura de um protocolo de cooperação com o Governo da referida província); a organização de uma sessão de *networking lunch* em Bruxelas durante os *Open Days* - Semana Europeia das Regiões e Cidades; e a realização de uma Sessão sobre Oportunidades de Negócio para as Empresas de Base Tecnológica no Brasil coorganizada com a B2Citizens na CCDRC.

Objetivo Operacional 9 “Garantir a monitorização e divulgação da qualidade do ar na região.”

O presente objetivo pretendeu garantir a monitorização e a divulgação dos dados recolhidos na rede da qualidade do ar na Região Centro, através do índice de eficiência da Rede da Qualidade do Ar: $(n.º \text{ horas de funcionamento} / n.º \text{ total de horas do ano}) * 100$. Este índice é medido através das eficiências máximas de cada estação, com base nas eficiências obtidas para cada poluente medido, em que o resultado final para as 9 estações se cifrou nos 99,88 %, pelo que o objetivo foi superado. De salientar que não foi atingida a eficiência máxima de 100% apenas devido a falhas de comunicação de dados resultantes de temporais ocorridos na Região Centro, nunca por causas imputáveis à falta de intervenção dos Serviços.

Objetivo Operacional 10 “Contribuir para o incremento da qualidade dos Instrumentos de Gestão Territorial na resposta aos problemas e desafios da região.”

Relativamente ao indicador 11 “Elaborar o Relatório de Avaliação dos PDM de 2.ª Geração”, este foi atingido, na medida em que o relatório foi concluído e despachado superiormente a 15 de Dezembro de 2014, ou seja, cumprindo o prazo de 344 dias.

Objetivo Operacional 11 – “Promover o equilíbrio de resultados operacionais e do orçamento.”

O exercício da CCDRC foi claramente positivo apesar da elevada exigência. Em relação à estimativa das despesas, estas conheceram um desvio de -5% devido em grande parte ao enorme rigor e esforço na execução orçamental da despesa. De realçar que, quando comparado com 2013, este desvio é ainda maior e de 6.36%.

Em relação à receita esta teve uma trajetória inversa com um aumento de 37% passando de um valor de 1.600.000€ para 2.553.856€.

Podemos então concluir que o objetivo foi superado porque ambos os indicadores foram largamente atingidos.

Objetivo Operacional 12 “Melhorar o grau de satisfação percecionada pelos parceiros e utentes dos serviços da CCDRC.”

Os dois domínios especialmente relevantes, na aferição da eficiência e eficácia de funcionamento da CCDRC, prendem-se com os graus de satisfação percecionados pelos seus colaboradores, por um lado, e pelos seus parceiros/utentes, por outro lado.

Assim sendo foi efetuado um questionário confidencial quanto ao grau de satisfação de parceiros/utentes, utilizando uma plataforma eletrónica de recolha das respostas, e uma escala de medição situada entre 1 (muito insatisfeito) e 10 (muito satisfeito), conduzindo a um valor médio de satisfação situado em 7,9 que não pode deixar de ser considerado muito positivo.

Objetivo Operacional 13 “Melhorar o grau de satisfação percecionada pelos colaboradores.” (Relevante).

No ano de 2014 foi conduzido um questionário junto dos colaboradores da CCDRC, utilizando uma escala de medição situada entre 1 (muito insatisfeito) e 10 (muito satisfeito), conduzindo a um valor médio de satisfação situado em 7,6 que não pode deixar de ser considerado muito positivo.

Objetivo Operacional 14 “Melhorar os tempos de resposta a solicitações externas.”

Foi atribuída ao GAIQ – Gabinete de Auditoria Interna e Qualidade a responsabilidade de monitorizar mensalmente o cumprimento deste objetivo operacional.

Para o efeito, as Unidades Orgânicas da CCDRC e os Secretariados Técnicos do Mais Centro foram remetendo os seus relatórios mensais, cabendo ao GAIQ a tarefa de harmonizar a informação recebida e, após esse tratamento, transmitir os grandes números à Presidência.

A diferente complexidade dos processos, entre o que é passível de resposta na CCDRC e no Mais Centro, fez com que este objetivo tenha tido “resultados” muito díspares: 96,6% de respostas dentro dos 30 dias, no âmbito da CCDRC (e em 5.700 processos), e apenas 87,9% no âmbito do PO (e em 4.306 processos), o que resultou no não cumprimento do objetivo (93%).

Objetivo Operacional 15 “Aumentar a visibilidade externa.”

Divulgar e promover as atividades da CCDRC e do Mais Centro, de forma a aumentar a sua notoriedade junto da comunicação social e da população da Região Centro, foi o principal objetivo da Assessoria de Comunicação da Presidência da CCDRC em 2014. A estratégia de comunicação da CCDRC concretizou-se na disponibilização de serviços, produtos e eventos que evidenciem a importância do trabalho da CCDRC e do Mais Centro para a afirmação do Centro de Portugal.

A comunicação com os media é uma condição essencial para evidenciar a visibilidade do trabalho feito na CCDRC. Ao longo do ano de 2014, foi dada continuidade à implementação de uma estratégia coerente e contínua, sustentada por contactos regulares com os órgãos de comunicação social, de forma a criar um relacionamento sólido e de confiança. Em 2014, foram publicadas 2.251 notícias sobre a CCDRC e 961 sobre o Mais Centro, o que perfaz um total de 3.212, ultrapassando largamente o objetivo definido para 2014 de 2.000 notícias positivas.

b) **Autoavaliação qualitativa**, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B72007, de 28 de Dezembro

Tabela 2 – Autoavaliação qualitativa

Designação/Alíneas	Realizado	Não realizado	Observações
a) À apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados, com especial relevo quando se trate de unidades prestadoras de serviços a utilizadores externos	x		Foi efetuado um inquérito interno para aferir o grau de satisfação dos trabalhadores em relação à CCDRC. Os resultados do mesmo são apresentados no Anexo 3. Foi também efetuado um inquérito externo para medir o seu grau de satisfação dos utilizadores externos. Os resultados deste inquérito podem ser observados no Anexo 4.
b) À avaliação do sistema de controlo interno	x		<p>A CCDRC integra na sua orgânica o Conselho de Coordenação Intersectorial e o Conselho Regional, que se encontram, não apenas devidamente constituídos, mas a desenvolver um conjunto diversificado de iniciativas inscritas nas respetivas áreas de competência.</p> <p>Os sistemas de controlo administrativo e financeiro encontram-se assentes na implementação do Manual de Controlo Interno e no Plano Diretor de Sistemas de Informação, concretizados na integração do GEP (sistema de gestão documental e <i>workflow</i> de processos) com o conjunto de aplicações do ERP (contabilidade, recursos humanos, aprovisionamento e inventário).</p> <p>A esta base tecnológica e procedimental acresce a utilização generalizada da assinatura digital, como garantia de consistência e fiabilidade da informação fornecida nos processos decisórios.</p> <p>Refira-se, por fim, que a ação da CCDRC no âmbito da gestão fundos comunitários está sujeita aos diversos mecanismos e auditorias levadas a efeito pelas entidades responsáveis. De destacar que estas ações são implementadas já que a CCDRC é a entidade pública responsável pelo apoio administrativo, técnico, logístico e financeiro à Autoridade de Gestão do Programa.</p> <p>Está igualmente em funcionamento o</p>

			Gabinete de Auditoria Interna e Qualidade que participa ativamente no controlo e auditoria ao funcionamento interno da organização. Acresce ainda que a entrada em funções em 2014 do Fiscal Único foi ela potenciadora de um aumento das pistas de auditoria e controlo a que a organização está sujeita.
c) Às causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficiente	x		Não se identificaram incumprimentos dignos de nota.
d) Às medidas que devem ser tomadas para um reforço positivo do seu desempenho, evidenciando as condicionantes que afetem os resultados a atingir			As medidas a tomar para reforçar o desempenho do Serviço passam basicamente por dois vetores: melhorar a comunicação interna e externa da CCDRC e envolver mais os trabalhadores na tomada de decisão. Num plano externo diminuir a idade média dos trabalhadores com a entrada de novos colaboradores.
e) À comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional, que possam constituir padrão de comparação	n.a	n.a	
f) À audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na auto-avaliação do serviço.	x		A metodologia de elaboração dos Planos de Atividades e dos respetivos Relatórios da resulta de uma iteração estreita realizada entre a sua Presidência, os seus dirigentes e os funcionários responsáveis pelas diversas atividades, envolvendo a definição e seguimento, quer da estratégia e dos objetivos estratégicos, quer dos principais objetivos operacionais, projetos e ações das iniciativas e atividades desenvolvidas.

Análise dos Meios Disponíveis

Meios humanos

A análise da “produtividade” permite evidenciar a relação entre os meios humanos e a avaliação do serviço, consubstanciando-se na seguinte “fórmula”: avaliação global do serviço *versus* recursos humanos utilizados/planeados.

Tabela 3 – Meio Humanos

	Pontuação	Planeados	Realizados	Desvio
Dirigentes – Direção superior	20	100	100	0
Dirigentes – Direção intermédia e Chefes de equipa	16	464	464	0
Técnicos Superiores	12	1656	1656	0

Assistentes Técnicos	8	408	408	0
Assistente Operacional	5	55	55	0
Coordenador Técnico	9	9	9	0

Nota: Inclui os contratados a termo incerto, afetos ao Programa Operacional.

Este quadro é reflexo da ponderação apresentada no QUAR 2014.

O desvio negativo tem que ver com saídas motivadas pelas aposentações que foram provocadas pelas alterações legislativas.

Se for efetuada uma análise mais fina podemos concluir que as entradas foram exclusivamente para a carreira de técnico superior e as saídas maioritariamente nas outras carreiras o que permitiu um aumento da qualificação média dos recursos humanos da CCDRC.

Meios financeiros

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios e demais critérios definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro, cumprindo, igualmente as instruções relativas à organização e apresentação das contas definidas pelo Tribunal de Contas constantes das Instruções nº 1/2004 – 2ª Seção.

Uma análise “custo/eficácia” permite evidenciar a relação entre os meios financeiros e a avaliação do serviço, consubstanciando-se na seguinte “fórmula”: recursos financeiros utilizados/ planeados versus avaliação global do serviço.

Tabela 4 – Meios Financeiros

	Meios financeiros (valores em €)		Avaliação global do serviço
	Orçamento Funcionamento	PIDDAC	
Estimado	9.836.503€	5.058.285€	A taxa total de execução foi de 62%
Executado	6.436.513€	2.729.246€	
Desvio (€)	3.399.990€	2.329.039€	
Desvio (%)	65%	54%	

Os desvios ocorridos entre o estimado e o executado devem ser abordados segundo duas vertentes:

- 1. Orçamento de funcionamento** – As despesas de funcionamento apresentam uma taxa global de execução de 65%. As despesas com o pessoal atingiram um grau de execução de 96% e as outras despesas de funcionamento atingiram um grau de execução de 21%.

O quadro seguinte mostra o grau de execução das despesas de funcionamento.

Tabela 5 – Grau de execução do orçamento de funcionamento

Tipo de Despesa	Orçamento	Execução	Grau de execução
Despesa com Pessoal	5.830.741€	5.580.649€	96%
Outras Despesas Funcionamento	4.005.762€	855.864€	21%
Totais	9.836.503€	6.436.513€	65%

Podemos assim concluir que os desvios são devidos a uma racionalização e poupança na utilização/gastos das despesas correntes o que se traduz em algo positivo, já que se conseguiu fazer melhor utilizando menos recursos financeiros.

2. **PIDDAC** –. O conjunto de projetos que constituem este programa de investimento apresenta uma taxa global de execução de 54%.

No quadro seguinte mostra a execução de cada um dos projetos PIDDAC:

Tabela 6 – A Grau de execução do PIDDAC

Projeto		Orçamento	Execução	Grau execução
Código	Designação			
6098	Cooperação Int./Interreg. e Promoção da Reg. Centro	183.844€	107.882€	59%
7881	Promoção Coop. c/ Castilla y Leon e Extremadura (II)	197.279€	1.385€	1%
6300	Assistência Técnica Global ao PO - QREN	4.609.262€	2.619.979€	57%
9272	Assistência Técnica QEC	67.900€	0	0%
Totais		5.058.285€	2.729.246€	54%

Em termos de realização financeira, destacam-se os projetos “Assistência Técnica Global ao PO-QREN” e “Cooperação Int./Interreg e Promoção da Reg. Centro”, que apresentam taxas de execução de 57% e 59% respetivamente.

É de referir que o projeto “Assistência Técnica Global ao PO-QREN”, é o que apresenta maiores valores de orçamento em termos absolutos e que maior peso tem assim em todo o orçamento.

Meios materiais

O património da CCDRC é constituído por equipamento básico, administrativo e equipamento de transporte. Até ao fim do exercício de 2014, foram cadastrados 6687 bens cujo valor bruto atinge 2.507.551€.

O inventário não contempla os edifícios, em virtude de não se encontrarem registados em nome da CCDRC mas sim do Estado Português.

O parque automóvel da CCDRC é constituído por 37 viaturas, das quais 2 se encontram inativas.

Durante o ano de 2014 foram percorridos 550.877 km, o que implica uma média mensal de 45.906,4km e uma média por veículo de 14.888 km.

Da frota ativa, 30 viaturas são propriedade da CCDRC e 7 são adquiridas em regime de AOV (aluguer operacional de viaturas).

As viaturas próprias são parte integrante do inventário acima referido.

Tabela 7 – Parque automóvel

N.º de Viaturas	Combustível (litros)	km percorridos	Gastos	
			Combustível	Conservação e manutenção
37	37.826	550.877 km	50.648 €	23.083 €

Neste ponto são apresentados os diferentes indicadores e as fontes de verificação que garantem a fiabilidade e integridade dos dados

Apresentamos de seguida, para cada indicador, a respetiva fonte de verificação:

Indicador 1 – N.º de decisões tomadas em processo de contraordenações

Fonte – Sistema de Informação

Aplicação Informática - Gestão Eletrónica de Processos - contraordenações

Responsabilidade pela fonte: DSAJAL

Indicador 2 – Taxa de execução do Mais Centro

Fonte – Sistema de Informação

Responsabilidade pela fonte: Mais Centro

Indicador 3 – Média de dias ganhos nos procedimentos de AIA, face ao prazo legal para emissão da DIA

Fonte – Folha de Calculo e Aplicação Informática - Gestão Eletrónica de Processos

Responsabilidade pela fonte: DSA

Indicador 4 – N.º de visitas de Pós- avaliação a projetos sujeitos a AIA e AlncA, em procedimentos coordenados pela CCDRC

Fonte – Folha de Calculo e Aplicação Informática - Gestão Eletrónica de Processos

Responsabilidade pela fonte: DSA

Indicador 5 – Número de ações

Fonte – Gep e e-mail

Responsabilidade pela fonte: DSA

Indicador 6 – Percentagem de colaboradores envolvidos em formação

Fonte – Certificados de formação

Responsabilidade pela fonte: DSCGAF

Indicador 7 – Percentagem de decisões globais no prazo global / número de solicitações obtidas através do portal RJUE

Fonte – Portal SIRJUE (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação)

Responsabilidade pela fonte: DSOT/DGAL

Indicador 8 – N.º de relatórios de monitorização do PAR, POR, RIS3 e Barómetro Regional

Fonte – todos os documentos editados estão disponíveis no Portal da CCDRC

Responsabilidade pela fonte: CCDRC/DSDR

Indicador 9 – N.º de iniciativas promovidas para captação de IDE

Fonte – Portal da CCDRC/ Notícias e Facebook da CCDRC

Responsabilidade pela fonte: CCDRC/DSDR

Indicador 10 – Índice de eficiência da Rede da Qualidade do Ar: (n.º de horas de funcionamento/ n.º total de horas do ano)*100

Fonte – Aplicação informática específica (Atmis) e Folha de Cálculo

Responsabilidade pela fonte: DSA

Indicador 11 – Prazo de elaboração de relatório de avaliação dos PDM da 2.ª geração

Fonte – Aplicação Informática - Gestão Eletrónica de Processos

Responsabilidade pela fonte: DSOT

Indicador 12 – Volume de receitas próprias angariadas (em €)

Fonte – Sistema de informação – Aplicação Giaf

Responsabilidade pela fonte: DSCGAF

Indicador 13 – Volume de despesas correntes, excluído gastos com o pessoal mas incluindo ajudas de custo (em €)

Fonte – Sistema de informação – Aplicação Giaf

Responsabilidade pela fonte: DSCGAF

Indicador 14 – Grau de satisfação de parceiros/utentes aferido em Conselho Regional (escala de 1 a 10)

Fonte – Inquérito

Responsabilidade pela fonte: Presidência

Indicador 15 – Grau de satisfação dos colaboradores aferido através de questionário confidencial (escala de 1 a 10)

Fonte – Inquérito

Responsabilidade pela fonte: Presidência

Indicador 16 – Percentagem de situações em que o tempo de resposta a solicitações externas não excede um mês

Fonte – Sistema de Informação

Responsabilidade pela fonte: Gabinete Interno de Auditoria e Qualidade

Indicador 17 – Número de referencias não negativas publicadas na comunicação social sobre a CCDRC

Fonte – Serviço de clipping

Responsabilidade pela fonte: Gabinete Comunicação

Análise ao Plano de Atividades

A análise ao grau de cumprimento dos objetivos assumidos no Plano de Atividades 2014 (Anexo 2), pelas diferentes unidades orgânicas demonstra a consistência de atuação da CCDRC, nas suas áreas principais de referência, reforçando o papel do QUAR como “espelho” do que mais importante se fez em determinado ano e dando simultaneamente a conhecer à Comunidade uma visão global dos nossos principais projetos e objetivos.

Os números gerais foram os seguintes:

Tabela 8 – Grau de cumprimento dos objetivos

	Objetivos
Superado	60
Cumpriu	13
Não cumpriu	4
Híbrido	0

De forma mais detalhada e analisando de forma individual cada uma das unidades orgânicas, são estes os resultados:

Tabela 9 – Grau de cumprimento dos objetivos por unidade orgânica

Objetivos Anuais		Grau de Cumprimento dos objetivos				
		Superados	Cumpridos	Não Cumpridos	Híbridos	
DSDR	4	4	0	0	0	
DSAJAL	7	6	1	0	0	
DSOT	10	8	1	1	0	
DSA	16	14	2	0	0	
DSF	5	5	0	0	0	
DSCGAF	11	4	6	1	0	
DSDR	Aveiro	5	4	1	0	0
	Viseu	5	4	1	0	0
	C. Branco	4	3	0	1	0
	Guarda	5	4	1	0	0
	Leiria	5	4	0	1	0
Total	77	60	13	4	0	

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional (DSDR)

A DSDR definiu um Plano de Atividades assente em quatro grandes objetivos. Um dos objetivos mais ambiciosos, e que se considera claramente superado, consistia em “Reforçar a internacionalização e a inserção europeia da Região Centro” medido através de três indicadores. Por um lado, no Número de eventos de internacionalização e no Número de iniciativas promovidas para captação de IDE foi possível superar as metas estipuladas inicialmente, em resultado de um forte envolvimento da CCDRC em desenvolver iniciativas que prosseguissem o esforço de internacionalização colaborando ativamente com os atores regionais. Foi igualmente superado o Número de ações de difusão para apresentação de candidaturas (prémios, convocatórias, parcerias) regionais com a dinamização/participação em vários Workshops, Conferências, Seminários que contribuiram para a disseminação das oportunidades de financiamento disponíveis aos atores da Região Centro.

O objetivo de “Impulsionar a atuação concertada da CCDRC com os atores regionais” foi igualmente superado, embora tenha havido necessidade, fruto das orientações da nova Presidência (que tomou posse em 26 de maio de 2014), de anular um dos indicadores inicialmente previstos, mais concretamente o indicador Elaboração de um Roadmap (Plano de Ação) para a RIS3 do Centro. No que se refere ao segundo indicador selecionado para quantificar este objetivo, Número de iniciativas de dinamização com entidades regionais, foi claramente superado com a dinamização de várias reuniões e/ou eventos em áreas tão distintas como a RIS3, o empreendedorismo de base local, o reconhecimento das empresas Gazela da Região, bem como uma intensa articulação com outros parceiros regionais que se substanciou em duas candidaturas vencedoras junto da União Europeia,

uma através do Observatório Europeu de Clusters em que a Região Centro foi uma das seis regiões europeias selecionada como ‘região modelo demonstradora de estratégias de clusterização e especialização inteligente’ e outra no âmbito do Programa Horizonte 2020, em parceria com a Universidade de Coimbra, que irá financiar a preparação e desenvolvimento de Institutos de Investigação de Excelência, no caso o Instituto Multidisciplinar do Envelhecimento enquanto núcleo central do Campo da vida Ageing@Coimbra.

No contexto do objetivo “Monitorizar o sucesso regional” foram superados três dos quatro objetivos definidos inicialmente, na medida em que, consequência das orientações da nova Presidência, foi anulado um dos indicadores. Assim o Número de páginas consultadas no Datacentro ultrapassou os 17 mil, superando quase em 40% o valor verificado em 2013. No caso do indicador N.º de relatórios de monitorização do PAR, POR, RIS3 e Barómetro Regional, e porque se tratava de um indicador selecionado para o QUAR da CCDRC, foram já justificados os motivos da sua superação. Por fim, num esforço permanente de contribuir para a maior visibilidade externa da CCDRC, foram divulgados oito press releases sobre trabalhos desenvolvidos na DSDR ultrapassando as expectativas definidas no Plano de Atividades.

No objetivo “Alargar a participação regional nos programas de cooperação territorial europeia”, durante o ano de 2014, decorreu uma intensa atividade de dinamização de articulações interregionais que teve expressão maior na adesão da Região Centro à Macro Região do Sudoeste Europeu (RESOE) no Dia da Europa. Nesta sessão também aderiu a região das Astúrias, passando a RESOE a contar com 5 regiões (para além do Centro e Astúrias, o Norte, Castilla y León e a Galiza). Neste ano destaca-se ainda a participação no grupo de trabalho constituído entre Portugal e Espanha para a elaboração do novo Programa INTERREG V Espanha-Portugal (POCTEP 2014-2020). Complementarmente, foram realizadas sete sessões de apresentação do novo Programa INTERREG V, em diferentes fóruns que decorreram na região Centro ou nas regiões vizinhas de Castilla y León e Extremadura, com a presença de entidades da nossa região, contribuindo para a superação do indicador Número de iniciativas de divulgação de resultados POCTEP 2007-2013 e de apresentação dos novos PO CTE 2014-2020. No âmbito da gestão do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP 2007-2013) foi feito um acompanhamento muito próximo dos projetos ainda em execução (96,8%) no sentido de assegurar um adequado nível de execução do programa na região, permitindo superar o indicador Proporção de projetos POCTEP 2007-2013 em execução na Região Centro com acompanhamento físico.

Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL)

A DSAJAL, em 2014, acompanhou tecnicamente a implementação das reformas em curso na Administração Local, consubstanciadas na Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro (regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais) e na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais).

Essas reformas conduziram a um novo quadro legal de competências autárquicas, com especial destaque em 2014 para a matéria do financiamento e transferência de recursos, pelo que julgamos que esta Direção de Serviços correspondeu aos desafios que tais reformas comportaram, em função das especiais competências que detém no âmbito do apoio autárquico.

Nesse sentido, a DSAJAL promoveu três (3) seminários e vinte e quatro (24) sessões de esclarecimento sobre estas temáticas, bem como fóruns de discussão com os principais atores envolvidos, e elaborou e divulgou FAQ e Notas Técnicas.

Com esse objetivo, em 2014, foram divulgados, no portal da CCDRC, relatórios, apresentações divulgadas nos seminários e nas sessões de esclarecimento, artigos e respostas a perguntas frequentes designadamente sobre eleições e eleitos locais, órgãos autárquicos, atribuições e competências, recursos humanos, contratos públicos, edificação, urbanização e finanças locais.

Elaborou-se e publicou-se, em seminários, um guia para autarcas das Freguesias, no âmbito da gestão económico-financeira destas autarquias.

Destacamos ainda no âmbito do apoio autárquico os 383 pareceres jurídicos elaborados, tendo 99, 5 % dos mesmos sido emitidos até 30 dias sobre a data de entrada do respetivo pedido na CCDR.

No âmbito do apoio jurídico ao QREN e aos serviços da CCDR elaboram-se 79 pareceres jurídicos.

Por último realce-se a instrução de 923 processos de contraordenação, e a redução das pendências de processos a instruir para metade.

Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT)

A DSOT inscreveu no plano de atividades para 2014 10 objetivos, desagregados em 12 indicadores, que cobrem toda a área de atuação desta unidade orgânica, incluindo 5 atividades inovadoras.

Conforme se perspetivou no Plano de Atividades, o ano de 2014 foi marcado por uma forte dinâmica legislativa, com particular destaque no domínio do ordenamento do território, pontificada com a publicação da nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU), as alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e a preparação do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e de outros regimes setoriais, realidade essa que se refletiu profundamente na atividade da DSOT, na medida em que exigiu uma participação ativa, quer a montante, ao nível da análise e elaboração de contributos, quer a jusante, pelo impacto direto que essas alterações legislativas implicaram.

Com efeito, a DSOT tomou a iniciativa de contactar a totalidade dos municípios com processos de revisão dos PDM em curso, no sentido de os incentivar à conclusão dos respetivos processos, salvaguardando assim a possibilidade de estes beneficiarem do regime transitório estabelecido pela LBGPPSOTU, o que se traduziu num acréscimo muito significativo do volume de trabalho no âmbito do acompanhamento dos PMOT.

Por outro lado, e também por decorrência da LBGPPSOTU, que exige a incorporação, nos PDM, das normas vinculativas dos particulares constantes dos planos Especiais de Ordenamento do Território, foi necessário fazer a avaliação da metodologia a utilizar nessa integração, face à complexidade da matéria e multiplicidade de situações, designadamente ao nível da cartografia. Neste domínio a DSOT participou ativamente com a Secretaria de Estado de Ordenamento do Território e Conservação da Natureza e no Grupo de Trabalho do Território, presidido pela Direção Geral do Território, na análise e discussão desta temática, que conduziu, já em 2015, à aprovação do Guia Metodológico de Transposição das Normas dos PEOT para os PDM.

No âmbito do reforço da colaboração com os agentes da região, designadamente com as autarquias, respetivas associações e comunidades intermunicipais (CIM), numa base de cooperação e concertação intersetorial, destaca-se a realização das sessões de divulgação dos Guias de Apoio à elaboração de Planos de Urbanização e de planos de Pormenor, realizadas em todas as CIM, e que contaram com a participação de 154 autarcas e técnicos municipais.

Outra das atividades que na vertente da cooperação e concertação intersetorial e multinível, assumiu especial importância a realização do seminário “A intervenção das Entidades externas – Os condicionamentos das operações urbanísticas em razão da localização”, realizado em 26 de Fevereiro e que contou com uma enorme adesão (248 inscrições), o qual envolveu a participação da Direção-Geral da Administração Local, Entidades da Administração Central e Autarquias. Dado o interesse manifestado pelos destinatários e a impossibilidade de repetição daquele evento, foram organizadas mais duas ações: uma em Viseu, envolvendo Sátão e Vila Nova de Paiva e outra em Gouveia, envolvendo também os municípios de Penalva do Castelo e Meda.

Ainda no domínio da coordenação intersetorial, quer ao nível dos procedimentos de formação e dinâmica dos IGT, quer no papel de interlocutor único da administração central relativamente às decisões de localização no âmbito do RJUE, prosseguiu-se o esforço de articulação com as diversas entidades intervenientes, visando a simplificação, celeridade e rigor nos procedimentos e circuitos mais ajustados aos objetivos de integração de posições setoriais, visando uma adequada integração das políticas públicas com impacto territorial.

No âmbito da colaboração permanente com as entidades de tutela, destaca-se a ativa participação da DSOT no Grupo de Trabalho do Território, fórum este que tem por objetivo contribuir para a definição das bases gerais de ordenamento do território e urbanismo, visando também uma melhor articulação de procedimentos e consensualização de entendimentos quer entre as várias CCDR quer com outras entidades da Administração Pública.

Acentua-se, ainda neste âmbito, a participação no Grupo de Trabalho de Avaliação do Quadro de Ação do PNPT 2007-2013 e na Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Litoral, cujos resultados já foram publicados.

No domínio das atividades inovadoras, realça-se o "Relatório de Avaliação dos PDM's de 2ª Geração", que traduziu o resultado do trabalho de análise e avaliação realizada aos PDM já revistos e publicados, centrada no grau de concretização e integração dos objetivos estratégicos identificados no PNPT, nas referências normativas da proposta do PROT-C e nos planos setoriais e especiais com incidência no território da Região Centro, contendo também uma ponderação e reflexão crítica sobre o significado, a natureza, os objetivos e a implementação deste instrumento de planeamento territorial face ao novo paradigma preconizado pela nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, traduzido em três vetores essenciais: 1. Flexibilização do planeamento; 2. Reforço do PDM como instrumento estratégico; 3. A reabilitação urbana como desenvolvimento das cidades.

Realçando estes aspetos mais inovadores, toda a restante atividade da DSOT foi determinada pelo desempenho das tarefas normais inerentes às suas competências em matéria de gestão urbanística e de ordenamento do território, tendo sido cumpridos, em larga medida, os prazos de resposta relativos aos pedidos apresentados, o que resultou na superação da quase totalidade dos indicadores definidos para estas atividades, conforme é evidenciado nas tabelas do anexo II.

Durante o ano de 2014 prosseguiu-se a tarefa de atualização e completamento das Plantas de Síntese dos PMOT, de Condicionantes e das Cartas de REN no Munisigweb e no âmbito da

disponibilização de informação, foi reforçado o trabalho de atualização da documentação disponibilizada no Portal da CCDRC, tanto em matéria de Ordenamento do Território como na área da Gestão Urbanística.

Procedeu-se ainda à recolha e tratamento da informação relevante em matéria de ordenamento do território e gestão urbanística, tendo como uma das principais fontes as bases de dados de PMOT, da REN e do SIRJUE, que permitiu a alimentação da plataforma Datacentro com indicadores de ordenamento do território e gestão territorial que se constituem como um fator determinante, não só para o desempenho de vários organismos da administração central e local, como para o incremento do acesso à informação pelo próprio cidadão. Para este efeito, foi ainda adequada a base de dados do SIRJUE, concluída em Maio de 2014.

Assinala-se a participação em grupos de trabalho, comissões ou órgãos em representação da CCDRC, destacando-se no que respeita à ERRANC a análise de 718 pedidos de utilização não agrícola da RAN.

Por último, releva-se o desempenho mais proativo que a DSOT tem promovido junto dos municípios e outros interessados, através de reuniões de trabalho informais, visando a operacionalização de soluções céleres e rigorosas, facultando-lhes, assim, uma consultadoria quase permanente.

Direção de Serviços de Ambiente (DSA)

A Direção de Serviços de Ambiente (DSA) estabeleceu 16 objetivos para o ano de 2014, dos quais 14 foram superados e 2 cumpridos.

Independentemente do ponto de situação efetuado no item Grau de cumprimento dos objetivos por unidade orgânica, constante do anexo, considera-se relevante efetuar uma síntese das atividades desenvolvidas, algumas para além das estabelecidas no Plano de Atividades:

- foi mantido o objetivo da manutenção da redução dos prazos legalmente estabelecidos, dando continuidade à meta alcançada em 2012, para os procedimentos de licenciamento das atividades económicas tais como, avaliação de impacte ambiental (RJAIA), avaliação de incidências ambientais de projetos relativos a Fontes de Energia Renováveis (FER), licenciamento da atividade industrial (SIR), licenciamento da atividade pecuária (REAP), licenciamento de operações de gestão de resíduos (RJGR) objetivo que, de uma forma geral foi conseguido e, na maioria dos casos superado;

- - relativamente à aprovação dos Planos Ambientais de Recuperação Paisagística, no âmbito do licenciamento de exploração de massas minerais (pedreiras), a DSA tinha como objetivo reduzir o tempo gasto na emissão dos respetivos pareceres, objetivo que foi conseguido;
- - foi garantida a monitorização da qualidade do Ar na Região Centro. Ao nível das 9 Estações da Qualidade do Ar existentes na região, foi possível manter o seu bom funcionamento com o regular envio dos dados para Rede Nacional da Qualidade do Ar. Foi conseguido, no ano de 2014, um Índice de Eficiência da Rede de 99,88%;
- - continuou a ser efetuado o acompanhamento aos Sistemas Intermunicipais e Multimunicipais de gestão de resíduos sólidos urbanos da Região Centro, quer na monitorização quer nas metas alcançadas. Foi dado especial enfoque ao acompanhamento do início dos trabalhos de encerramento dos aterros de RU de Coimbra, Aveiro e Figueira da Foz;

- - foi garantido o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera e legislação complementar. Nesta matéria, à semelhança do ano anterior, foi disponibilizada aos operadores, através de uma plataforma on-line, a possibilidade de preenchimento do formulário de suporte à realização do inventário regional de emissões gasosas para o ano 2013;
- - foram realizadas várias reuniões/ações internas e externas destinadas à redefinição de circuitos e uniformização de procedimentos, bem como de preparação a outras reuniões com o exterior;
- - continuou a ser efetuada a georreferenciação de processos, com incremento significativo relativamente ao ano anterior, em especial nos processos OGR e pedreiras;
- - foi disponibilizada alguma informação atualizada no Portal da CCDRC. Há no entanto ainda um trabalho significativo a ser desenvolvido nesta área;
- - foi tratada e disponibilizada a informação relativa aos indicadores da Plataforma “DATACENTRO”, num total de 62 indicadores.

A DSA esteve ainda envolvida noutras atividades que tiveram um peso significativo no trabalho global da Direção de Serviços e que a seguir se descrevem:

- Representação da CCDRC na continuação da preparação do Plano Estratégico para o AR (ENAR-2014-2020);
- representação da CCDRC no Grupo de Trabalho para a Qualidade do AR (GTAR);
- representação da CCDRC em reunião de preparação do Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR);
- Representação da CCDRC no Grupo de Apoio à Gestão do PERSU 2020 (2 reuniões);
- Continuou a representar a CCDRC na Comissão de Acompanhamento criada pela SEA, do Plano Estratégico Nacional para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR-2020), em mais duas reuniões, tendo terminado em maio com a finalização da proposta do Relatório Final do Plano a apresentar à tutela.
- Presidiu, em representação da CCDRC, as reuniões da Assembleia-Geral do CESAB (Centro de Estudos de Ambiente).
- Continuação da participação ativa no Grupo de Pontos Focais de Avaliação de Impacte Ambiental, em 7 reuniões destinadas à discussão do NRJAIA, uniformização na interpretação e procedimentos a adotar por todas as Autoridades de AIA, revisão e elaboração dos guias e documentos de apoio.
- Representação da CCDRC, como membro do Grupo de Trabalho para o Novo Regime de Licenciamento da Atividade Pecuária (GR NREAP), participando em 6 reuniões de trabalho na DGADR, com o objetivo de uniformizar procedimentos, dar pareceres sobre diplomas em revisão, contributos setoriais para a tomada de decisão sobre casos práticos.
- Continuou a assegurar, com o apoio das DSR's, várias reuniões de trabalho destinadas à análise, em conjunto com outras entidades, de processos de regularização do licenciamento

de várias atividades, tais como: pecuária, indústria e pedreiras, em especial no setor pecuário e na região de Leiria e Viseu, num total de 146 reuniões.

A esta unidade orgânica estão cometidas uma grande diversidade de competências, cuja execução exige o conhecimento de uma vasta legislação, bem como conhecimento técnico muito específico em várias áreas temáticas. No decorrer do ano de 2014, mantiveram-se os recursos humanos abaixo do que seria desejável, continuando a haver a necessidade de um grande esforço e atenção permanente de modo a ser garantido o bom funcionamento em todas as áreas de atividade cometidas a esta Direção de Serviços.

No entanto, graças ao elevado esforço e empenho de toda a equipa, foi possível obter os resultados apresentados que se consideram muito bons, perante o elevado volume de processos tratados na Direção de Serviços, como se pode verificar pelos seguintes indicadores: 5952 entradas e 4402 saídas. Das entradas, 3039 foram tratadas na Divisão de Avaliação Ambiental (DAA) e 2751 pela Divisão de Licenciamento e Promoção Ambiental (DLPA), valores ligeiramente inferiores aos observados em 2013.

Quanto às receitas arrecadadas, foi registada uma quebra na ordem dos 45% face ao ano transato, tendo a receita arrecada pela DSA atingido o montante de 296.196,55€, situação que, face aos principais atos praticados que constituem fonte de receita residem na AIA e no licenciamento das atividades económicas quer como entidade licenciadora no caso das OGR, quer como entidade consultada no âmbito dos licenciamentos SIR, REAP e RJPEMMP, a principal razão deveu-se à conjuntura económica que o país atravessou. Esta receita é repartida pelas Divisões do seguinte modo: DAA – 58.155,46€ e DLPA – 238.041,09€ €. A esta receita, acresce ainda a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), que embora rececionada pela DSCGAF, ao ser proveniente dos sistemas de gestão de aterros, depende do trabalho desenvolvido pela DSA no seu licenciamento e acompanhamento dos Sistemas de Gestão, ao nível da região.

Acrescem ainda o desempenho tido pela DSA no desenvolvimento de outras atividades, nomeadamente:

- Contributo setorial para 19 processos de Avaliação Ambiental Estratégica de Planos, destacando-se o PERSU 2020, o PENSAAR 2020, o PNGR 2014-2020, o SUDOE 2014-2020, PO Competitividade e Internacionalização, PO Centro, PO Norte, PO Lisboa, PO Alentejo, POSEUR e PETI3.
- Contributo/comentários sobre projetos de alterações legislativas, nomeadamente os seguintes:
 - - RCM sobre a reestruturação do Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (SNIERPA);
 - - alteração do enquadramento legal da gestão de pneus e pneus usados, designadamente o Decreto-Lei n.º 111/2001, de 6 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 43/2004, de 2 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho;
 - - Proposta de Lei de Bases dos Recursos Geológicos;
 - - Proposta da portaria que cria, ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do DL n.º 56/2012, os Conselhos de Região Hidrográfica (CRH);

- - Projeto de diploma que estabelece as condições de funcionamento em segurança das instalações de gases combustíveis em edifícios;
 - - Proposta de alteração ao RJRAN;
 - - RCM do Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR);
 - - Regime especial aplicável às expropriações necessárias à realização dos aproveitamentos hidroelétricos referidos no Decreto-Lei n.º 126/2010, de 23 de novembro, assim como projeto de DL autorizado;
 - - Alteração do Novo RJAIA;
 - - Projeto diploma LUA;
 - - Proposta de lei de alteração à Lei n.º 50/2006 (contraordenações ambientais);
 - - Proposta de decreto-lei sobre solos contaminados.
- Participação em audiências nos Tribunais, relativas a processos de impugnação de contraordenações.

Direção de Serviços de Fiscalização (DSF)

Relativamente à implementação do plano de fiscalização de 2014, foram realizadas pelos Técnicos da Direção de Serviços de Fiscalização 97 ações de fiscalização relativas a diferentes depósitos ilegais de veículos em fim de vida e de resíduos, operadores de gestão de resíduos licenciados, à gestão de resíduos perigosos, passivos ambientais e pedreiras, gestão de RCD, lamas de ETAR, loteamentos, Reserva Ecológica Nacional e Rede Natura 2000, distribuídos por diferentes locais da Região Centro. A meta de superação era de 70 ações de fiscalização, pelo que o objetivo foi superado.

O tempo de resposta dado em 2014 às reclamações no âmbito do ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza, tratadas na Direção de Serviços da Fiscalização foi inferior a 30 dias em 100% das solicitações. A meta de superação era de 30 dias em 90% das reclamações, pelo que o objetivo foi superado.

No resultado alcançado para este objetivo teve influência a tipificação das reclamações, os procedimentos estabelecidos para o seu seguimento, os documentos tipo estabelecidos e o contributo dado pelo administrativo que, para além dos técnicos superiores, deu resposta a um conjunto importante de reclamações menos complexas. O tempo de resposta está sempre condicionado pela complexidade dos assuntos tratados e pelo número de ações necessárias para a recolha dos elementos de prova, sua análise e conclusão. No entanto, nos processos mais simples e tipificados foram estabelecidas rotinas que permitiram uma resposta célere. O controlo diário dos prazos junto dos técnicos também foi uma ferramenta eficaz para o resultado obtido.

Em 2014 foram realizadas pela Direção de Serviços da Fiscalização duas sessões técnicas (temáticas) de articulação de procedimentos com as Divisões Sub Regionais da CCDRC.

As sessões técnicas realizadas foram as seguintes com as respetivas agendas:

- “Uniformização de procedimentos com a fiscalização” realizada em 10/01/2014;

- “Ponto de situação do plano de fiscalização de 2014; Plano de fiscalização de 2015 – Preparação; Fiscalização do cumprimento do RJREN – Comunicações prévias; Cota dos processos de fiscalização no âmbito do RJREN – cota “REF”; Viaturas removidas da via pública pelos municípios – Armazenagem; Resíduos de construção e demolição com amianto; D.L. n.º 165/2014, de 5 de Novembro – Regime de regularização de estabelecimentos e explorações ilegais, realizada em 28/11/2014.

O critério de superação para este objetivo era a realização de pelo menos duas sessões temáticas tendo sido assim o mesmo superado.

Na sequência das ações de fiscalização efetuadas no âmbito do plano de fiscalização de 2014 e das ações extra plano de fiscalização foram erradicados 84 operadores de gestão de resíduos ilegais e de passivos ambientais.

O critério de superação estabelecido era de 35 operadores de gestão de resíduos ilegais erradicados ou licenciados ou passivos erradicados, sendo assim superado o presente objetivo.

A atualização do portal da CCDRC é uma tarefa importante para que seja disponibilizada informação útil e atual aos utilizadores sobre os temas da competência destes Serviços.

Em 2014 foram através da informação DSF 191/14, aprovados, por Despacho de 22-12-2014, doze propostas de atualização dos temas relativos à Direção de Serviços de Fiscalização, nomeadamente os seguintes:

- - Alteração ao acesso no portal ao tema “fiscalização”.
- - Poderes de Autoridade.
- - Identificação.
- - Dados estatísticos.
- - Reclamações – denúncias.
- - Impresso para reclamação.
- - Avaliação de Impacte Ambiental.
- - Licenciamento Ambiental.
- - Emissões Atmosféricas.
- - Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE).
- - Resíduos de Construção e Demolição Contendo Amianto (RCDA).
- - Compostos Orgânicos Voláteis.

Foi assim, superado este objetivo cuja meta de superação era 5 propostas de alteração/atualização de temas aprovados superiormente.

Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira (DSCGAF)

A DSCGAF, enquanto unidade orgânica transversal a toda a organização, desenvolveu um conjunto de tarefas e de ações que ajudaram a CCDRC a responder aos novos desafios que são colocados a uma Administração Pública em mudança mas que se deseja mais eficiente e moderna. **Fazer melhor com menos recursos** foi e continuará a ser o grande lema desta unidade orgânica, contribuindo assim para um melhor desempenho da CCDR no seu trajeto rumo à excelência. A afirmação da CCDRC enquanto entidade de referência regional implica que ela internamente seja mais eficaz e eficiente e que melhores os seus procedimentos de comunicação utilizando para isso de forma mais adequada os sistemas e as tecnologias de informação e comunicação. Este papel aglutinador e decisor de qual a melhor abordagem tecnológica que deve ser seguido foi e será uma das actividades nobres dessa unidade orgânica.

A estratégia para 2014 foi centrada no tema **Retoma**, significando:

Recolocar as pessoas no centro das decisões;

Tornar a DS mais leve e eficiente;

Manter um exercício financeiro equilibrado.

Alinhados com esta estratégia foram um conjunto de objetivos aglutinadores e transversais para a Direção de Serviços e que se traduziram no seguinte:

- - Fazer melhor com menos recursos financeiros e humanos, promovendo a reengenharia dos processos críticos;
- - Fornecer informação a quem necessita e quando ela é útil e estratégica, visando com menos dados ajudar a gerar melhor conhecimento;
- - Colocar as pessoas no centro da decisão e da estratégia;
- - Tornar a DSCGAF o coração da CCDRC, reduzindo a ineficiência e a burocracia;
- - Aplicar as tecnologias e os sistemas de informação enquanto fatores integradores e diferenciadores da CCDRC.

Todo este esforço tem de ser feito com as pessoas e para as pessoas, pelo que estes objetivos estratégicos tiveram depois uma correspondência direta nos objetivos individuais de todos os colaboradores desta Direção de Serviços.

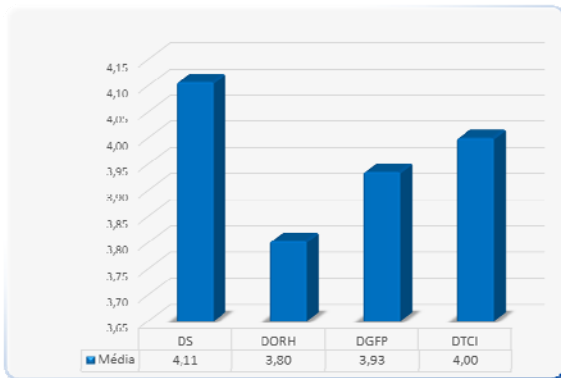
De todas as tarefas efetuadas são de destacar as seguintes atividades:

- - Execução financeira com um resultado final que apresenta um saldo positivo de 4.872.734,77€.
- - A aprovação e a entrada em vigor do novo manual de procedimentos da DSCGAF.
- - As consultas da medicina no trabalho e da auditoria da segurança e higiene no trabalho.
- - O reforço da capacidade de armazenamento do datacenter.

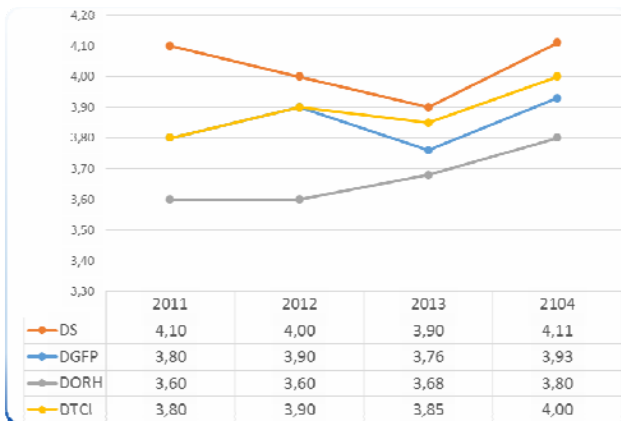
- - A instalação de uma solução de WiFi na sede.
- - O pleno funcionamento do conselho de segurança informática, garantindo assim a verificação de todos os requisitos, que um sistema de tecnologia, comunicação e informação tem de cumprir.
- - Renovação da frota da CCDRC com a entrada ao serviço de 8 novos carros adquiridos em regime de AOV.
- - Manter a liderança do sistema de informação do Mais centro. Estivemos sempre na vanguarda na resolução de questões e a fazer as adaptações necessárias e determinadas superiormente.
- - O início do desenvolvimento do novo sistema de informação de suporte ao Centro 2020.
- - As obras de:
 - - Garagem e criação de um novo arquivo;
 - - Resolução do problema do fibrocimento nas coberturas dos edifício C e D;
 - - Impermeabilização das coberturas dos edifícios C e D;
 - - Impermeabilização do edifício D;
 - - Resolução de todos os problemas de humidade e infiltrações em todos os edifícios da sede da CCDRC;
 - - Adequação do sistema de ar condicionado do edifício C e D às novas normas ambientais;
 - - A conclusão da reformulação do auditório;
 - - A reformulação do sistema de abastecimento de água do edifício C.
- - De ter mais de 60% dos trabalhadores em ações de formação emergindo assim este pilar como estratégico para o sucesso da organização.
- - As ações técnicas de formação em tecnologias de informação e aplicações office.
- - Continuação de não apresentar pagamento em atraso a fornecedores tendo ainda um tempo médio de pagamento inferior a 30 dias.
- - O apoio à entrada em funções da equipa do Fiscal Único.
- - Da garantia de ter um sistema tecnológico e de informação com um tempo médio de paragem anual dentro dos valores que as melhores práticas determinam.

Assinalam-se por último os resultados do inquérito interno ao grau de satisfação dos serviços prestados por esta Direção de Serviços. Foram recebidas 142 respostas, o que corresponde a 64.5% do total de trabalhadores.

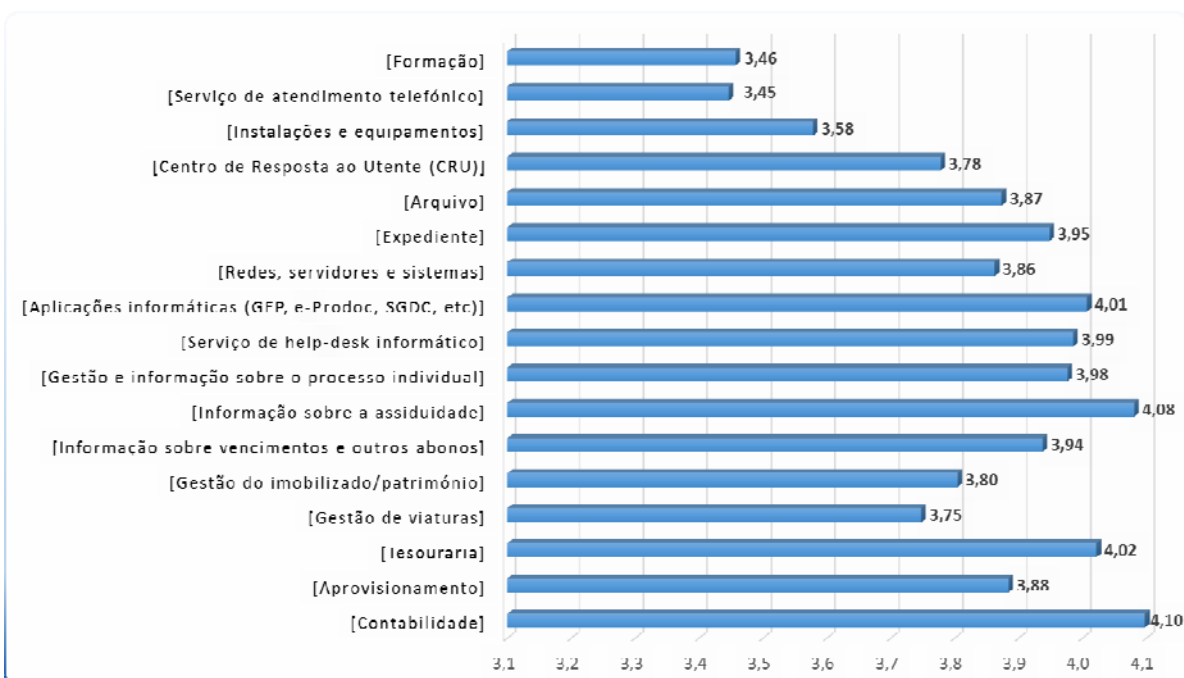
Numa escala de 1 a 5 o valor médio do grau de satisfação dos trabalhadores da CCDRC pelos serviços prestados por cada uma das unidades orgânicas da Direção de Serviço foi o seguinte:



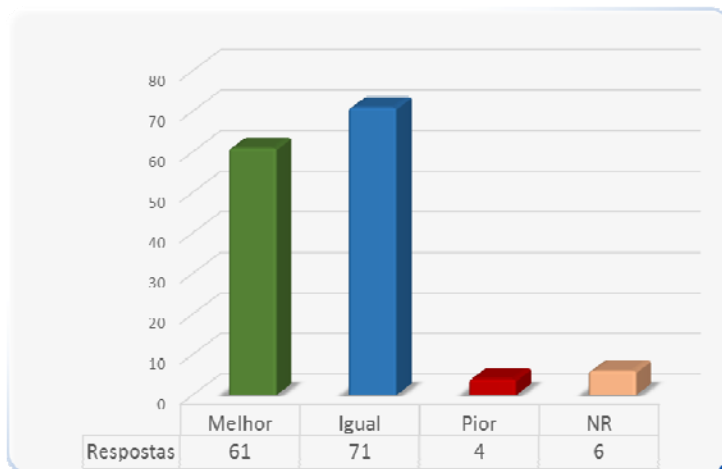
O que se traduz na seguinte evolução:



O grau de satisfação dos trabalhadores da CCDRC sobre os diferentes serviços prestados e que medido no inquérito anteriormente referido é o seguinte:



Quando questionados sobre a evolução do desempenho quando comparado com o ano anterior, as respostas foram as seguintes:



Pelos resultados apresentados e pelos valores constantes do inquérito, pode concluir-se que o ano de 2014 foi de intenso trabalho atingindo as metas a que a DSCGAF se tinha proposto e que tal é percecionado pelo público-alvo: os trabalhadores da CCDRC.



Introdução

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) assumiu como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

A prossecução deste grande desígnio estratégico, indispensável para assegurar a superação dos mais significativos estrangimentos à consolidação de uma dinâmica sustentada de sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, é assegurada pela concretização, com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, por todos os Programas Operacionais, no período 2007-2013, de três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção, o potencial humano, os fatores de competitividade da economia e a valorização do território: a Agenda Operacional para o Potencial Humano, a Agenda Operacional para os Fatores de Competitividade e a Agenda Operacional para a Valorização do Território. A concretização destas três Agendas Temáticas é operacionalizada, no respeito pelos princípios orientadores assumidos pelo QREN – da concentração, da seletividade, da viabilidade económica e sustentabilidade financeira, da coesão e valorização territoriais e da gestão e monitorização estratégica – pelos vários programas operacionais.

O Programa Operacional 2007-2013 para a Região Centro de Portugal, também adiante designado por Mais Centro e/ou Programa Operacional (PO) Regional, é um instrumento com aplicação à Região Centro de Portugal, do Quadro de Referência Estratégico Nacional que constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.

O Programa dispõe de uma dotação FEDER de 1,7 mil milhões de euros, a que se associa uma participação nacional de cerca de 0,4 mil milhões de euros, alavancando um investimento total de 2,1 mil milhões de euros nos sete anos de realização do Programa. O Programa foi inicialmente aprovado pela Comissão Europeia em 09/10/2007 pela Decisão C (2007) 4693, tendo sido aprovada uma versão do mesmo em 15/12/2011 pela Decisão C (2011) 9671 que correspondeu à

reprogramação técnica, tendo a última versão sido aprovada em 13/12/2012 pela Decisão C (2012) 9276, correspondendo à reprogramação estratégica do QREN.

Após o processo de reprogramação, a ajuda prestada pela União Europeia (UE) à Região Centro ao abrigo do FEDER representa cerca de 7,9% das contribuições comunitárias para Portugal no âmbito da política de coesão 2007-2013.

O Mais Centro, fazendo parte do QREN e partilhando os mesmos objetivos estratégicos, tem como principal objetivo estabelecer as condições do crescimento socioeconómico através da:

- Qualificação e da valorização do território;
- Qualificação dos recursos humanos;
- Inovação e competitividade das empresas;
- Exploração dos recursos e do património da região;
- Melhoria da qualidade do ambiente;
- Cooperação entre os setores e a construção de infraestruturas de desencravamento, no respeito da complementaridade entre os fundos comunitários.

Deste modo, o Mais Centro contribui para a realização de um dos objetivos essenciais do QREN, um desenvolvimento regional equilibrado no conjunto do território.

O Mais Centro encontra-se, desde dezembro de 2012, estruturado em torno de quatro eixos prioritários: Competitividade, Inovação e Conhecimento (718 milhões de euros FEDER); Valorização do Espaço Regional (210 milhões de euros FEDER); Coesão Local e Urbana (724 milhões de euros FEDER); Assistência Técnica (44,6 milhões de euros FEDER).

Governança do PO Regional do Centro

A governança do PO desenvolveu-se de acordo com o modelo definido pelo Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 74/ 2008, de 22 de abril, e alterado pelo Decreto-Lei nº 99/2009, de 28 de abril, que estabelece as atribuições e competências dos órgãos do QREN, a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de monitorização, auditoria e controlo, certificação, gestão, aconselhamento estratégico, acompanhamento e avaliação, em conformidade com os regulamentos comunitários relevantes, designadamente o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

A Autoridade de Gestão do Mais Centro delegou competências nos seguintes Organismos Intermédios (OI), para desempenharem funções de gestão no âmbito dos Sistemas de Incentivos:

- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI);
- Instituto do Turismo de Portugal, I.P. (Turismo de Portugal, I.P.);
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP, E.P.E);
- Agência de Inovação, S.A. (ADI).

Em 16 de Dezembro de 2008, após homologação da Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, a Autoridade de Gestão celebrou contratos de delegação de competências para gestão de subvenção global com os Organismos Intermédios Associações de Municípios baseados em NUTS III: AM Dão Lafões, AM Comurbeiras, AM Pinhal interior Norte, AM Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, AM Baixo Mondego, AM Baixo Vouga, AM Pinhal Litoral, AM Oeste, AM Serra da Estrela, AM Beira Interior Sul. Em setembro de 2013 com a publicação da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, as CIM NUTS III passaram a ser as seguintes: CIM Região de Coimbra, CIM Região de Leiria, CIM Região de Aveiro, CIM Beiras e Serra da Estrela, CIM Médio Tejo, CIM Oeste, CIM Viseu, Dão Lafões e CIM Beira Baixa.

Realização Física do Programa Operacional

Numa análise aos indicadores de realização destacamos:

- O Programa Operacional tem 2.427 projetos com contrato celebrado que visam o apoio ao investimento das PME (total dos Sistemas de Incentivos, incluindo o SI de Apoio Local a Microempresas (SIALM)). Estes projetos envolvem 373 milhões de euros FEDER e 1.934 empresas. Os projetos de apoio a empresas, com investimento encerrado, permitiram criar 2.392 novos empregos.
- O apoio a 390 projetos na área da investigação e desenvolvimento, 275 dos quais de apoio a empresas no âmbito do SI I&DT e 115 de infraestruturas e ações no âmbito dos Regulamentos de Infraestruturas Científicas e Tecnológicas, do Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Base Tecnológica e da Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento e do Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.
- O apoio no âmbito das energias renováveis a 146 iniciativas em termos dos efeitos demonstradores de eficiência energética e implementação de energias renováveis.
- O apoio no setor dos transportes e acessibilidades apoiamos 265 projetos. A maioria deles diz

respeito a melhoria da acessibilidade e operação nos portos, à requalificação e retificação da malha viária local, à melhoria da mobilidade urbana, contribuindo para uma mobilidade sustentável e são facilitadores da atividade económica.

- O apoio a equipamentos do setor da saúde, com 40 projetos abrangendo 38 unidades de saúde, onde se inclui o Equipamento do Novo Hospital Pediátrico de Coimbra e o Hospital da Guarda, que contribuem para um melhor acesso dos cidadãos aos serviços e cuidados de saúde.
- O apoio ao setor da educação, ensino pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados com 239 projetos abrangendo o apoio a 2.350 salas de aulas, beneficiando 58.508 alunos, cerca de 18% da população escolar da Região nestes níveis de ensino. No caso do ensino do pré-escolar e do 1º ciclo essa percentagem sobe para 22% e 36%, respetivamente.
- Os apoios no âmbito da regeneração urbana, no âmbito de 24 protocolos de financiamento a Programas de Ação de “Grandes Centros”, onde foram aprovadas iniciativas, atingindo um total de 429 projetos. Se a estes acrescentarmos os projetos das redes urbanas para a competitividade e para a inovação verificamos que 603 mil pessoas, cerca de 90% da população das cidades da região, já beneficiaram de apoios nestes domínios.

Realização Financeira do Programa Operacional

No final de 2014, o Mais Centro tinha validado despesa aos beneficiários no montante global de 1.399.718.251,51 euros e tinha efetuado pagamentos no total de 1.412.649.649,36 euros, dos quais 292.644.665,59 euros foram realizados pelos Organismos Intermédios dos Sistemas de Incentivos. À semelhança dos anos transatos verifica-se que o Eixo Prioritário 3 foi o que mais contribuiu para a execução do PO, em 50,81%.

Tabela 10 – Programação Financeira, Aprovações, Execução e Pagamentos por EP, a 31/12/2014

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (FEDER) (PR)	Aprovações - FEDER (AP)	Execução - FEDER (EX)	FEDER pago ao Beneficiário (PG)
Eixo Prioritário 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento	718.000.000,00	730.741.663,14	490.422.137,71	537.974.108,66
Eixo Prioritário 2: Valorização do Espaço Regional	210.000.000,00	208.343.071,19	169.761.834,74	164.539.463,74
Eixo Prioritário 3: Coesão Local e Urbana	724.000.000,00	827.027.321,91	711.233.875,71	684.091.330,01
Eixo Prioritário 4: Assistência Técnica	44.633.124,00	40.570.032,74	28.300.403,35	26.044.746,95
Total Programa Operacional	1.696.633.124,00	1.806.682.088,98	1.399.718.251,51	1.412.649.649,36

De salientar a taxa de execução de 82,5% alcançada, que representa um acréscimo de cerca de 5,3 pontos percentuais relativamente ao final de 2013 (77,19%), continuando o Eixo Prioritário 3 a ser o que mais contribui para aquele valor. De referir ainda que o Programa conseguiu, até ao final do ano 2014, que a sua execução correspondesse a 77,47% dos montantes aprovados (taxa de realização), valor que é desde o início do período de programação inferior à taxa de execução, motivado pelo overbooking existente, e que os pagamentos correspondessem a 78,19% das aprovações (taxa de pagamento).

Tabela 11 – Indicadores financeiros do Programa, a 31/12/2014

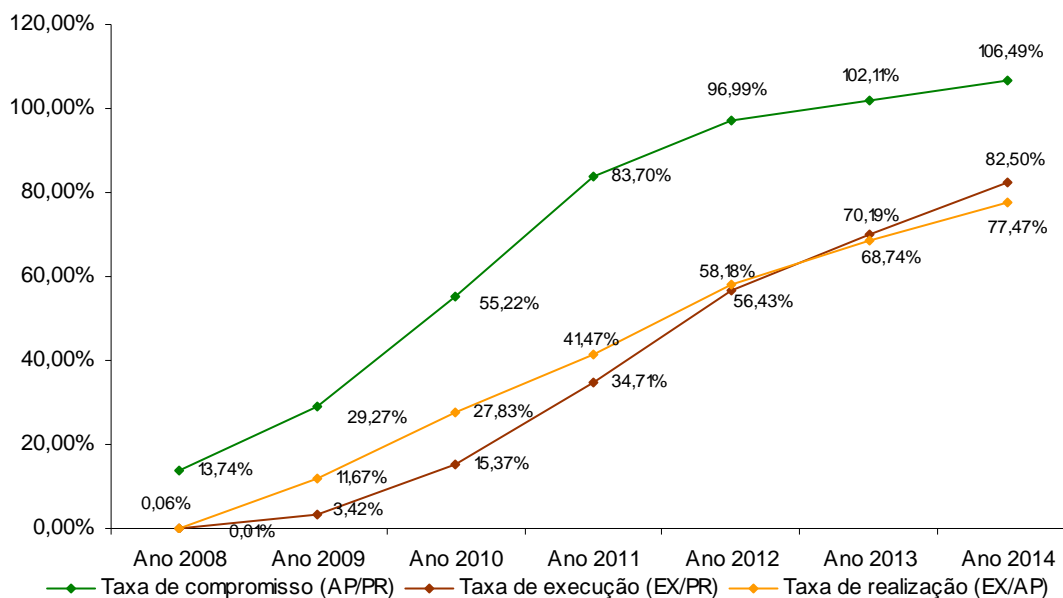
Designação de Eixo Prioritário	Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Eixo Prioritário 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento	101,77%	68,30%	67,11%	73,62%	109,70%
Eixo Prioritário 2: Valorização do Espaço Regional	99,21%	80,84%	81,48%	78,98%	96,92%
Eixo Prioritário 3: Coesão Local e Urbana	114,23%	98,24%	86,00%	82,72%	96,18%
Eixo Prioritário 4: Assistência Técnica	90,90%	63,41%	69,76%	64,20%	92,03%
Total Programa Operacional	106,49%	82,50%	77,47%	78,19%	100,92%

A taxa de compromisso relativa às operações atingiu 106,49%, encontrando-se o Programa em situação de overbooking, considerando a dotação prevista, situação que se verifica nos Eixos 1 e 3. De referir que para estes valores contribuiu a aprovação de candidaturas em regime de aprovação

condicionada em overbooking, realizada durante o ano 2014.

No caso do Eixo 3, o fato de ser o eixo com maior procura, em particular nas áreas de reabilitação urbana e educação, e que mais sentiu o impacto do processo de alteração de taxa de cofinanciamento (85%) para as entidades do perímetro de consolidação orçamental, levou a que o valor aprovado seja superior ao programado. O Eixo I é o que revela maiores problemas ao nível da execução, principalmente porque está associado a atores que estão mais dependentes do contexto económico-financeiro, como é o caso das empresas, e de atores com menor autonomia de decisão nos processos administrativos, como é o caso das entidades do SCTN. No caso dos Sistemas de Incentivos, o valor comprometido não reflete a procura efetiva, pois são sistemas de incentivos que estão sujeitos a um acompanhamento apertado, onde se verificam permanentemente anulações de operações que revelam incapacidade de execução. O Eixo 4 é relativo à Assistência Técnica, evoluindo o seu compromisso e a sua execução anual e uniformemente até ao final do Programa.

Evolução da taxa de compromisso, de execução e de realização, até 31/12/2014



Quanto à distribuição por NUTS III verifica-se que o Baixo Vouga é a região com maior n.º de projetos aprovados (836), seguida das regiões do Baixo Mondego (680) e Pinhal Litoral (553), que representam 18,85%, 15,34% e 12,47% do total de aprovações, respetivamente. No que respeita ao

fundo comunitário aprovado, a NUTS III do Baixo Vouga apresenta o maior valor aprovado (344.124.111,84 euros), seguida pelas regiões do Baixo Mondego (318.322.023,25 euros) e Médio Tejo (185.569.642,25 euros). O Oeste e o Médio Tejo, as novas regiões que vieram integrar a NUTS II Centro, representam 19,88% do fundo aprovado (359.191.680,47 euros) e 18,20% do n.º de projetos (807).

Tabela 12 – Repartição da contribuição da União por NUTS III, a 31/12/2014

NUTS	Aprovações		Execução	
	Nº Projetos	Fundo	Fundo	Tx EX/AP (Fundo) <small>Erro!</small> <small>Marçador não definido.</small>
Baixo Vouga	836	344.124.111,84	250.266.642,98	72,73%
Baixo Mondego	680	318.322.023,25	234.683.758,10	73,73%
Pinhal Litoral	553	173.076.757,80	130.962.039,45	75,67%
Pinhal Interior Norte	271	105.347.368,80	85.733.439,38	81,38%
Dão-Lafões	477	137.986.546,19	114.047.612,73	82,65%
Pinhal Interior Sul	61	19.734.512,51	17.888.961,15	90,65%
Serra da Estrela	86	25.069.805,58	21.466.734,52	85,63%
Beira Interior Norte	235	113.874.838,65	98.204.518,66	86,24%
Beira Interior Sul	153	68.989.003,41	56.192.015,26	81,45%
Cova da Beira	198	55.213.143,06	43.468.159,73	78,73%
Oeste	412	173.622.038,22	130.413.060,09	75,11%
Médio Tejo	395	185.569.642,25	148.518.828,70	80,03%
Multi-região Convergência	42	18.940.090,17	9.771.010,05	51,59%
Não regionalizável	35	66.812.207,25	58.101.470,71	86,96%
Total	4.434	1.806.682.088,98	1.399.718.251,51	77,47%

Considerando as taxas de realização de cada NUTS III, verificamos que o Pinhal Interior Sul, a Beira Interior Norte e a Serra da Estrela evidenciam os valores mais elevados (90,65%, 86,26% e 85,63%, respetivamente). De referir que os projetos não regionalizáveis apresentam uma taxa de realização de 86,96%.

Quanto ao contributo para a execução do PO a região do Baixo Vouga contribuiu com a maior percentagem (17,88%), seguida da região do Baixo Mondego (16,77%).

Principais tarefas efetuadas pela Autoridade de Gestão

Desde o início do período de programação foram apresentadas 9.330 candidaturas que totalizam um investimento previsto de 7,632 M€. No ano 2014 foram apresentadas 249 candidaturas, às quais corresponde um investimento previsto da ordem dos 145M€.

Das 9.330 candidaturas apresentadas, 6.357 foram admitidas, com o correspondente investimento total previsto de 5.765M€, o que traduz um investimento total médio por candidatura admitida de cerca de 0,907 M€ (inferior ao do ano 2013 em 0,017 M€).

Tabela 13 – Indicadores relativos ao processo de seleção, a 31/12/2014

Indicador	Acumulado		Ano 2014
	2013	2014	
Avisos de Abertura de Concurso	415	427	12
Montante do Fundo a Concurso Associado	1.775,62 M€	1.796,01 M€	0,020 M€
N.º Candidaturas Apresentadas	9.030	9.330	300
Investimento Total Previsto	7.649,84 M€	7.632,19 M€	-17,65 M€
N.º de candidaturas admitidas	6.041	6.357	316
Investimento Total Previsto	5.584,04 M€	5.764,8 M€	180,76 M€
Investimento médio por candidatura admitida	0,924 M€	0,907 M€	-0,017 M€

Quanto aos resultados alcançados para cumprimento das prioridades da União Europeia em matéria de promoção da competitividade e de criação de emprego (Earmarking), o quadro mostra os valores atingidos, por tema prioritário. Da sua análise constata-se que do total aprovado no Programa (1.806.682.088,98 euros) cerca de 72,56% (1.310.968.443,45 euros) contribuem para a execução daquelas prioridades.

Os maiores contributos verificam-se nos temas prioritários infraestruturas de ensino (314.383.674,41 euros), projetos integrados de reabilitação urbana e rural (286.793.659,14 euros) e investimento em empresas diretamente ligadas à investigação e à inovação (235.194.762,48 euros) que, em conjunto, representam 63,8% do total Earmarking (1.310.968.443,45 euros), em termos de aprovação.

Problemas significativos encontrados na implementação do Programa Operacional

Os problemas que a Autoridade de Gestão encontrou, em 2014, são em grande medida próximos dos relatados nos exercícios anteriores. No entanto, destacamos seis como mais significativos:

- i) Fraco desempenho, em termos de execução, das operações aprovadas no âmbito dos sistemas de incentivos e das entidades do SCT;
- ii) Dificuldade no encerramento das operações face às exigências regulamentares associadas;
- iii) Algumas iniciativas ligadas à reprogramação do Programa ocorrida em 2012 não foram efetivadas ou não tiveram a procura esperada;
- iv) Tratamento dos projetos geradores de receitas;
- v) Carga administrativa associada a projetos de natureza imaterial, quer ao nível da aprovação, quer da análise dos pedidos de pagamento;
- vi) Atualização da descrição dos sistemas de gestão e controlo das CIM com a publicação da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Mudanças no contexto da execução do Programa Operacional

O QREN foi preparado num quadro de crescimento e dinamismo económico. No entanto, as condições económicas e sociais do país alteraram-se significativamente, condicionando, assim, a sua operacionalização e execução. De modo a adequar-se à nova realidade nacional e à consequente dificuldade de concretização dos investimentos públicos e privados foram necessários ajustamentos e reprogramações dos programas operacionais, de modo a que estes pudessem ter um papel fundamental na minimização dos efeitos desta crise.

Desde 2010 que a situação nacional se degradou consideravelmente. A instabilidade orçamental e financeira agravou-se devido às fortes pressões sobre as dívidas soberanas dos Estados Membros da Zona Euro, o que resultou no pedido de assistência financeira por parte de Portugal ao Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) em Abril de 2011. Este programa de assistência financeira teve associado um plano de ajustamento económico com fortes exigências.

O Produto Interno Bruto (PIB) nacional registou consecutivos decréscimos nos anos de 2011 e 2012. Apesar dos sinais de recuperação desde o segundo trimestre de 2013, é de notar que apenas desde o quarto trimestre, e após 11 trimestres consecutivos de retração, o PIB nacional cresceu (resultado tanto da componente da procura interna como da procura externa).

Este longo período recessivo teve repercussões muito negativas no mercado de trabalho, em todo o país, tendo originado uma destruição de emprego e níveis históricos de desemprego. A taxa de emprego registou permanentes decréscimos, afastando-se progressivamente da meta da UE 2020 (75%) e a taxa de desemprego cresceu ao longo dos vários trimestres. No entanto, a partir do segundo trimestre de 2013, tem-se observado uma recuperação do mercado de trabalho regional. Apesar destes sinais de melhoria e da taxa de desemprego do Centro se manter como a mais reduzida entre as várias regiões do país, o desemprego continua a ter níveis elevados, nomeadamente no que respeita ao desemprego jovem e de longa duração.

Mesmo com este clima recessivo, a procura externa foi a única componente a evidenciar um comportamento conjuntural positivo. No final de 2014, a Região Centro manifestava uma dinâmica de comércio de bens com o exterior muito positiva.

Num contexto de adversidades, a Região Centro tem evidenciado resiliência. Para tal, têm sido essenciais as alterações na estrutura produtiva regional e o investimento, potenciados pela inovação, I&D, qualificação e internacionalização das empresas da região e pelas atividades direcionadas para o aumento da produção de bens transacionáveis.

O investimento apoiado no âmbito do QREN, mais concretamente nos Sistemas de Incentivos, tem sido fundamental, alavancando a competitividade regional, possibilitando um aumento da riqueza regional, um maior contributo da região para o crescimento nacional e assumindo um papel preponderante na internacionalização do país nas várias atividades em que se encontra especializada. A dinâmica de investimento empresarial na Região Centro tem sido bastante expressiva. Mesmo com os investimentos efetuados e com os resultados mais positivos, os anos de 2011 e 2012 foram marcados por grandes constrangimentos financeiros no setor empresarial, com o aumento do crédito vencido e com maior dificuldade em contrair financiamento junto do sistema bancário. Também o número de novas empresas constituídas diminuiu, a par de um crescimento das ações de insolvência. Os anos de 2013 e 2014 foram mais positivos, assistindo-se a ligeiras alterações nesta situação. As insolvências têm diminuído, as novas empresas constituídas aumentado e, simultaneamente, melhorou o acesso ao crédito.

Em síntese, o QREN foi implementado num contexto bastante distinto do previsto aquando da sua programação. Foi um período de grandes dificuldades e de recessão económica, o que dificultou a sua implementação e a sua execução. Assistiu-se uma degradação das condições socioeconómicas na região e no país, que tiveram impactos negativos na vida das populações e na capacidade de investimento dos agentes privados e públicos. Para além disto, na sequência do acesso ao FEEF, esteve em prática um processo de ajustamento financeiro muito exigente para todos os agentes económicos nacionais.

Durante o ano de 2014, a Autoridade de Gestão do Mais Centro voltou a enfrentar as dificuldades já relatadas nos anos anteriores, destacando-se as implicações operacionais e de gestão resultantes das alterações que foram sendo introduzidas pelos Memorandos de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses; a execução aquém do desejável das operações aprovadas no âmbito dos Sistemas de Incentivos; o tratamento dos projetos geradores de receitas; a carga administrativa associada a projetos de natureza imaterial, quer ao nível da aprovação, quer da análise dos pedidos de pagamento; e a descrição dos sistemas de gestão e controlo das CIM. Também a reorganização territorial das CIM, no âmbito da entrada em vigor da lei nº 75/2013 de 12 de setembro, implicou novos ajustamentos ao nível do Mais Centro.

Para atenuar os efeitos da crise, mantiveram-se algumas medidas já tomadas em anos anteriores e que se centram em grande parte na agilização dos procedimentos e na diminuição do esforço financeiro dos beneficiários. A reorientação das políticas públicas e a definição de medidas suplementares e adicionais foi essencial, tendo o QREN assumido um papel fundamental no combate à crise enquanto instrumento para a modernização e recuperação económica e para o aumento da coesão social e territorial no país. O QREN tem ajudado a potenciar as condições de recuperação económica enquanto instrumento de dinamização da procura interna, do desenvolvimento regional e nacional e como acelerador de investimento e de injeção financeira na economia. Os bons níveis de execução do PO regional nos últimos anos, com a taxa de execução mais elevada entre os PO regionais do Continente, foram particularmente relevantes, assumindo-se como um importante instrumento de resposta às vulnerabilidades.

Investimentos na Região Centro

Desde praticamente o início do período de programação que a Região Centro se assumiu como a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do QREN entre as várias regiões portuguesas. Cerca de 27,3% do total de fundos aprovados no país respeitam a projetos na região. A situação é bastante semelhante em termos da execução dos projetos regionais. A despesa validada de fundos comunitários na Região Centro representava 27,1% do total nacional, sendo assim também a segunda região com maior nível de execução.

Até ao final de 2014, tinham já sido aprovados na Região Centro 6,5 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão, no âmbito do QREN, resultado de um investimento previsto na região de 10,8 mil milhões de euros. Como se verifica, os fundos comunitários alavancam um valor superior de investimento, tendo assim associado um efeito multiplicador que potencia um maior desenvolvimento regional, o que no caso do Centro é de 1,7 (ou seja, por cada euro de fundos comunitários aprovados é gerado quase o dobro desse valor em investimento).

No âmbito do Programa Operacional temático Fatores de Competitividade, estavam aprovados na região 1,5 mil milhões de euros de FEDER no final de 2014, ou seja, 36,2% do total aprovado no país. Mantém-se, no entanto, como o programa com menor execução regional, o que se deve, em grande medida, à conjuntura que marcou os últimos anos.

O Programa Operacional Valorização do Território tinha aprovado 1,1 mil milhões de euros de fundos comunitários para cofinanciamento de projetos regionais até ao final de dezembro de 2014. Cerca de 61% do valor de aprovações respeitava a projetos no âmbito da Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário, da Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento e das Redes e Equipamentos de Transportes.

Relativamente ao Programa Operacional Potencial Humano, os projetos aprovados envolvem um cofinanciamento de 2,1 mil milhões de euros de FSE na Região Centro, traduzindo-se num peso de 30,1% no total aprovado no país. Os maiores valores de aprovações destinaram-se a Cursos Profissionais, Cursos de Educação e Formação de Adultos, Bolsas e Programas para Estudantes do Ensino Superior e Formações Modulares Certificadas que, no seu conjunto, concentravam 58% do total de FSE aprovado para projetos regionais.

Os Sistemas de Incentivos do QREN têm sido um importante instrumento de cofinanciamento de investimentos empresariais na Região Centro, nomeadamente dos que se encontram alinhados com os objetivos estratégicos deste quadro de programação. No final do ano de 2014, estavam aprovados nos Sistemas de Incentivos 3.283 projetos de empresas na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo comunitário de 1,3 mil milhões de euros e um investimento elegível previsto de 3 mil milhões de euros, no âmbito do Mais Centro e do PO FC.

Conclusão

No exercício de 2014 foi possível consolidar o ritmo de execução do Programa, o que permitiu atingir uma taxa de execução de 82,5%, (face a 70,02% em 31 de dezembro de 2013 e 56,43% em dezembro de 2012). A execução alcançada permitiu que o Mais Centro a 31/12/2014 tivesse uma das melhores taxas de execução dos Programas FEDER do Continente.

O ano de 2014 caracterizou-se por um esforço constante da Autoridade de Gestão em termos de acompanhamento e monitorização das operações, programas e planos aprovados. Para garantir um encerramento compatível com o arranque do PT2020, o foco da Autoridade de Gestão terá de ser colocado na execução de compromissos já assumidos e em execução e na desativação de compromissos sem capacidade de execução.

A Autoridade de Gestão garantiu no exercício de 2014 um acompanhamento constante da evolução dos indicadores de realização e resultado em sede de monitorização física. Para o efeito, é efetuada

uma monitorização trimestral da realização física, existe uma preocupação com o encerramento das operações para garantir que a execução financeira tenha tradução na realização física (indicadores de realização e resultado), e foram acompanhadas as situações em que os valores obtidos estão abaixo das metas estabelecidas.

Importa ainda referir que, até ao final do ano 2014, o PO recebeu da Comissão Europeia 1.550.295.259,41 euros, dos quais 127.622.484,30 euros correspondem a pré-financiamento, 1.332.731.334,79 euros referentes a reembolsos e os restantes 89.941.440,32 euros respeitantes a pagamentos top-up.

Com a alteração do Regulamento (CE) n.º 1083, através do Regulamento n.º (CE) 539/2010, de 16 de Junho, a regra n+3 foi aplicada pela primeira vez em 2011, tendo sido superada todos os anos. A meta n+3 a atingir em 31/12/2011 era de 143.993.649 euros (uma vez que considera o pré-financiamento de 127.622.484 euros), de 420.279.138 em 31/12/2012, e de 987.233.601 euros em 2013, e de 1.278.094.990 euros em 31/12/2014.

Estando a dotação do Programa Operacional totalmente comprometida, verifica-se que há ainda recursos comprometidos que estão por executar, sendo portanto, como já se disse, a execução, gestão do *overbooking* e encerramento, aspetos essenciais da gestão do Mais Centro ao longo de 2015.

IV – COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Divulgar e promover as atividades da CCDRC e do Mais Centro, de forma a aumentar a sua notoriedade junto da comunicação social e da população da Região Centro, foi o principal objetivo da Assessoria de Comunicação da Presidência da CCDRC em 2014.

A estratégia de comunicação da CCDRC concretizou-se na disponibilização de serviços, produtos e eventos que evidenciem a importância do trabalho da CCDRC e do Mais Centro para a afirmação do Centro de Portugal. Toda comunicação foi desenvolvida, ao longo do ano de 2014, de acordo com os objetivos previstos no Plano de Atividades, apresentando indicadores bastante positivos em termos de execução (ver tabela 14).

A comunicação com os media é uma condição essencial para evidenciar a visibilidade do trabalho feito na CCDRC. Ao longo do ano de 2014, foi dada continuidade à implementação de uma estratégia coerente e contínua, sustentada por contactos regulares com os órgãos de comunicação social, de forma a criar um relacionamento sólido e de confiança. Em 2014, foram publicadas 3.212 notícias sobre a CCDRC, ultrapassando largamente o objetivo definido para 2014 de 2.000 notícias positivas.

Tabela 14 – – Assessoria de Comunicação da Presidência: metas vs resultados

	Objetivos	Ações de Comunicação	Indicadores de Desempenho	Meta	Resultados
AC da Presidência	Divulgar e promover as atividades da CCDRC e do Mais Centro, de forma a aumentar a sua notoriedade junto da comunicação social e da população da Região Centro	Assessoria de imprensa	N.º de comunicados de imprensa	25	38
			N.º de notícias publicadas	2000	3212
			N.º de esclarecimentos feitos à comunicação social	70	131
		Gestão do site da CCDRC	N.º de atualizações de conteúdos	200	335
			N.º de acessos ao site	250.000	308.602
		Gestão das redes sociais da CCDRC	N.º de atualizações facebook	200	292
			N.º de novos amigos no facebook	1.000	1748
		Gestão do site do Mais Centro	N.º de atualizações de conteúdo	30	62
			N.º de acessos ao site	30.000	63.255
		Gestão das redes sociais do Mais Centro	N.º de atualizações facebook	100	177
			N.º de novos amigos no facebook	300	572
		Organização de eventos	N.º de eventos	25	24
		Produção de produtos promocionais	N.º de produtos	3	2
		Produção de publicações	N.º de Publicações	5	5
Promover a comunicação interna	Dinamizar a intranet	N.º de atualizações de conteúdos	100	317	

Além das habituais formas de comunicação da CCDRC (comunicados de imprensa, site, redes sociais, linha de atendimento, seminários, sessões de divulgação, etc.) é de destacar as seguintes ações de comunicação em 2014:

- **Visita do Comissário europeu Johanes Hahn e do Ministro Poiares Maduro ao Biocant e IPN**

O Comissário Europeu Johanes Hahn, responsável pela política regional, e o Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro, visitaram, no dia 11 de Abril, o Parque Biocant (Cantanhede) e o Instituto Pedro Nunes (Coimbra), dois projetos que tiveram o apoio do Mais Centro – Programa Operacional Regional do Centro.

No Parque Biocant, o Comissário Europeu lançou a primeira pedra do terceiro edifício deste parque tecnológico que irá acolher Pequenas e Médias Empresas na área da biotecnologia e visitou diversas plataformas de investigação.

No Instituto Pedro Nunes (IPN), o Comissário Europeu visitou a primeira aceleradora de empresas do país, a TecBIS (Technology Business Innovation Sustainable Growth) e a incubadora do IPN que providencia serviços avançados a empresas inovadoras e de base tecnológica, promovendo a transferência de tecnologia e a internacionalização.



- **Comemoração do dia da Europa: Assinatura do memorando de alargamento da Macro Região do Sudoeste Europeu (RESOE) à Região Centro**



A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) assinalou o dia da Europa com o evento de assinatura do memorando de alargamento da Macro Região do Sudoeste Europeu (RESOE) à Região Centro e às Astúrias. Com este alargamento, a RESOE ganha relevância em termos europeus, passando a integrar as regiões

Norte e Centro, de Portugal, e Galiza, Castilla y León e Astúrias, de Espanha.

Esta parceria de regiões do Sudoeste Europeu, constituída com grande simbolismo no Dia da Europa, vem colmatar uma lacuna importante na articulação territorial da Região Centro no espaço europeu.



- **Roteiro pelos Territórios de Baixa Densidade**

No âmbito dos Roteiros pelos Territórios de Baixa Densidade, o Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiars Maduro, visitou nos dias 31 de julho, 1 e 2 de agosto, vários projetos apoiados pelo Mais Centro, como por exemplo, a Aldeia Histórica de Linhares da Beira, a empresa Constálica, a Casa das Penhas Douradas Design Hotel e SPA, o PARKURBIS – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, a Requalificação do Rio Unhais Pampilhosa da Serra, o Villa Pampilhosa Hotel e a Aldeia do Xisto de Cerdeira (Lousã).



- **Visita à empresa RCD, Resíduos de Construção e Demolição, SA**

A Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro visitou, no dia 27 de agosto, a empresa RCD, Resíduos de Construção e Demolição, SA., na Figueira da Foz, que teve um apoio do Programa Mais Centro de 1,7 milhões de euros, através dos Sistemas de Incentivos à Inovação. A RCD, SA. é uma empresa de tratamento e valorização de resíduos de construção e demolição, que possibilita o reaproveitamento de cerca de 90% dos materiais. A solução tecnológica apresentada pela RCD, SA. está entre as mais avançadas da Europa, transformando os resíduos de construção e demolição em matérias-primas com diversas aplicações no setor da construção civil.



- **Visita ao Centro de Conhecimento em Materiais para a Construção Sustentável**

A Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) visitou, no dia 10 de setembro, o Centro de Conhecimento em Materiais para a Construção Sustentável, um Projeto do CTCV – Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, que teve o apoio do Programa Mais Centro de 6, 4 milhões de euros. Este projeto, localizado no Coimbra iParque, visou a criação de uma infraestrutura dedicada ao desenvolvimento de novos produtos, materiais, processos e tecnologias de produção para as fileiras dos materiais de construção e casa.



- **Participação da CCDRC nos Open Days**

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) garantiu, pelo sétimo ano consecutivo, a participação da região Centro de Portugal nos Open Days. Este evento, que é o maior evento anual no calendário das cidades e regiões europeias, organizado pelo Comité das Regiões e pela Comissão Europeia em cooperação com o Parlamento Europeu, a Presidência da União Europeia e cerca de 200 regiões e cidades de mais de três dezenas de países, decorreu de 6 a 9 de outubro, em Bruxelas.

A CCDRC integra uma parceria regional "Smart Partnerships for jobs and growth", composta por um conjunto diversificado de regiões e cidades de cinco países (Reino Unido, Noruega Dinamarca, Polónia e Croácia). Esta parceria organizou um workshop, que consta do programa oficial, «Is "smart" the right approach to achieve jobs and growth?», que teve lugar no dia 7, de manhã, na Casa da Noruega. A Presidente da CCDRC, Ana Abrunhosa, foi oradora nesta sessão, com uma intervenção sobre a Estratégia de Especialização Inteligente do Centro de Portugal. Este evento foi seguido de um almoço com produtos da região Centro, uma forma de promoção dos territórios do Centro e dos seus produtos junto dos participantes no workshop.



- **Concurso regional de ideias de negócio nas escolas**

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) promoveu, no dia 31 de outubro, o “Concurso Regional de Ideias de Negócio 2014 nas Escolas”. Este concurso, financiado pelo Mais Centro, pretendeu eleger o “Aluno Empreendedor 2014” entre os representantes das Comunidades Intermunicipais da Região Centro. O objetivo foi sensibilizar e motivar os jovens para a inovação e o empreendedorismo, promovendo a iniciativa e o dinamismo nas comunidades onde se inserem. Os prémios foram entregues pelo Secretário de Estado da Administração Local, António Leitão Amaro.

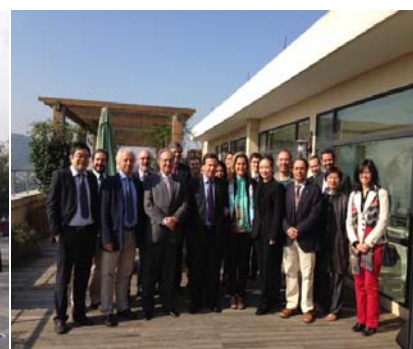
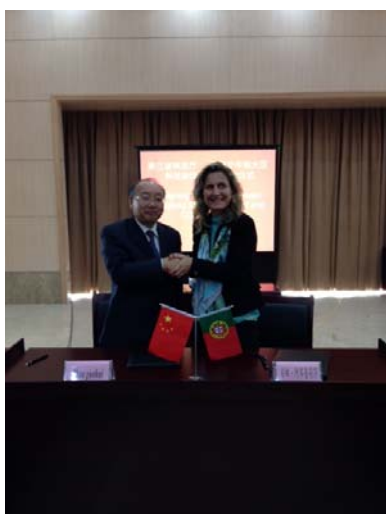


- **Missão Empresarial à China**

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), em parceria com o Biocant Park e as Universidades de Aveiro e Coimbra, promoveu, de 2 a 7 de novembro, uma missão empresarial à província chinesa de Zhejiang, para concretização de parcerias em áreas muito relevantes para a Região Centro. O objetivo principal foi o de estreitar laços de cooperação, celebrando contratos e realizando negócios em áreas tecnológicas associadas à saúde e bem-estar, à biotecnologia, aos materiais avançados e ao mar.

Com esta missão, a CCDRC pretendeu aprofundar o conhecimento da realidade e do potencial de desenvolvimento da Província de Zhejiang, dar a conhecer a Região Centro e promover a colaboração entre universidades, centros de I&D, hospitais e empresas das duas regiões.

O programa da missão incluiu a assinatura de um Memorando de Entendimento entre a CCDRC e o Departamento de Ciência e Tecnologia da Província de Zhejiang, que preconiza o alargamento das áreas de cooperação.

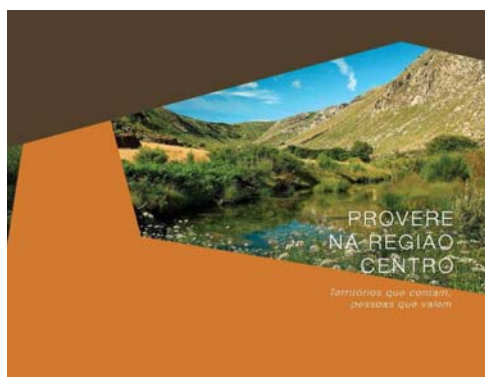


- **Sessão Pública de apresentação de resultados 2014**

A Comissão Diretiva do Programa Mais Centro promoveu, no dia 18 de dezembro, em Idanha-a-Nova, o evento anual de apresentação de resultados do Mais Centro, este ano dedicado ao PROVERE - Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos. Este evento contou com a participação do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida.



- **Brochura PROVERE**



A brochura "PROVERE NA REGIÃO CENTRO - Territórios que contam, pessoas que valem" apresenta resultados concretos que foram alcançados no contexto da execução dos oito programas de ação aprovados na Região Centro. A seleção de projetos que integram a brochura dizem respeito a iniciativas emblemáticas do PROVERE na região e a sua escolha obedeceu apenas a duas preocupações:

que fossem representativas de um conjunto significativo e variado de iniciativas e ações levadas a cabo pelos oito PROVERE com reconhecimento formal na região, e que nalguns casos também fossem demonstrativas de como foi possível valorizar economicamente os recursos de exceção que estão no centro das estratégias para os territórios de baixa densidade.

- **Suplemento PROVERE**

Com o objetivo de evidenciar o impacto da realização do programa PROVERE na Região Centro, foi publicado um suplemento jornalístico dedicado a este tema (4 páginas, integralmente a cores), encartado no Grupo do Diário de Coimbra (Diário de Coimbra, Diário de Aveiro, Diário de Leiria e

Diário de Viseu), no dia do evento anual do Mais Centro, que se realizou no 18 de dezembro, em Idanha-a-Nova.

Mário Colares

ESPECIAL PROVERE

1. Áreas Municipais de Política e Planos de Ação

2. Territórios de baixa densidade

3. Gesta Delta

4. Territórios de fronteira

5. Regiões Interiores

6. Fronteiras de Topo

7. Áreas de Desenvolvimento

8. Recursos Endógenos

9. Rede das Aldeias da Serra

100.7

78

8

Aposta ganha nos nossos recursos

As áreas de desenvolvimento são as áreas de maior potencial de crescimento e de maior atratividade para o investimento privado e público. Estas áreas são definidas com base nos recursos endógenos disponíveis em cada território, nomeadamente a nível de recursos humanos, tecnológicos, económicos, culturais e ambientais. A aposta em áreas de desenvolvimento é uma estratégia fundamental para a promoção do crescimento económico e da coesão territorial.

Mário Colares

ESPECIAL PROVERE

O futuro passa por continuar a aposta nos territórios de baixa densidade

Am Abreu
Coordenadora do Gabinete de Estudos e Registos do CREN

A aposta em áreas de desenvolvimento é uma estratégia fundamental para a promoção do crescimento económico e da coesão territorial. O futuro passa por continuar a aposta nos territórios de baixa densidade, onde se encontram recursos endógenos valiosos e potencial para o desenvolvimento sustentável.

Os territórios de baixa densidade são aqueles que apresentam uma população residente inferior a 50 habitantes por km². Estes territórios são fundamentais para a coesão territorial e o desenvolvimento económico da região. A aposta em áreas de desenvolvimento é uma estratégia fundamental para a promoção do crescimento económico e da coesão territorial.

Os recursos endógenos são aqueles que estão disponíveis em cada território e que podem ser aproveitados para o desenvolvimento económico. Estes recursos incluem recursos humanos, tecnológicos, económicos, culturais e ambientais. A aposta em áreas de desenvolvimento é uma estratégia fundamental para a promoção do crescimento económico e da coesão territorial.

A aposta em áreas de desenvolvimento é uma estratégia fundamental para a promoção do crescimento económico e da coesão territorial. O futuro passa por continuar a aposta nos territórios de baixa densidade, onde se encontram recursos endógenos valiosos e potencial para o desenvolvimento sustentável.

mais CENTRO Acompanhe a execução do Mais Centro pelo Facebook

http://www.facebook.com/MaisCentro_CREN

Programa Operacional Regional do Centro



A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro é um organismo da Administração Central do Estado com atuação direta na Região Centro (NUTS II).

Internamente a CCDRC organiza-se em seis Direções de Serviço e cinco Divisões Sub-Regionais que estão localizadas em Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu.

A CCDRC enquanto entidade regional com competência para a Gestão dos Programas Operacionais Regionais, comporta também um Secretariado Técnico de suporte a este Programa.

O universo dos trabalhadores da CCDRC, que de acordo com o Sistema Integrado de Organização do Estado (SIOE) carregado por estes serviços, bem como do Balanço Social, à data de 31 de Dezembro de 2014, era de 234 trabalhadores, assim distribuídos, por género:

Tabela 15 – Distribuição dos recursos humanos, por género

Número Total de Trabalhadores por género	
Homens	103
Mulheres	131
Total	234

Os indivíduos do sexo masculino representam 44% do total dos trabalhadores da CCDRC, percentagem que vem a decrescer nos últimos anos. A percentagem de indivíduos do sexo masculino no ano anterior era de 46% do total.

A tabela seguinte reflete a distribuição dos trabalhadores, independentemente do vínculo, por Unidade Orgânica.

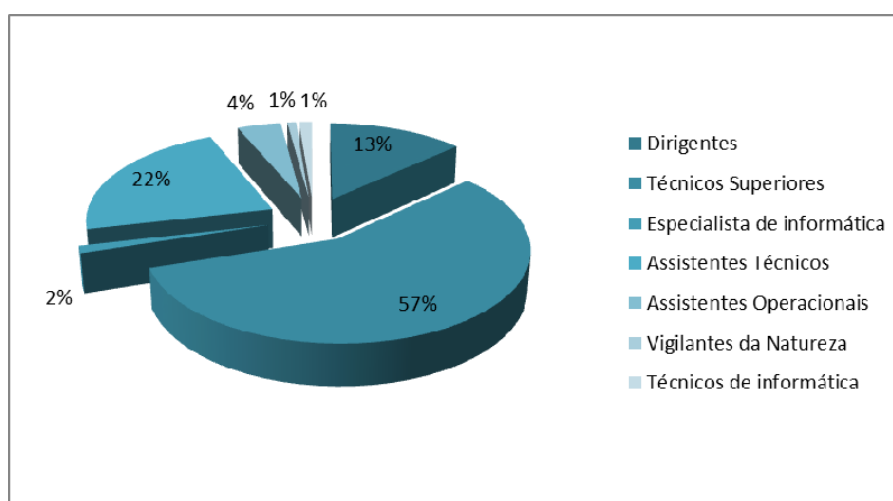
Tabela 16 – Distribuição dos recursos humanos por unidade orgânica

Número total de trabalhadores por Unidade Orgânica	
Direção de Serviços de Ambiente	23
Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	15
Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	47
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	14
Direção de Serviços de Fiscalização	8
Direção de Serviços de Ordenamento do Território	24
Divisões Sub-Regionais	39
Presidência	10
Mais Centro	54
Total	234

O universo dos trabalhadores da CCDRC, está agrupado segundo a sua carreira e/ou categoria de acordo com a seguinte tabela:

Tabela 17 – Distribuição dos recursos humanos, por carreira

Número Total de Trabalhadores por carreira	
Dirigentes	31
Técnicos Superiores	133
Especialista de Informática	3
Assistentes Técnicos	52
Assistentes Operacionais	10
Vigilantes da Natureza	2
Técnicos de Informática	3
Total	234



Distribuição dos trabalhadores por carreira

A análise de alguma das características do universo dos trabalhadores é apresentada anualmente no Balanço Social. Este instrumento permite avaliar a dinâmica dos recursos humanos (entradas/saídas), analisar alguns dos seus comportamentos, nomeadamente no que diz respeito ao absentismo, ou ainda quanto ao grau de tecnicidade.

Tabela 18 – Distribuição dos recursos humanos por habilitação académica

Número Total de Trabalhadores por habilitações académicas	
Doutoramento	2
Mestrado	20
Licenciatura	149
Bacharelato	3
12º ano	16
11º ano	13
9ºano	20
6ºano	8
4ªclasse	3
Total	234

O índice de tecnicidade (número de técnicos superiores X 100/total dos trabalhadores) é assim de 71%. O universo dos recursos humanos da CCDRC apresenta um elevado nível de especialização abrangendo um vasto número de valências académicas, com maior representatividade nas habilitações académicas da área da engenharia civil, economia/gestão e direito.

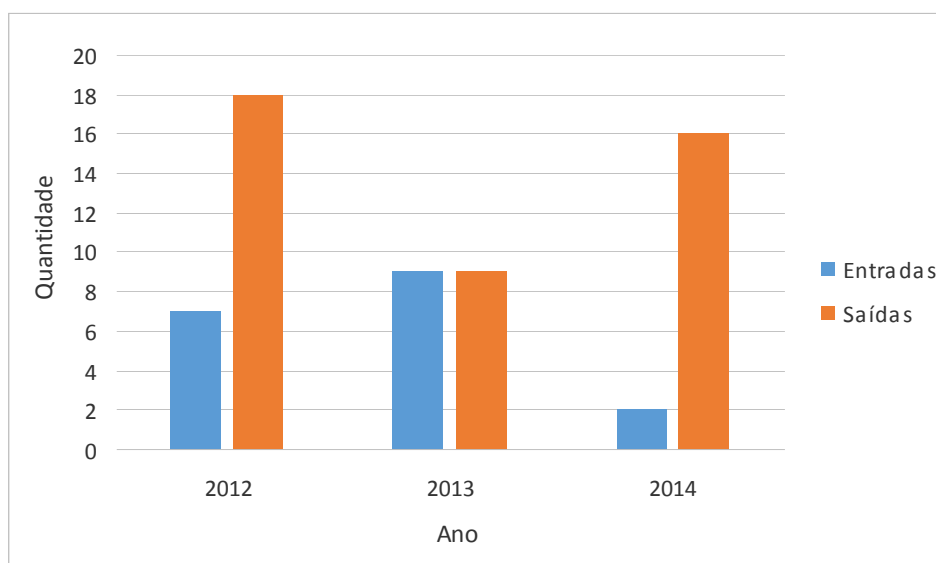
Os pedidos de aposentação e as respetivas saídas são do grupo de trabalhadores com menores habilitações literárias.

As sucessivas alterações ao Estatuto da Aposentação previstas no OE para 2012 motivaram os trabalhadores a requerer a aposentação, pelo que cerca de 90% das saídas são por aposentação antecipada. As entradas registadas no ano de 2014, não são admissões de pessoal, mas sim regresso ao serviço de trabalhadores que exerciam funções fora da CCDRC.

Tabela 19 – Entrada e saída de recursos humanos

	Entradas	Saídas
Nº de trabalhadores	2	16

O gráfico seguinte representa a evolução das entradas e saídas de trabalhadores para a CCDRC, nos últimos 3 anos e, que demonstra o desequilíbrio entre entradas e saídas.



Entradas e saídas de trabalhadores na CCDRC, nos últimos 3 anos

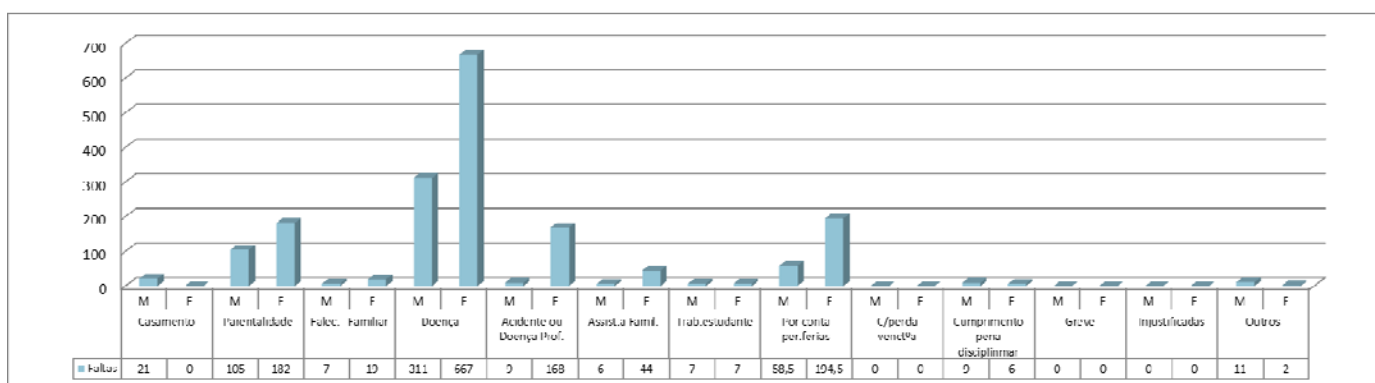
O balanço social permite ainda estabelecer interligações de variáveis para que a tomada de decisão tenha como base os recursos humanos disponíveis. Neste contexto, é possível constatar que a antiguidade na Administração Pública dos trabalhadores se situa entre 30 e 34 anos de serviço (tempo muito próximo do que é necessário para aposentação).

No entanto, a maior parte dos trabalhadores da CCDRC situa-se no grupo etário dos 55 a 59 anos (idade abaixo da idade exigida para aposentação).

O que justifica a diminuição dos números de pedidos de aposentação apresentados durante o ano de 2014, e que deixa também antever que esta não será a razão da saída dos trabalhadores nos próximos anos.

O motivo de absentismo mais presente na assiduidade dos trabalhadores da CCDRC é a ausência ao serviço por motivo de doença (978 dias de ausência) e são as mulheres que apresentam mais este tipo de justificação, quer seja para doença da própria, quer seja para apoio a familiar.

É de realçar que as ausências ao serviço por proteção na parentalidade tiveram alguma expressão neste ano, muito em consequência da idade mais jovem dos trabalhadores afetos à Estrutura de Missão do Mais Centro.



Tipo de faltas dadas pelos trabalhadores da CCDRC



O Plano de Formação 2014 para todos os trabalhadores da CCDRC e do Mais Centro, foi superiormente aprovado a 17 de fevereiro, divulgado na intranet, e criado um e-mail específico – forma@ccdrc.pt - para as respetivas inscrições nas ações formativas, bem como para outros esclarecimentos relativos à formação. A criação deste endereço teve como objetivo fundamental o estabelecimento de um novo canal de comunicação mais ágil com os trabalhadores da CCDRC.

O Plano de Formação, incluiu ações de Formação Externa, distribuída por seis áreas de formação, a saber: Regimes jurídicos, Informática e Novas Tecnologias da Informação, Administrativa e secretariado, Gestão Pública, Gestão de Pessoas e Gestão Financeira/Contabilidade.

Incluiu também Sessões Técnicas, com a identificação das áreas passíveis de serem tratadas em Sessões Técnicas, ministradas por dirigentes e/ou trabalhadores, distribuídas também por áreas de formação: Regimes jurídicos, Informática e Novas Tecnologias da Informação, Ambiente, Gestão Pública, Desenvolvimento Regional e Auditoria.

De realçar, que neste domínio das Sessões Técnicas, o Plano aprovado, tal como era previsto, poderia ser alterado conforme as necessidades e disponibilidades de matérias que surgissem ao longo do ano.

Por último, convém não esquecer a Autoformação (art.º 24º do DL n.º 50/98, de 11 de março) ou seja, o acesso à formação por iniciativa individual do trabalhador e por ele financiada, que corresponda, direta ou indiretamente, às áreas funcionais em que se encontre inserido ou contribua para o aumento da respetiva qualificação.

No que se refere à análise do número de trabalhadores da entidade que participaram em ações de formação profissional, por cargo, carreira, grupo e género (tabela 20), foram no seu total 211 (duzentos e onze) trabalhadores.

Tabela 20 – Número de trabalhadores que participaram em ações de formação

Carreira	Género		Total
	F	M	
Dirigente Superior	0	0	0
Dirigente Intermédio	8	6	14
Técnico Superior	83	52	135
Assistente Técnico	32	14	50
Assistente Operacional	2	2	4
Informático	3	5	8
		Total	211

Sendo que 14 daqueles trabalhadores participaram em ações de formação pelo regime de autoformação, de acordo correspondendo a uma taxa de participação de cerca de 6% (gráfico 4), estando registados no quadro 6.

No âmbito do levantamento das necessidades formativas para 2014 e na perspetiva da instalação do Ambiente Único versão 3 (AU3), foram solicitadas por todos os dirigentes e colaboradores desta CCDRC, ações de formação em WORD básico e avançado, EXCEL básico e avançado, para os trabalhadores da CCDRC e do Mais Centro.

Apesar de ainda não termos instalado o AU3, achamos pertinente iniciar este pacote formativo, logo depois do período nobre de férias, tendo realizado 4 ações (26 turmas). Estas ações em TIC, decorreram todas nas instalações da CCDRC, e foram as seguintes:

- Word básico (quatro turmas);
- Word Avançado (sete turmas);
- Excel básico (sete turmas);
- Excel avançado (sete turmas).

No que respeita à modalidade de formação, constata-se uma elevada predominância da formação contínua (artºs 12.º e 13.º do Dec.-Lei n.º 50/98 de 11 de março).

No tipo de ação de formação a taxa de participação em formação externa e interna de formandos foi de 25% de formação externa e 75% de formação interna.

O investimento em formação foi de 7 125,27 €, imputável a custos diretos, ou seja valor das inscrições.

A duração média por horas despendidas em ações de formação por formando foi de cerca de vinte e uma horas, sendo o volume total de formação de duas mil trezentas e sessenta e seis horas.

O número total de ações de formação em que participaram os trabalhadores da CCDRC foi de 29.

Sobre o tipo de horário de formação predomina a formação em regime laboral com a percentagem média de 98%.

No tocante ao regime de formação destaca-se o regime presencial.

No que respeita ao número de trabalhadores que participaram em ações de formação em regime de autoformação (a expensas do próprio), o seu total foi de 14.

Tabela 21 - Nº de trabalhadores que participaram em ações de formação, em regime de autoformação

Carreira	Género		Total
	F	M	
Dirigente Superior	1	0	1
Dirigente Intermédio	2	1	3
Técnico Superior	7	3	10
Assistente Técnico	0	0	0
Total			14



De acordo com o artigo 18.º n.º 1 da Lei n.º 66-B/2007, a expressão qualitativa da avaliação final dos serviços é expressa pelas seguintes menções:

- a) desempenho bom, atingiu todos os objetivos, superando alguns;
- b) desempenho satisfatório, atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes;
- c) desempenho insuficiente, não atingiu os objetivos mais relevantes.

Face ao exposto ao longo deste relatório, proponho a menção de Desempenho BOM, a atribuir no ano de 2014, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, como resultado da autoavaliação.

Organismo	Menção a atribuir em 2014
CCDRC	BOM

Coimbra, 15 de maio de 2015

A Presidente da CCDRC

(Professora Doutora Ana Maria Abrunhosa)



Anexo 1. – Prestação de Contas

Anexo 2. - Grau de cumprimento dos objetivos do plano de atividades, por unidade orgânica

Anexo 3. - Inquérito interno realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2 alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro

Anexo 4. – Inquérito externo realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2 alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro



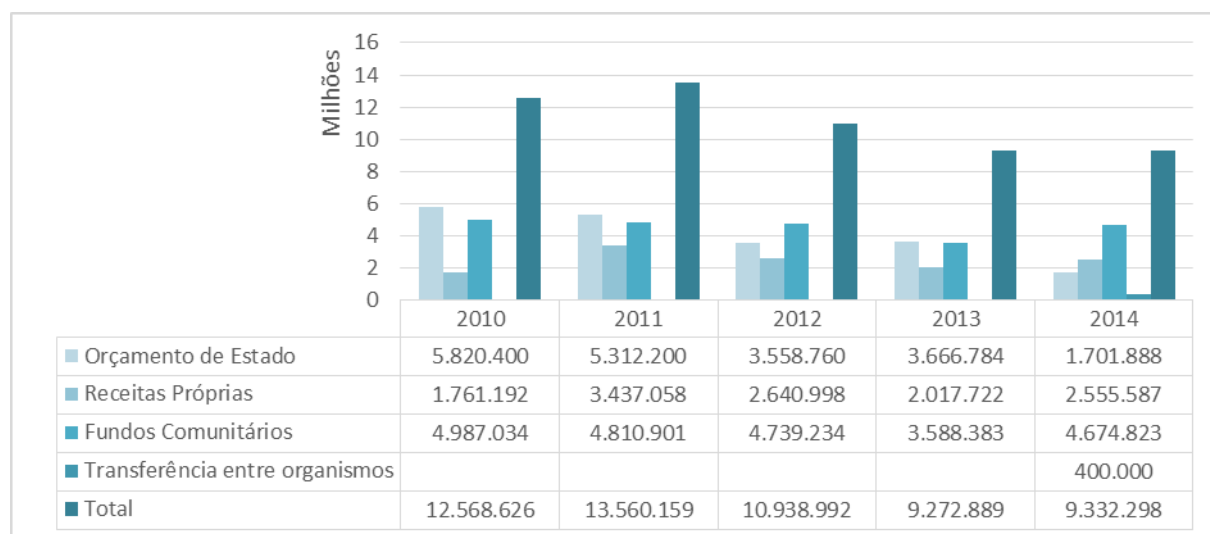
Prestação de Contas

Em 2014 a Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa Financeira (DSCGAF) fechou o ciclo de modernização dos procedimentos de gestão financeira e patrimonial e dos respetivos suportes tecnológicos, iniciado em 2010, com a prestação de contas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e a adoção da Norma de Controlo Interno que lhe está subjacente. A prestação de contas junto do Tribunal de Contas foi feita de modo eletrónico. De realçar ainda que a prestação de contas de 2014 foi a primeira a ser feita sob a supervisão e validação do fiscal único da CCDRC

A 31 de Dezembro de 2014, a CCDRC não tinha dívidas a fornecedores, situação que se mantém sob controlo há vários anos.

Financiamento da Despesa

O financiamento da atividade da CCDRC é assegurado por transferências do Orçamento do Estado (Receitas Gerais), por transferências de Fundos Comunitários (FEDER), por Receitas Próprias (resultantes de taxas, contraordenações e prestações de serviços) e por transferência entre organismos (verba recebida da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P). Sem considerar o montante referente à integração de saldos que se verificou em 2014, a distribuição e evolução da receita é a seguinte:



Analisando o valor da receita total desde 2010, verifica-se uma tendência de descida. Esta tendência é ainda mais significativa se a análise apenas considerar a receita geral já que de 2010 para 2014 conheceu um decréscimo de 4.118.512€ passando de 5.820.400€ para 1.701.888€ o que corresponde a -70%. Este corte tão radical obrigou a organização a efetivar um conjunto de medidas extraordinárias para reforçar a receita das outras fontes mantendo assim o equilíbrio orçamental. Em 2014 destacamos as seguintes medidas extraordinárias: integração de saldos, passagem do cofinanciamento do projeto PIDDAC “Assistência Técnica” de 85% para 100% com efeitos retroativos a 2010 e a transferência da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

Contudo, e quando comparado o valor total da receita com o ano anterior podemos verificar que existe uma consistente tendência de decréscimo, exceto de 2011-2010 e 2014-2013 porque:

- em 2011 devido às receitas próprias que cresceram, em virtude da cobrança extraordinária decorrente do pagamento de valores em atraso da taxa de Gestão de Resíduos (TGR);
- em 2014 em que se verificou um ligeiro crescimento de 0,6 % devido as transferências de outros organismos, caso contrário teríamos uma decida de 3,6 %.

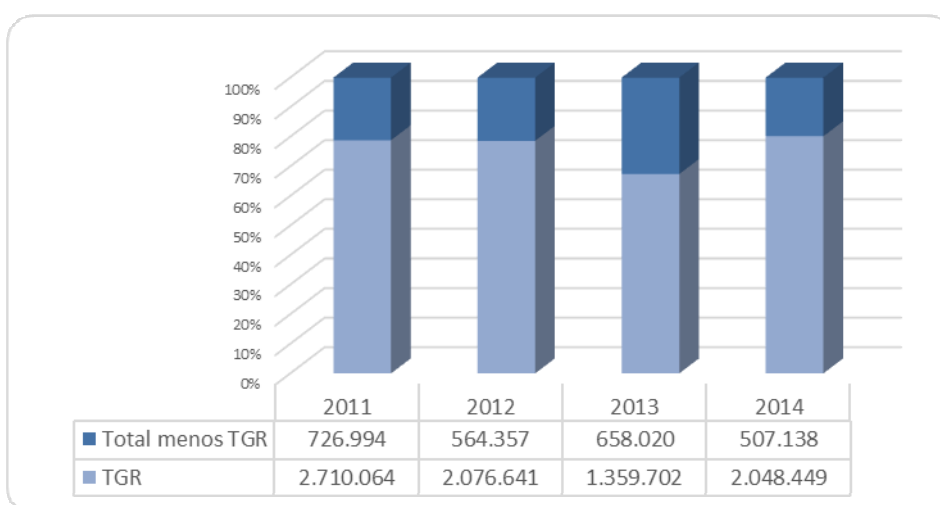
Analisando agora a distribuição da receita considerando o efeito da integração de saldos, podemos concluir que o peso das receitas próprias e da fonte comunitária no total do orçamento tem vindo a aumentar, passado de um peso de 55% (2010) para 85% (2014). Isto é explicado pelo brutal corte nas receitas gerais que a organização teve de suportar

RECEITA com saldos integrados	2010	2011	2012	2013	2014
Receitas Próprias (RP)	2.010.491	4.797.776	6.570.250	3.539.109	6.283.619
Feder	4.987.034	4.810.901	4.739.234	3.588.383	5.819.527
Receita Total (RT)	12.817.925	14.920.877	14.868.244	10.794.276	14.205.034
(RP+Feder) / RT	55%	64%	76%	66%	85%
RP / RT	16%	32%	44%	33%	44%

As receitas próprias efetivas em 2014 representaram 18% das receitas totais, e em 2013 representaram 19%. Com a integração de saldos, estes valores passam para 33% e 44%, respetivamente. Como a relação entre receitas próprias e fonte comunitária representam 85% da receita total, a CCDRC está em condições de manter a autonomia administrativa e financeira.

As receitas próprias são quase na sua totalidade constituídas pela cobrança da taxa de gestão de resíduos (TGR), sendo esta uma receita consignada, o que implica uma enorme dificuldade na sua utilização e na garantia de um equilibrado exercício financeiro. A sua tendência é de decréscimo porque é expectável que a sociedade seja mais ecológica e amiga do ambiente reduzindo assim a tonelagem de resíduos que vai para aterro, facto que é incentivado pela própria alteração legislativa da Lei n.º82-D/2014, de 31 de dezembro, que associa os valores a pagar de TGR aos desvios face às metas constantes do PERSU 2020 que vão no sentido da significativa redução de deposição de resíduos em aterro. O seu valor em nada tem de correspondência com a maior ou menor eficiência da sua cobrança ou em algo que a CCDRC possa ter intervenção.

A dependência da receita própria das TGRs é a seguinte:



As TGR têm representado ao longo dos anos cerca de 80% da receita própria, exceto no ano de 2013 em que taxa de contribuição foi de 67%.

Pelo exposto anteriormente, a enorme dependência das TGR e o crescente peso das receitas próprias na receita total são fatores de risco e de potencial desequilíbrio orçamental da CCDRC em anos futuros. De realçar ainda que o equilíbrio orçamental em 2014 foi conseguido por medidas extraordinárias cuja repetição será difícil de acontecer.

Recebimentos e Pagamentos

Os recebimentos sofreram um ligeiro decréscimo de 14.920.875€ (2011) para 14.868.244€ (2012), traduzido numa taxa de 0,35%. Em 2013 a redução tem maior peso, 27% ao passar de 14.868.244€ para 10.794.275 €. No ano de 2014 os recebimentos voltaram para valores semelhantes ao de 2011 e 2012.

Os pagamentos também decresceram cerca de 19%, passando de 10.160.985€ (2011) para 8.513.712€ (2012). Em 2013 verificou-se um aumento de 4 % tendo sido efetuados pagamentos de 8.860.406 €. Este aumento é devido ao pagamento dos subsídios de natal e férias.

Em 2014 os pagamentos cresceram cerca de 3,5% relativamente ao ano de 2013 maioritariamente influenciado pelas despesas de capital.

O saldo em 2014 foi de 5.039.274€ o que garante o cumprimento da regra do equilíbrio. Este valor é ainda mais de enaltecer quando foi um ano em que a receita geral teve um enorme corte.

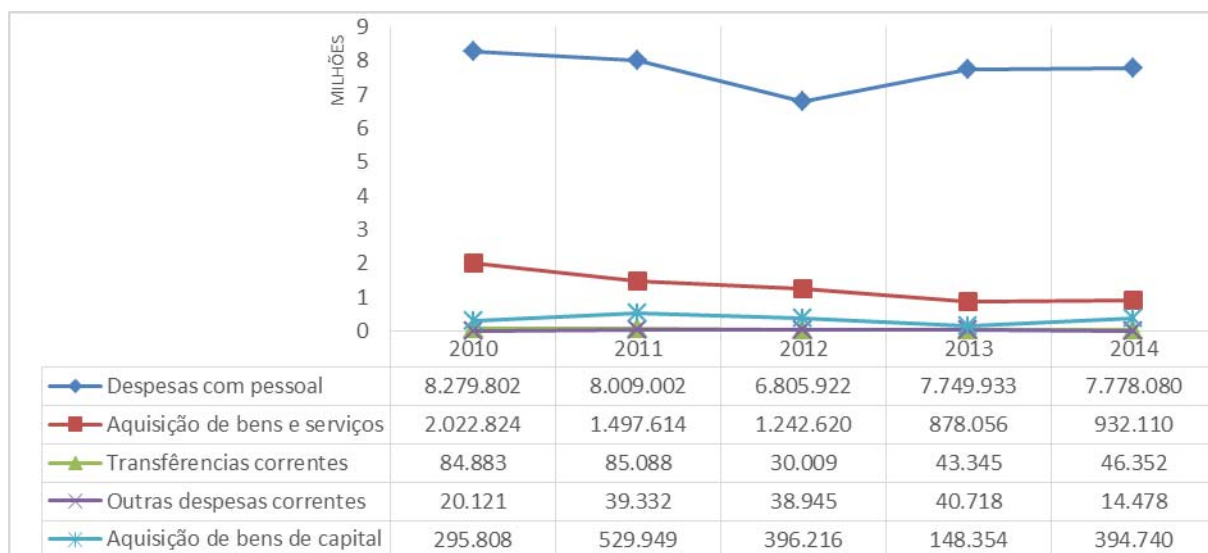
Indicadores de despesa

Como se pode observar no gráfico infra, as três principais componentes da despesa e por ordem de grandeza, são as despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços e as despesas de capital.

Em 2014, estas três rubricas da despesa representaram 99% da despesa total, com os valores e pela mesma ordem, de 85%, 10% e 4%.

A despesa global decresceu nos anos de 2011 e 2012. No ano de 2013 a despesa global cresceu cerca de 4% principalmente devido ao aumento das despesas com pessoal, resultante da reposição dos subsídios de férias e de natal. Em 2014 o aumento verificado resulta essencialmente de despesas em bens de capital.

Como se observa graficamente, as despesas com a aquisição de bens e serviços tem decrescido sistematicamente desde 2010 até ao ano de 2013, passando de 2.022.824 € para 878.056 €. No ano de 2014 verificou-se um ligeiro crescimento de 6% (+ 54.054 €) atingindo o montante de 932.110 €.



Na estrutura da despesa de 2014 as rubricas de “Pessoal” e de “Aquisição de bens e serviços” são as que têm maior peso, 85% e 10% respetivamente.



ANALISE DOS PROJETOS PIDDAC

Orçamento da receita

O financiamento inicial do orçamento PIDDAC tem duas origens: o Orçamento do Estado (OE) e o recurso a Fundos Comunitários. O primeiro contribui com o montante de 683.950 € e o segundo com o montante de 3.942.550 €.

No quadro abaixo, apresenta-se de forma resumida a forma como cada “fonte” financia os projetos individualmente.

Como se observa, o projeto “Assistência Técnica Global ao PO-QREN” representa no orçamento inicial, cerca de 95% da receita do PIDDAC e também 95% do montante do financiamento do OE.

Com as alterações orçamentais (integração de saldos) introduzidas no 3º trimestre, o projeto “Assistência Técnica Global ao PO-QREN” passou a representar 91% do PIDDAC e 93% do OE.

Receita por Projecto			Orçamento Inicial	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS		Orçamento Corrigido
Código		Fonte de Financiamento		Integração saldo	Outras	
6098	Cooperação Int./Interreg. e Promoção da Reg. Centro	OE	- €	3 311,00 €	- €	3 311,00 €
		Comunitário	95 000,00 €	85 533,00 €	- €	180 533,00 €
6300	Assistência Técnica Global ao PO - QREN	OE	650 000,00 €	85 071,00 €	- €	735 071,00 €
		Comunitário	3 722 340,00 €	313 849,00 €	- €	4 036 189,00 €
7881	Promoção da Cooperação c/ Castilla y Leon e Extremadura II	OE	- €	15 393,00 €	- €	15 393,00 €
		Comunitário	91 260,00 €	90 626,00 €	- €	181 886,00 €
9272	Assistencia Tecnica - QEC	OE	33 950,00 €	- €	- €	33 950,00 €
		Comunitário	33 950,00 €	- €	- €	33 950,00 €
Soma			4 626 500,00 €	593 783,00 €	- €	5 220 283,00 €
Totais		OE	683 950,00 €	103 775,00 €	- €	787 725,00 €
		Comunitário	3 942 550,00 €	490 008,00 €	- €	4 432 558,00 €
Total Geral			4 626 500,00 €	593 783,00 €	- €	5 220 283,00 €

Orçamento da despesa

Embora o orçamento inicial da receita seja no montante de 4.626.500 €, o orçamento da despesa está limitado ao montante de 4.382.395 € (orçamento disponível), por via das cativações (82.107 €) por um lado, e da não orçamentação (161.998 €), por outro.

O projeto Assistência Técnica Global ao PO-QREN é o principal projeto de investimento da CCDRC e representa 91% do orçamento da despesa do PIDDAC.

Despesa por Projecto		Orçamento inicial	Alterações orçamentais	Dotação Corrigida	Cativação 12,5% (FN)	Orçamento disponível
Código	Designação					
6098	Cooperação Int./Interreg. e Promoção da Reg. Centro	95 000,00 €	88 844,00 €	183 844,00 €	- €	183 844,00 €
6300	Assistência Técnica Global ao PO - QREN	4 210 342,00 €	398 920,00 €	4 609 262,00 €	77 861,00 €	4 531 401,00 €
7881	Promoção da Cooperação c/ Castilla y Leon e Extremadura II	91 260,00 €	106 019,00 €	197 279,00 €	- €	197 279,00 €
9272	Assistencia Tecnica - QEC	67 900,00 €	- €	67 900,00 €	4 246,00 €	63 654,00 €
Totais		4 464 502,00 €	593 783,00 €	5 058 285,00 €	82 107,00 €	4 976 178,00 €

Em termos de realização financeira, o destaque vai para o projeto “Cooperação Int./Interreg E Promoção da Região Centro” que apresenta uma taxa de execução de 59%, embora tenha um peso relativamente pequeno na estrutura da despesa PIDDAC (4 %).

O Projeto “Assistência Técnica Global ao PO-QREN” é o segundo em termos de realização, com uma taxa de execução de 58 %. Este projeto é o de maior impacto em termos da despesa PIDDAC, representando 91 % deste orçamento.

Os restantes projetos, para além de representarem no seu conjunto apenas 5% da despesa total do PIDDAC, apresentam valores não significativos.

Seguidamente são apresentados os diversos projetos de investimento (PIDDAC) individualizados com os quadros da execução, seguidos da descrição das atividades desenvolvidas no período.

Demonstração de resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

Apresenta os resultados das operações segundo a ótica económica (custos e proveitos) da CCDRC.

Os proveitos são basicamente constituídos pelas transferências e subsídios correntes e pelos impostos e taxas, que no seu conjunto representam cerca de 98% dos proveitos totais.

As transferências têm vindo gradualmente a diminuir na mesma medida que os impostos e taxas sobem no peso relativo dos proveitos totais.

	2010	2011	2012	2013	2014
Transferências e subsídios correntes	85%	72%	70%	73%	71%
Impostos, taxas e outros	14%	26%	27%	24%	27%
Soma	98%	98%	97%	97%	98%

	2010	2011	2012	2013	2014
Impostos, taxas e outros	1.609.659,25	3.315.894,36	2.718.686,09	2.059.172,09	2.578.758,38
Transferências e subsídios correntes	10.096.377,72	9.246.460,47	7.159.682,27	6.283.024,77	6.675.124,32

A redução verificada nos proveitos, é fortemente influenciada pela redução das transferências correntes do Orçamento do Estado para a CCDRC.

	2010	2011	2012	2013	2014
Proveitos	11.902.401,89	12.778.864,68	10.219.271,09	8.562.942,64	9.446.933,85
Custos	10.603.901,77	9.118.413,36	8.053.804,64	9.864.954,24	9.302.776,11
Resultado operacional	1.242.858,83	3.598.205,73	1.983.960,26	-1.418.246,37	34.210,80
Resultado líquido	1.298.500,12	3.660.451,32	2.165.466,45	-1.302.011,60	144.157,74

Em 2014, os proveitos sofreram um aumento global de 10%, tendo passado de 8.562.942 € para 9.446.933 €. Este aumento deve-se ao facto dos “impostos e taxas” terem crescido 25%.

Na estrutura dos custos, temos que ao longo do período de 2010 a 2014, 99% deste são constituídos por três grandezas:

- Os custos com o pessoal que variam entre os 78% e os 86%;
- Os fornecimentos e serviços de terceiros que variam entre 19% e 10%;
- As amortizações que representam cerca de 4% dos custos totais.

Os fornecimentos e serviços de terceiros, em resultado de ganhos de eficiência, têm apresentado uma redução sistemática desde o ano 2010 até ao ano de 2013. A forte redução verificada neste período, cerca de 50%, parece-nos ter atingido o limiar, tendo estabilizado esse valor para 2014.

	2010	2011	2012	2013	2014
Pessoal	78%	79%	78%	86%	86%
Fornecimentos serviços externos	19%	16%	15%	9%	10%
Amortizações exercício	2%	4%	5%	4%	4%
Soma	99%	99%	99%	99%	99%

	2010	2011	2012	2013	2014
Fornecimentos serviços externos	2.017.704,30	1.472.406,99	1.227.233,53	850.859,68	917.244,08
Pessoal	8.315.091,92	7.211.826,54	6.297.709,65	8.512.582,01	7.961.105,22
Amortizações exercício	196.262,67	335.172,17	425.527,40	397.359,65	339.539,65

Em 2014, os custos decresceram globalmente cerca de 6%, cifrando-se essa redução no montante de 562.178 €.

A conta de “Custos com o pessoal” foi a que maior redução apresentou, em termos absolutos, de 551.476 € (- 6,5%).

As restantes rubricas não apresentam valores significativos, já que a redução total dos custos foi de 562.178 €.

A rubrica dos “órgãos dirigentes” teve um decréscimo de custos no montante de 113.522 € (- 8%). A conta “Remunerações do pessoal” foi a que apresentou maior redução, tendo sido gastos menos 567.339 € (- 10%).

Residualmente nas contas de “outros custos com o pessoal” verificou-se também uma pequena redução de 3.730 € (- 12%).

Os principais aumentos verificaram-se nas contas de “encargos sobre as remunerações”, onde se gastaram mais 107.623 €, tendo essas contas passaram de uma despesa de 1.372.297 € para 1.479.921 €, ou seja um acréscimo de 8%.

Também a conta de “Pensões” sofreu um crescimento relativamente ao ano anterior, sendo gastos mais 25.492 € que se traduziu num aumento de 195%, em virtude da despesa passar de 13.091 € para 38.583 €.

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” (FSE), em 2014 teve um ligeiro crescimento de 7,8%. As rubricas mais significativas em termos de valores absolutos que influenciaram para esse resultado, foram:

- Trabalhos especializados – com um aumento de 59.766 € (+ 47%);
- Deslocações e estadas - com um aumento de 27.863 € (+ 99%);
- Conservação e reparação - com um aumento de 12.305 € (+ 28%);
- Eletricidade - com um aumento de 2.609 € (+ 3%);
- Honorários - com uma redução de 26.869 € (-25 %);
- Publicidade - com uma redução de 22.094 € (-66 %);
- Comunicação com uma redução de 10.674 € (-13 %).

Os “fornecimentos e serviços externos”, FSE, no montante de 917.244 €, representam 9% da estrutura dos custos. Seguidamente apresentam-se as rubricas que por ordem decrescente de valores, da estrutura dos FSE:

Item	Valor	%
Trabalhos especializados	184 988,20	20%
Eletricidade	83 837,34	9%
Honorários	81 016,93	9%
Limpeza, higiene e conforto	77 696,31	8%
Comunicação	67 701,29	7%
Rendas e alugueres	67 038,44	7%
Vigilância e segurança	63 621,74	7%
Deslocações e estadas	55 826,51	6%
Conservação e reparação	55 498,20	6%
Combustíveis	50 832,07	6%
Assistência técnica	39 857,51	4%
Outros fornecimentos e serviços	29 183,21	3%
Água	13 029,56	1%
Despesas de representação	11 873,56	1%
Publicidade	11 373,82	1%
Transporte de pessoal	8 139,15	1%
Material de escritório	6 177,20	1%
Seguros	4 172,40	0%
Contencioso e notariado	3 847,44	0%
Comissões	848,78	0%
Livros e documentação técnica	365,22	0%
Artigo para oferta	319,20	0%
	917 244,08	100%

Como se pode constatar, os gastos com os trabalhos especializados, eletricidade, honorários, limpeza e comunicação representam 54 % dos gastos desta natureza.

Em termos de estrutura, os custos da demonstração de resultados são essencialmente constituídos pelos “custos com o pessoal” que representam 86%, sendo os “serviços e fornecimentos externos” responsáveis por 10% e as “amortizações do exercício” 4%.

Na estrutura dos proveitos temos basicamente as “transferências e subsídios correntes obtidos, que representam 71% dos proveitos totais e os “impostos, taxas e outros” que contribuem com 27%.

No corrente ano da conjugação dos fatores já descritos, crescimento dos proveitos e a diminuição de alguns custos, o resultado líquido do exercício cifrou-se num lucro de 144.157 €.

Seguidamente apresenta-se a evolução da construção dos resultados para o quinquénio 2010-2014.



Balanço

Na estrutura do balanço, há que salientar o reforço dos capitais próprios pela via dos resultados nos períodos até ao ano de 2012. Esta é a “grande massa” onde houve alteração significativa de 2011 para 2012 (+2.102.934 €). Em 2013 verificou-se uma diminuição desta “massa” no montante de 1.312.612 €. No corrente ano verificou-se uma ligeira recuperação com o resultado positivo de 144.157 €.

As restantes rubricas do balanço não apresentam variações assinaláveis.

As imobilizações corpóreas líquidas totalizam o montante de 837.479 € e representam 10% do total do “ativo”.

O passivo exposto no balanço, com um total de 3.114.585 € é constituído por dois grupos:

- Dívidas a terceiros - Curto prazo - 1.598.739 €;
- Acréscimos e diferimentos - 1.515.846 €.

O primeiro, refere-se a valores respeitantes a operações de tesouraria, nomeadamente valores questão à guarda da CCDRC não que não lhe pertencem. Estão nesta situação créditos não efetivos relativos a coimas, que só se tornam efetivos após a nossa cobrança, bem como Fundos Comunitários na posse da CCDRC.

O segundo, diz respeito à estimativa refletida na conta “renumerações a liquidar” a pagar em 2014 no montante de 1.020.382 €, correspondente aos subsídios de férias e respetivos encargos e ao montante dos subsídios para investimento de 495.464 € recebidos, sendo que o ser proveito apenas será reconhecido à medida que os bens financiados vão sendo amortizados.

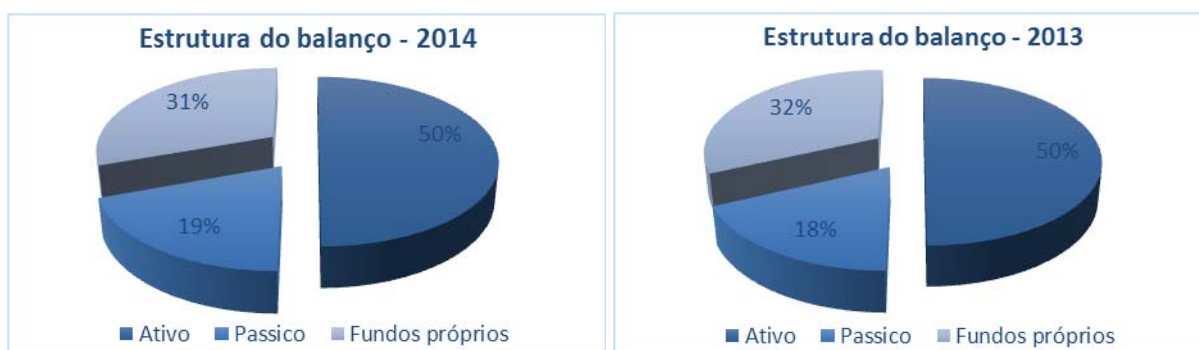
Estrutura do Ativo

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), e espelha a situação patrimonial da CCDRC a 31 de Dezembro de 2014.

O imobilizado líquido no montante de 837479 € representa 10% do ativo total; as dívidas de terceiros no montante de 1.438.547 € representam 18% do ativo total; as disponibilidades apresentam um valor de 5.731.394 € e representam 72% do ativo total.

Estrutura do Passivo

O valor apresentado como passivo refere-se na totalidade a valores inscritos em operações de tesouraria. Referem-se a valores, relacionados com fundos comunitários, na posse da CCDRC mas que não lhe pertencem que serão posteriormente entregues nos cofres do Estado.



BALANÇO

31 de dezembro 2014

Código das contas	ACTIVO	Exercícios			
		2014		2013	
POCP		AB	AA	AL	AL
42	Imobilizações corpóreas	2 507 554,82	1 670 075,16	837 479,66	785 678,20
21+24+26	Dívidas de terceiros - curto prazo	1 438 485,33		1 438 485,33	1 079 934,95
13	Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras	5 731 394,73		5 731 394,73	5 564 905,48
27	Acréscimos e diferimentos	1 374,34		1 374,34	2 793,05
	Total das amortizações		1 670 075,16		
	Total do ativo	9 678 809,22	1 670 075,16	8 008 734,06	7 433 311,68
Código das contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios			
POCP				2014	2013
	Fundos próprios:				
51	Património			194 309,47	194 309,47
59	Resultados transitados			4 555 681,18	5 855 755,36
88	Resultado líquido do exercício			144 157,74	-1 302 011,60
	<i>Total dos fundos próprios</i>			4 894 148,39	4 748 053,23
	Passivo				
26	Dívidas a terceiros - curto prazo			1 598 739,17	1 342 667,91
27	Acréscimos de custos			1 515 846,50	1 342 590,54
	<i>Total do passivo</i>			3 114 585,67	2 685 258,45
	Total dos fundos próprios e do passivo			8 008 734,06	7 433 311,68

Demonstração dos resultados - 31 dezembro 2014

Código das contas	Custos e perdas	Exercício	
		2014	2013
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8 038,05	1 128,27
62	Fornecimentos e serviços externos	917 244,08	850 859,68
64	Custos com o pessoal	7 961 105,22	8 512 582,01
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	56 972,04	60 306,96
66	Amortizações do exercício	339 539,65	397 359,65
67	Provisões do exercício		
65	Outros custos e perdas operacionais	14 359,55	40 718,47
68	Custos e perdas financeiras		
69	Custos e perdas extraordinários	5 517,52	1 999,20
88	Resultado líquido do exercício	144 157,74	-1 302 011,60
	TOTAL	9 446 933,85	8 562 942,64
	Proveitos e ganhos		
71	Vendas e prestações de serviços:	37 697,59	97 247,09
72	Impostos, taxas e outros	2 578 758,38	2 059 172,09
75	Trabalhos para a própria empresa		
73	Proveitos suplementares	780,00	660,00
74	Transferências e subsídios correntes obtidos	6 675 124,32	6 283 024,77
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	39 109,10	4 604,72
78	Proveitos e ganhos financeiros		
79	Proveitos e ganhos extraordinários	115 464,46	118 233,97
	TOTAL	9 446 933,85	8 562 942,64



**Grau de cumprimento dos objectivos do plano de actividades,
por unidade orgânica**

Grau e cumprimentos dos objectivos do plano de actividades, por unidade orgânica

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
					superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	DS	Reforçar a internacionalização e a inserção europeia da Região Centro	Nº de eventos de internacionalização	5	X		
			Nº de ações de difusão para apresentação de candidaturas (prémios, convocatórias, parcerias) regionais	12	X		
			Nº de iniciativas promovidas para captação de IDE	6	X		
		Impulsionar a atuação concertada da CCDRC com os atores regionais	Elaboração de um Roadmap (Plano de Ação) para a RIS3 do Centro	31 de julho (superado antes de 30 junho)	ANULADO		
	Nº de iniciativas de dinamização com entidades regionais		10	X			
	DPA	Monitorizar o sucesso regional	Nº de páginas consultadas no Datacentro	15 000	X		
			Nº de relatórios de monitorização do PAR, POR, RIS3 e Barómetro Regional	12 (superado com 13)	X		
			Elaboração de Catálogo do Empreendedorismo na Região 2012/2013	31 de agosto	ANULADO		
			Nº de comunicados de imprensa	6	X		
	DCP	Alargar a participação regional nos programas de cooperação territorial europeia	Nº de iniciativas de divulgação de resultados POCTEP 2007-2013 e de apresentação dos novos PO CTE 2014-2020	6	X		
			Proporção de projetos POCTEP 2007-2013 em execução na Região Centro com acompanhamento físico	95%	X		

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	
Objetivos	Fundamentações
Reforçar a internacionalização e a inserção europeia da Região Centro	<p>Foram (co)organizados 6 eventos de internacionalização, dois deles relacionados com a adesão da Região Centro à Macro Região do Sudoeste Europeu (RESOE). Foi assegurada uma participação intensa da Região Centro na Semana Europeia das Regiões e Cidades (Open Days) em Bruxelas e coorganizaram-se as Jornadas de Enoturismo subordinadas ao tema “O Centro de Portugal como Destino de Enoturismo”. No âmbito da Comunidade de Trabalho Alentejo-Centro-Extremadura (EUROACE), foi realizado um seminário sobre «Cooperação e desenvolvimento rural - Experiências e perspetivas para 2014-2020» e o II Plenário da EUROACE.</p> <p>Foram realizadas 16 ações de difusão com a dinamização/participação em Workshops, Conferências, Seminários que contribuíram para a disseminação das oportunidades de financiamento disponíveis aos atores da Região Centro.</p> <p>Foram realizadas oito iniciativas promovidas para captação de IDE relevantes: duas em estreita articulação com a AICEP Portugal Global (com a preparação de um protocolo de colaboração e a coorganização do Roadshow Portugal Global de Coimbra); uma iniciativa com os Empresários da Diáspora de Viseu; três iniciativas com a província chinesa de Zhejiang (recepção de uma delegação na CCDRC, organização de uma missão empresarial à Zhejiang e a assinatura de um protocolo de cooperação com o Governo da referida província); a organização de uma sessão de networking lunch em Bruxelas durante os Open Days; e a realização de uma Sessão sobre Oportunidades de Negócio para as Empresas de Base Tecnológica no Brasil coorganizada com a B2Citizens na CCDRC.</p>
Impulsionar a atuação concertada da CCDRC com os atores regionais	<p>Foram realizadas 14 iniciativas de dinamização de reuniões e/ou eventos em áreas tão distintas como a RIS3, o empreendedorismo de base local, o reconhecimento das empresas Gazela da Região, bem como uma intensa articulação com outros parceiros regionais que se substanciou em duas candidaturas vencedoras junto da União Europeia, uma através do Observatório Europeu de Clusters em que a Região Centro foi uma das seis regiões europeias selecionada como ‘região modelo demonstradora de estratégias de clusterização e especialização inteligente’ e outra, em parceria com a Universidade de Coimbra, no âmbito do Programa Horizonte 2020, que irá financiar a preparação e desenvolvimento de Institutos de Investigação de Excelência, no caso o Instituto Multidisciplinar do Envelhecimento enquanto núcleo central do Campo da vida Ageing@Coimbra.</p>
Monitorizar o sucesso regional	<p>Foram consultadas 17.341 páginas no Datacentro.</p> <p>Foram preparados e divulgados 17 relatórios de monitorização do PAR, POR, RIS3 e Barómetro Regional, na medida em que se deu continuidade à divulgação do Boletim Trimestral e se lançou o Barómetro Regional do Centro, tendo este documento sido atualizado ao longo do ano sempre que houve informação disponível relevante. Por outro lado, continuou-se a acompanhar a implementação das políticas públicas na Região, através da divulgação dos documentos “Políticas Públicas no Centro de Portugal, QREN 2007-2013” reportado a dezembro de 2014 e “A importância do QREN nas Estratégias Territoriais de Desenvolvimento” uma perspetiva para as antigas NUTS III Beira Interior Norte, Cova da Beira, Baixo Mondego e Dão-Lafões. Foi ainda efetuado um trabalho de suporte ao Programa Operacional Regional do Centro sobre o Mapeamento das Necessidades de Investimento em áreas exigidas pela Comissão Europeia. Pelo segundo ano consecutivo foram identificadas e caracterizadas as empresas “Gazela” da Região Centro e foi ainda editado o livro “PROVERE na Região Centro – Territórios que contam, pessoas que valem”.</p> <p>Contribuindo para a maior visibilidade externa do trabalho desenvolvido na CCDRC/DSDR foram divulgados oito press releases pelos órgãos de comunicação social.</p>
Alargar a participação regional nos programas de cooperação territorial europeia	<p>Foram realizadas sete sessões de apresentação do novo Programa INTERREG V, em diferentes fóruns que decorreram na região Centro ou nas regiões vizinhas de Castilla y León e Extremadura, com a presença de entidades da nossa região.</p> <p>No âmbito da gestão do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP 2007-2013) foram acompanhados 96,8% dos projetos ainda em execução, no sentido de assegurar um adequado nível de execução do programa na região.</p>

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
					superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	DS	Seminários, sessões de esclarecimento e FAQ no âmbito do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e do regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.	Seminários realizados Sessões de esclarecimento realizadas FAQ elaboradas	3 16 12	3 24 21		
		Assessoria Jurídica e contencioso administrativo	Tempo médio de resposta e qualidade	95% dos atos de apoio jurídico prestados até 30 dias e 100% com correção jurídica		79 pareceres com correção jurídica, 93,68 % prestados até 30 dias	
	DAJ	Apoio Jurídico às autarquias locais e entidades equiparadas	Tempo médio de resposta e qualidade	95% dos atos de apoio jurídico prestados até 30 dias e 100% com correção jurídica	383 pareceres com correção jurídica, 99,5 % prestados até 30 dias		
		Medidas de Tutela da legalidade	Percentagem de propostas de decisão sobre autos/participações de contraordenação	550 propostas de decisão, relatórios, e informação de arquivo, de autos de notícia e de participações respeitantes a processos de contraordenação	923		
	DCTF	Apoio técnico aos Municípios da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes	Municípios apoiados tecnicamente	77	100 %		
		Apoio técnico às Freguesias da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes	Freguesias apoiadas tecnicamente	Elaboração de guia do autarca das Freguesias	100 %		
		Assessoria técnica às autarquias locais e entidades equiparadas, no âmbito do seu regime financeiro e contabilístico	Tempo médio de resposta e qualidade	95% dos atos de apoio prestados até 30 dias e 100% com correção técnica	100 %		

Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	
Objectivos	Fundamentações
Promoção e realização de seminários e sessões de esclarecimento no âmbito do apoio autárquico; elaboração e divulgação de FAQ no âmbito do apoio jurídico e financeiro às autarquias locais.	Atividade resultante do estudo e divulgação do novo quadro legal autárquico, em especial no âmbito do novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e do regime jurídico das autarquias locais e estatuto das entidades intermunicipais. Coordenar, seleccionar e divulgar no portal da CCDRC, orientações de âmbito jurídico e de cooperação técnica e financeira com as Autarquias Locais, elaboradas pela DSAJAL e que correspondam a questões inovadoras ou problemáticas em matéria de eleitos locais, órgãos autárquicos, atribuições e competências, recursos humanos, contratos públicos, urbanização, edificação e finanças locais.
Assessoria Jurídica e contencioso administrativo	Assessoria jurídica à atividade dos diversos serviços da CCDRC, designadamente no âmbito do ordenamento do território, ambiente, gestão territorial, contratação pública. Preparação de propostas de pronúncia, no âmbito das impugnações administrativas e judiciais; Preparação de peças processuais no âmbito do contencioso administrativo;
Apoio Jurídico às autarquias locais e entidades equiparadas	Apoio Jurídico às autarquias designadamente no âmbito das atribuições e competências dos respetivos órgãos, recursos humanos, urbanização e edificação, ordenamento do território, ambiente, gestão territorial, contratação pública e empresas locais;
Medidas de tutela de legalidade	Coordenar e instruir processos de contraordenação em matéria de ambiente e ordenamento do território.
Apoio técnico dos Municípios da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes	Acompanhamento e verificação dos documentos previsionais para 2014 e dos documentos de prestação de contas de 2013, dos Municípios da Região Centro, e reporte da correspondente informação à Direção-Geral das Autarquias Locais.
Apoio técnico das Freguesias da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes	Elaboração de guia do autarca das Freguesias subordinado ao tema da gestão económico financeira das Freguesias, no âmbito do novo regime financeiro das autarquias locais.
Assessoria técnica às autarquias locais e entidades equiparadas, no âmbito do seu regime financeiro e contabilístico	Elaboração de informações técnicas às autarquias locais no âmbito do regime financeiro e contabilístico;

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
					superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Ordenamento do Território	DSOT/DOTCN/D GT	Disponibilização de documentos e de informação relevante no Portal da CCDRC	Data da atualização	Todos documentos atualizados a 30 de novembro	X		
	DSOT/DOTCN/DGT	Dinamizar uma plataforma regional de discussão e análise de temáticas relevantes para o planeamento territorial	N.º de ações realizadas (workshops/fóruns de debate/comunicações/publicações)	3 Ações	X		
	DSOT/DOTCN/DGT	Recolha, tratamento, análise e divulgação de informação, analógica e/ou georreferenciada, relevante em matéria de gestão urbanística e ordenamento do território	Elaborar uma base de dados complementar do SIRJUE Elaborar relatório de avaliação dos PDM de 2.ª geração	Conclusão a 30 de Junho Conclusão a 15 de Dezembro		X	
	DSOT/DOTCN/D GT	Participar com outras entidades ou Unidades Orgânicas da CCDRC quanto ao descritor Ordenamento do Território	% de contributos no prazo solicitado, nunca ultrapassando 30 dias	95%	X		
	DSOT/DOTCN/D GT	Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres em matérias de uso, ocupação e transformação do território	% De pareceres emitidos no prazo legal, nunca ultrapassando 30 dias	95%			X

DSOT/DGT	Garantir a decisão concertada das EAC, no âmbito do RJUE, da REN e na formação e dinâmica de PMOT	% De decisões no prazo legal % De realização de Conferências de Serviço no prazo legal	Decisões SIRJUE - 90% Realização de conferências de serviço – 95%	X		
DSOT/DGT	Garantir a colaboração permanente com as entidades de tutela, contribuindo para a definição das bases gerais de ordenamento de território e urbanismo	% de contributos no prazo solicitado, nunca ultrapassando 30 dias	95% das solicitações	X		
DSOT/DOTCN	Efetuar o acompanhamento dos processos de elaboração, alteração e revisão dos IGT bem como a sua suspensão e estabelecimento de Medidas Preventivas	% de pareceres emitidos no prazo solicitado, nunca ultrapassando 30 dias	95%	X		
DSOT/DOTCN	Garantir o acompanhamento na elaboração e alteração das REN Municipais e promover a sua aprovação	% de decisões sobre a REN emitidas nos prazos legais	95%	X		
DSOT/DSRs	Garantir a coordenação da emissão de pareceres das DSRs, nas matérias não delegadas, no âmbito do uso, ocupação e transformação do território, bem como em pareceres que envolvam o descritor ordenamento do território.	Tempo médio de resposta na DSOT	10 Dias	X		

Direção de Serviços de Ordenamento do Território	
Objetivos	Fundamentações
Disponibilização de documentos e de informação relevante no Portal da CCDRC	Foram atualizados 31 documentos para o Portal da CCDRC e criados 10 novos documentos: 2 sobre normas de procedimentos e modelo de requerimento sobre ações de arborização e rearborização; 2 normas de procedimentos sobre alterações à REN (OT -07) e correções materiais à REN (OT07-A); e criadas 6 novas FAQ na área da Gestão Territorial, ultrapassando, assim, o critério de superação para este indicador.
Dinamizar uma plataforma regional de discussão e análise de temáticas relevantes para o planeamento territorial	<p>Este objetivo foi largamente superado, na medida em que foram realizadas 9 sessões:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Foram realizadas 3 ações relativas a consultas tramitadas pelo SIRJUE a efetuar, pelos municípios, às EE, sobre operações urbanísticas em razão da localização, sujeitas a servidões administrativas e/ou restrições de utilidade pública: <ul style="list-style-type: none"> - Seminário subordinado ao tema “A intervenção das Entidades Externas - Os condicionamentos das operações urbanísticas em razão da localização”, realizado em 26 de fevereiro de 2014, (248 inscrições), o qual envolveu a participação da DGAL, EE (EP-Estradas de Portugal, SA, EDP Distribuição e CM de Leiria) e CDR Centro; - 2 ações sobre o tema “Os condicionamentos das operações urbanísticas em razão da localização”, uma no município de Viseu, que envolveu, também os municípios de Sátão e Vila Nova de Paiva e outra em Gouveia, que envolveu, também os municípios de Penalva do Castelo e Meda. - Foram realizadas 6 sessões públicas de apresentação dos Guias de Apoio à elaboração nas CIM da Região Centro: Coimbra, Covilhã, Castelo Branco, Leiria, Aveiro e Tondela.
Recolha, tratamento, análise e divulgação de informação, analógica e/ou georreferenciada, relevante em matéria de gestão urbanística e ordenamento do território	<p>Foi elaborada a base de dados complementares sobre o SIRJUE, permitindo registar uma vastíssima gama de informação sobre intervenções tramitadas pelo SI, permitindo a obtenção de informação sobre operações urbanísticas tramitadas pela plataforma do SIRJUE e sustentação de ações de sensibilização junto dos municípios, cidadãos e instituições. Este indicador foi superado, na medida em que entrou em fase de testes em maio e concluída no final desse mês.</p> <p>Foi elaborado o "Relatório de Avaliação dos PDM's de 2ª Geração", o qual foi concluído a 15 de Dezembro de 2014, cumprindo a meta estipulada de 344 dias. Este documento sistematiza os resultados da avaliação realizada aos PDM já revistos e publicados, centrada no grau de concretização e integração dos objetivos estratégicos identificados no PNPT, nas referências normativas da proposta do PROT-C e nos planos setoriais e especiais com incidência no território da Região Centro, contendo também uma ponderação e reflexão crítica sobre o significado, a natureza, os objetivos e a implementação deste instrumento de planeamento territorial face ao novo paradigma preconizado pela nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, traduzido em três vetores essenciais: 1. Flexibilização do planeamento; 2. Reforço do PDM como instrumento estratégico; 3. A reabilitação urbana como desenvolvimento das cidades.</p>

Participar com outras entidades ou Unidades Orgânicas da CCDRC quanto ao descritor Ordenamento do Território	<p>Foi garantida a participação em reuniões em representação da CCDRC:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ERRANC: 35 reuniões (718 processos); - COMAC: 17 reuniões; - Grupos de trabalho sobre adaptação de explorações de massas minerais, estabelecimentos industriais e explorações pecuárias: 9 Reuniões; <p>Foram realizadas 2 sessões técnicas internas sobre o RJREN (11/abril) e atendimento ao cidadão (17/junho) Foram elaborados contributos quanto ao descritor ordenamento do território nomeadamente nas áreas ambiental, em processos de AIA e AINC, operações de gestão de resíduos, planos de gestão de lamas, entre outros.</p> <p>Todos os contributos foram remetidos dentro do prazo (entre 12 e 15 dias), o perfaz um resultado de 100%.</p>
Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres em matérias de uso, ocupação e transformação do território	<p>No âmbito da gestão territorial, foram rececionados 407 pedidos externos, dos quais 392 cumpriram o prazo de resposta de 30 dias, o que perfaz de 96,3%, conforme quadro de circulação interna de processos.</p> <p>No âmbito do ordenamento do território, foram rececionadas 145 solicitações, das quais apenas 1 não foi dada resposta no prazo legal, o que perfaz uma taxa de realização de 99,3%, conforme quadro de circulação interna de processos.</p> <p>Contudo, considerámos este objetivo como não atingido, porquanto se inscreve no âmbito dos objetivos transversais do QUAR.</p>
Garantir a decisão concertada das EAC, no âmbito do RJUE, da REN e na formação e dinâmica de PMOT	<p>100% das decisões tramitadas pelo SIRJUE foram efetuadas no prazo máximo de 5 dias (342 decisões).</p> <p>No âmbito da REN (art.º 11 do RJREN) e formação e dinâmica de Planos Municipais de Ordenamento do Território (n.º 3 do art.º 75º-C do RJGT) foram realizadas 22 conferências de serviço, todas dentro do prazo legal, o que perfaz uma taxa de realização de 100%.</p>

<p>Garantir a colaboração permanente com as entidades de tutela, contribuindo para a definição das bases gerais de ordenamento de território e urbanismo</p>	<p>Este objetivo foi superado porquanto foi dada resposta a todos os pedidos de colaboração da Tutela, dos quais se destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, Ordenamento do território e Urbanismo; - Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial; - Alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação; - Regime Jurídico da Regularização Extraordinária de Regularização das Atividades Económicas; - Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional; - Regime de Licenciamento Único de Ambiente; - Regulamentação de segurança aplicável às grandes instalações de armazenamento de petróleo bruto e de produtos de petróleo; - Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e restauração; - Alteração ao Sistema de Industria Responsável (SIR); - Portaria que regulamenta o RJUE; - Alteração ao Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional; - Regime Jurídico da Estruturação Fundiária; - Proposta de lei sobre Regime de Acesso e Exercício a Atividade profissional de Cadastro Predial; - Proposta de Diploma que estabelece as condições de funcionamento em segurança das instalações de gases combustíveis em edifícios; - Proposta de diploma que estabelece as regras Aplicáveis às Infraestruturas de Transporte e Distribuição de Eletricidade no SEN; - Alteração da Portaria que estabelece os valores das taxas REN; - Proposta de Lei que estabelece as bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional; - Decreto-lei que estabelece o regime especial aplicável às expropriações necessárias à realização dos aproveitamentos hidroelétricos referidos no Decreto-Lei n.º 126/2010, de 23 de Novembro; - Propostas de portarias que aprovam as REN Municipais; - Proposta Resolução de Conselho de Ministros para a de Suspensão e Medidas Preventivas no âmbito da execução do Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida e do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode. <p>Acentua-se ainda neste âmbito:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação no Grupo de Trabalho do Território; - Participação no Grupo de trabalho de Avaliação do Programa de Ação do PNPOT 2007-2013; - Colaboração na Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Litoral; - Participação no Grupo de trabalho da Colónia Agrícola – Sr.ª dos Campos (Ílhavo); - Elaboração do Programa de Ação Nacional Contra a Desertificação; - Programa Operacional PO URBACT; - Fórum do Programa Copernicus; - Comissão de acompanhamento da revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande.
<p>Efetuar o acompanhamento dos processos de elaboração, alteração e revisão dos IGT bem como a sua suspensão e estabelecimento de Medidas Preventivas</p>	<p>Foram rececionadas 145 solicitações, das quais apenas 1 não foi dada resposta no prazo legal, o que perfaz uma taxa de realização de 99,3%.</p>

<p>Garantir o acompanhamento na elaboração e alteração das REN Municipais e promover a sua aprovação</p>	<p>No âmbito do acompanhamento na elaboração das REN Municipais, foram objeto de decisão 34 processos de REN:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 13 de processos de delimitação das REN Municipais; - 8 processos de alteração e correção material à REN (aprovados e publicados); - 13 delimitações de REN Municipais remetidas para aprovação pelo Governo; <p>De salientar que foram ainda aprovadas pelo Governo 13 REN Municipais; Correspondendo estes 34 processos ao universo total de solicitações, atingiu-se uma taxa de realização de 100%.</p>
<p>Garantir a coordenação da emissão de pareceres das DSRs, nas matérias não delegadas, no âmbito do uso, ocupação e transformação do território, bem como em pareceres que envolvam o descritor ordenamento do território.</p>	<p>Objetivo superado, porquanto a Direção de Serviços analisou e emitiu parecer sobre todas as informações e pareceres elaboradas pelas divisões sub-regionais num prazo médio de cinco dias.</p>

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
					superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Ambiente	DSA/DAA/DLPA	Manter atualizado o Portal, no que respeita às temáticas da competência da DSA, bem como as normas de procedimentos	Os constantes das fichas de atividade	As fixadas nas fichas de atividade		x	
		Atualizar a informação sobre os 40 indicadores inerentes às temáticas da DSA que integram o DATACENTRO	Datas de comunicação dos indicadores à DSDR	As fixadas nas fichas de atividade	x		
		Contribuir para a execução das políticas de ambiente através da participação assídua nas Comissões e Grupos de trabalho externos de âmbito nacional e regional e em ações externas e internas de uniformização de procedimentos	%	As fixadas nas fichas de atividade	x		
		Potenciar a educação e promoção ambiental na região centro	N.º de ações	5	x		
	DSA/DAA	Continuar a dar resposta às solicitações não integradas em procedimentos com prazos legais estabelecidos, no prazo máximo médio de 1 mês	Tempo médio de resposta em dias/n.º de solicitações	1 mês	x		
		Criar e implementar instrumento de aferição/avaliação do grau de satisfação dos parceiros / clientes externos aos serviços prestados pela DSA.	Grau de satisfação (escala de 1 a 10)	7	x		
		Reduzir os prazos na execução das atividades inerentes ao regime jurídico de AIA face ao novo diploma	N.º total de dias gastos/ N.º total de procedimentos	As fixadas nas fichas de atividade	x		
		Garantir a tomada de decisão sobre os procedimentos de AlncA (FER) em menos de 60 dias, em média	N.º total de dias gastos/ N.º total de procedimentos	55 dias	X		
		Garantir com eficácia o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera e legislação complementar	Atraso máximo, em número de dias, na análise dos relatórios de caracterização das emissões gasosas e emissão de pareceres, a 31 de Dezembro.	50 dias	X		
		Garantir a divulgação da Qualidade do ar da Região	Disponibilização do relatório anual da qualidade do ar na Região Centro, com base no funcionamento da rede regional da qualidade do ar Disponibilização do inventário regional das emissões atmosféricas para 2013	30 junho	X		
	Criar sistema de informação ambiental para a Região Centro	Taxa de georreferenciação dos operadores de gestão de resíduos (n.º de processos georreferenciados/n.º total de processos)*100	75%	X			

DSA/DLPA	Manter o tempo dispendido na emissão de alvarás de licença de operações de gestão de resíduos	N.º total de dias gastos/ N.º total de pareceres emitidos	As constantes nas fichas de atividade		X	
	Melhorar a eficácia nos processos de licenciamento: industrial (SIR) e atividade pecuária (REAP).	N.º total de dias gastos na emissão de parecer/ N.º total de pareceres emitidos	As constantes nas fichas de atividade	X		
	Melhorar a eficácia na aprovação do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP) de pedreiras	N.º total de dias gastos na aprovação do PARP/ N.º total de pareceres emitidos	32 dias	X		
	Garantir a salvaguarda do cumprimento das obrigações ambientais por parte dos industriais, através, participação na realização das vistorias conjuntas	%	As constantes nas fichas de atividade	X		
	Assegurar a monitorização operacional das entidades gestoras de RU	Número de ações/auditorias	2	X		

Direção de Serviços do Ambiente	
Objetivos	Fundamentações
Manter atualizado o Portal, no que respeita às temáticas da competência da DSA, bem como as normas de procedimentos	<p>Foram atualizados os conteúdos referentes às seguintes temáticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>Orientações para a elaboração dos Planos de Gestão de Solventes</u>, face à publicação do Regime das Emissões Industriais (REI) – DL 127/2013, de 30 de agosto; - Publicação das DIA's, Dinca's e alterações emitidas no decorrer de 2014; - Relatório do Inventário de Emissões Gasosas relativo a 2013; - Relatório Anual do Tratamento Estatístico da Qualidade do AR; - Atualização do item "Avaliação de Impacte Ambiental", decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro. <p>Encontra-se em falta a atualização das temáticas referentes aos Resíduos e ao Licenciamento Industrial, face a alterações legislativas entretanto ocorridas.</p> <p>Este objetivo foi cumprido.</p>
Atualizar a informação sobre os 40 indicadores inerentes às temáticas da DSA que integram o DATACENTRO	Em 15 de julho de 2014, foram remetidos os indicadores 11, 12 e 15 atualizados para o ano de 2013. Os indicadores 13 e 14 foram atualizados em 05 de dezembro, data em que a APA facultou o inventário MIRR e MRRU, não dependendo da DSA, pelo que o objetivo foi superado.
Contribuir para a execução das políticas de ambiente através da participação assídua nas Comissões e Grupos de trabalho externos de âmbito nacional e regional e em ações externas e internas de uniformização de procedimentos	<p>A DSA participou de uma forma assídua em todas as reuniões internas e externas quer inseridas em Comissões e Grupos de Trabalho quer enquadradas noutras missões e objetivos.</p> <p>Além daquelas que se encontravam identificadas e previstas, participou ainda em muitas outras no âmbito de Grupos de Trabalho criados ao longo do ano ou em função de necessidades que foram surgindo.</p> <p>Em 2014 estiveram em pleno funcionamento os GT e Comissões: NREAP, PERSU2020, GPFNRJAIA, GTAR e o ENAR</p> <p>Foi ainda criado o Grupo de Apoio à Gestão do PERSU 2020, após a sua publicação.</p> <p>O objetivo foi superado.</p>

Potenciar a educação e promoção ambiental na região centro	Foi estabelecida uma meta de 6 ações de educação ou sensibilização ambiental na Região Centro, tendo sido concretizadas 8. Foi estabelecido como prioridade a realização de ações em escolas do ensino básico face aos conteúdos programáticos incluírem as questões ambientais. As principais ações incidiram nas temáticas ar, ruído e resíduos. Foram também realizadas visitas com alunos do ensino secundário e superior à Estação da Qualidade do Ar, localizada no Instituto Geofísico em Coimbra e em Aveiro, tendo em paralelo sido efetuada palestra explicativa sobre os analisadores existentes na Estação, poluentes medidos, valores limite de emissão e intervenção da CCDRC nesta matéria. Foram ainda realizadas as seguintes ações: comunicação sobre cumprimento dos requisitos legais no âmbito das emissões gasosas destinada aos operadores abrangidos, comunicação sobre recuperação ambiental e paisagística de pedreiras destinada ao setor e entidades públicas.
Continuar a dar resposta às solicitações não integradas em procedimentos com prazos legais estabelecidos, no prazo máximo médio de 1 mês	A DSA tem nas suas competências uma grande diversidade de temáticas ambientais, com legislação específica e muitos procedimentos com prazos próprios legalmente fixados. Além disso assume uma percentagem significativa das entradas na CCDR que exigem o respetivo tratamento, muitas delas enquadradas no objetivo em causa, visto serem respostas a solicitações. A DSA deu 1709 respostas em 2014 enquadradas neste objetivo, 95,8% delas em menos de 30 dias e gastou em média 12 dias/resposta. Superou largamente o objetivo da unidade orgânica e cumpriu o objetivo do QUAR, transversal a toda a CCDRC.
Criar e implementar instrumento de aferição/avaliação do grau de satisfação dos parceiros / clientes externos aos serviços prestados pela DSA.	Este instrumento não chegou a ser criado, em virtude de ter sido opção da Presidência, utilizar um modelo de aferição único e através da votação dos membros do Conselho regional da CCDRC. A DSA, através desta avaliação obteve a classificação de 7,9, pelo que superou o objetivo.
Reduzir os prazos na execução das atividades inerentes ao regime jurídico de AIA face ao novo diploma	Tempos médios gastos nas seguintes atividades: ✓ AIA, cuja autoridade de AIA foi a CCDRC: dos 24 procedimentos, a média de n.º dias foi 91 dias úteis, cuja meta era de 93 dias ✓ AIA cuja Autoridade de AIA foi a APA: dos 5 procedimentos, a média de n.º dias foi 12 dias úteis, cuja meta era de 3 dias antes do prazo concedido; ✓ Proposta de Definição de âmbito (PDA): de um procedimentos, cujo número dias foi 26 dias úteis, cuja meta era de 30 dias. As atividades designadas por dispensa de AIA e Pós Avaliação cuja Autoridade de AIA foi a CCDRC não ocorreram no ano de 2014 O presente objetivo foi superado
Garantir a tomada de decisão sobre os procedimentos de AlncA (FER) em menos de 60 dias, em média	O tempo médio gasto nos procedimentos de AlncA (concluídos em 2014) foi 48 dias úteis, cuja meta 55 dias úteis. O objetivo foi superado.
Garantir com eficácia o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera e legislação complementar	O atraso máximo, em dias, na análise dos relatórios de caracterização de emissões gasosas e emissão de pareceres, a 31 de dezembro, foi de 38 dias, sendo a meta de 50 dias. O objetivo foi superado.
Garantir a divulgação da Qualidade do ar da Região	O relatório da qualidade do ar relativo a 2013 foi disponibilizado ao público, no portal da CCDR em 24 de junho e cuja meta era de 30 junho. Foi elaborado o inventário regional de poluentes atmosféricos para o ano de 2013, tendo sido disponibilizado o o respetivo relatório em 30 de maio cuja meta era 30 de junho. O objetivo foi superado.
Criar sistema de informação ambiental para a Região Centro	Durante o ano de 2014, foram abertos 36 novos processos com cota GRS, respeitantes a operações de gestão de resíduos, os quais foram alvo de georreferenciação na sua totalidade. Assim, foi conseguida uma taxa de 100%, pelo que o objetivo foi superado.

<p>Manter o tempo despendido na emissão de alvarás de licença de operações de gestão de resíduos</p>	<p>Relativamente ao presente objetivo, cujas metas fixadas nas fichas de atividade são: Regime simplificado: 25 dias; Superação: 23 dias; Regime geral: 30dias; superação: 28 dias, os resultados obtidos para o ano de 2014 permitem concluir pelo seu cumprimento, com os seguintes resultados: 23 dias e 29 dias, respetivamente para o RS e para o RG, num universo de trabalho que envolveu a emissão de 59 Alvarás de Licença. Como o peso dos processos de licenciamento tramitados ao abrigo do regime geral é manifestamente aos do regime simplificado, considera-se o objetivo apenas cumprido.</p>
<p>Melhorar a eficácia nos processos de licenciamento: industrial (SIR) e atividade pecuária (REAP).</p>	<p>O tempo médio gasto nos processos de licenciamento industrial (SIR), foi de 14 dias (meta:23 dias), e o tempo médio despendido na análise de processos de licenciamento da atividade pecuária, foi de 14 dias (meta: 20 dias). A afetação, a tempo inteiro de uma técnica Superior durante o ano de 2014, constituiu fator preponderante no valor obtido, num universo de trabalho de 25 pedidos de parecer, e permitiu a superação do objetivo, sobretudo atendendo ao facto de durante o ano anterior terem saído da DLPA, duas Técnicas Superiores que estavam afetas à temática em causa. No concerne ao tempo despendido na emissão de parecer no âmbito do licenciamento industrial, via plataforma de interoperabilidade da AMA, considera-se igualmente superado. Será de referir que durante o ano de 2014, os 124 pedidos de parecer foram distribuídos por duas Técnicas Superiores em regime de permanência e a um terceiro técnico Superior em situações que envolveram férias e/ou baixa médica de uma das Técnicas. Acresce referir que a indústria alimentar esteve a cargo da mesma colaboradora que desempenha funções no âmbito do NREAP.</p>
<p>Melhorar a eficácia na aprovação do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP) de pedreiras</p>	<p>O objetivo foi superado, na medida em que foram despendidos, em média, 15 dias na aprovação dos 13 PARP (meta:25 dias). Não foram considerados os PARP aprovados em sede de AIA, cujos prazos não se compaginam por inerência ao próprio procedimento, com os estabelecidos nas fichas de atividade da DLPA. A tarefa foi desenvolvida por dois técnicos Superiores durante o ano de 2014.</p>
<p>Garantir a salvaguarda do cumprimento das obrigações ambientais por parte dos industriais, através, participação na realização das vistorias conjuntas</p>	<p>No ano de 2014, houve um decréscimo acentuado no número de convocatórias para a realização de vistorias no âmbito do REAI/SIR, a par com a manutenção das convocatórias para vistorias no âmbito do NREAP e um acréscimo nas vistorias a explorações de massas minerais (pedreiras). No total, foram realizadas 238 vistorias, num universo de 242 convocatórias, com desempenho de 98,4%, para uma meta de 98%. O objetivo foi superado.</p>
<p>Assegurar a monitorização operacional das entidades gestoras de RU</p>	<p>Foi efetuada a monitorização do início dos trabalhos de encerramento dos aterros de RU de Coimbra, Aveiro e da Figueira da Foz, da ERSUC, quer por via da análise dos respetivos projetos de encerramento, quer pela realização das respetivas visitas de acompanhamento, considerando-se o objetivo como superado, uma vez que a meta definida para 2014 é de 2 intervenções, e foram efetuadas três intervenções no contexto citado.</p>

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Fiscalização	Implementar plano de fiscalização	n.º de ações de fiscalização técnica do plano	70	X		
	Dar resposta às reclamações em tempo útil	n.º de dias de calendário médio para uma resposta em 90% das reclamações/ $((\sum(\text{data da entrada da reclamação } i - \text{data da resposta à Reclamação } i)) / (\text{n.º de reclamações}))$	30	X		
	Sessões temáticas de articulação de procedimentos com as DSR's	N.º de sessões	2	X		
	Garantir a erradicação de operadores de gestão de resíduos ilegais e de passivos ambientais	n.º de operadores ilegais erradicados e de passivos erradicados Erradicados significa eliminados ou licenciados.	35	X		
	Actualizar portal da CCDRC – tema “Fiscalização”	N.º de temas atualizados	5	X		

Direção de Serviços de Fiscalização	
Objetivos	Fundamentações
Implementar plano de fiscalização	Foram realizadas pelos Técnicos da Direção de Serviços de Fiscalização 97 ações de fiscalização relativas a diferentes depósitos ilegais de veículos em fim de vida e de resíduos, operadores de gestão de resíduos licenciados, resíduos perigosos, passivos ambientais e pedreiras, gestão de RCD, lamas de ETAR, loteamentos, Reserva Ecológica Nacional e Rede Natura 2000, distribuídos por diferentes locais da Região Centro. A meta de superação era de 70 ações de fiscalização, pelo que o objetivo foi superado.
Dar resposta às reclamações em tempo útil	O tempo de resposta dado em 2014 às reclamações no âmbito do ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza, tratadas na Direção de Serviços da Fiscalização foi inferior a 30 dias em 100% das solicitações. A meta de superação era de 30 dias em 90% das reclamações, pelo que o objetivo foi superado.
Sessões temáticas de articulação de procedimentos com as DSR's	<p>Em 2014 foram realizadas pela Direção de Serviços da Fiscalização duas sessões técnicas (temáticas) de articulação de procedimentos com as Divisões Sub Regionais da CCDRC.</p> <p>As sessões técnicas realizadas foram as seguintes com as respetivas agendas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Uniformização de procedimentos com a fiscalização” realizada em 10/01/2014; • “Ponto de situação do plano de fiscalização de 2014; Plano de fiscalização de 2015 – Preparação; Fiscalização do cumprimento do RJREN – Comunicações prévias; Cota dos processos de fiscalização no âmbito do RJREN – cota “REF”; Viaturas removidas da via pública pelos municípios – Armazenagem; Resíduos de construção e demolição com amianto; D.L. n.º 165/2014, de 5 de Novembro – Regime de regularização de estabelecimentos e explorações ilegais, realizada em 28/11/2014. <p>O critério de superação para este objetivo era a realização de pelo menos duas sessões temáticas tendo sido assim o mesmo superado.</p>
Garantir a erradicação de operadores de gestão de resíduos ilegais	<p>Na sequência das ações de fiscalização efetuadas no âmbito do plano de fiscalização de 2014 e das ações extra plano de fiscalização foram erradicados 84 operadores de gestão de resíduos ilegais e de passivos ambientais.</p> <p>O critério de superação estabelecido era de 35 operadores de gestão de resíduos ilegais erradicados ou licenciados ou passivos erradicados, sendo assim superado o presente objetivo.</p>
Atualizar temas da fiscalização no portal da CCDRC	<p>Em 2014 foram através da informação DSF 191/14, aprovados, por Despacho de 22-12-2014, doze propostas de atualização dos temas relativos à Direção de Serviços de Fiscalização, nomeadamente os seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Alteração ao acesso no portal ao tema “fiscalização”. 2. Poderes de Autoridade. 3. Identificação. 4. Dados estatísticos. 5. Reclamações – denúncias. 6. Impresso para reclamação. 7. Avaliação de Impacte Ambiental. 8. Licenciamento Ambiental. 9. Emissões Atmosféricas. 10. Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE). 11. Resíduos de Construção e Demolição Contendo Amianto (RCDA). 12. Compostos Orgânicos Voláteis. <p>Foi assim, superado este objetivo cuja meta de superação era 5 propostas de alteração/atualização de temas aprovados superiormente.</p>

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
					superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	DS	Como somos vistos?	Resultado do inquérito interno	3	X		
	DTCI	Consolidar a infraestrutura de suporte ao sistema de informação – melhorar os recursos e a base tecnológica de suporte a toda a atividade da rede local e alargada da CCDRC.	Melhoria dos postos de trabalho (PCs desktop) - 30%	30 novos PCs até 30 de Agosto	X		
			Disponibilização de wi-fi na sede da CCDRC- 15%	30 de Julho		X	
			Novo ambiente único - 40 %	100% dos utilizadores até 30 de Setembro			X
			Segurança do Sistema de Informação - Plano de Continuidade de Negócio - 15%	Até 30 de Dezembro		X	
		Informar para inovar e desenvolver – Nos tempos atuais a informação é um ativo importante de apoio ao crescimento e desenvolvimento sustentado	Novas aplicações para o Portal do Trabalhador – 40%	2 aplicações	X		
			Integração do SI da CCDRC com SI externos; – 10%	1 iniciativa		X	
			Aplicação para medição dos Tempos de Resposta– 30%	30 de Março		X	
	A Comunicar é que nos entendemos – potenciar a comunicação interna e externa como fator decisivo para o sucesso da organização.	Disponibilizar uma plataforma de e-learning- 20%	30 de Abril		X		
		Otimizar o arquivo documental da CCDRC – 50%	Até 30 de Dezembro		X		
	DORH	Melhorar o serviço do CRUU -50%	Até 30 de Outubro		X		
		Pós-fomentar a formação= CONSOLIDAR	Percentagem de trabalhadores em formação	50%	X		
		Pós-GestFunc = GestFunc II	Percentagem de processos com histórico concluídos	90%		X	
	DGF	Pós-proximidade = pró-atividade	% de processos revistos	75%		X	
		Modernização da frota automóvel	Custos de combustíveis	Redução em 2%	X		

		Custos de manutenção	Redução em 2%	X	
	GEP – Registo no GEP de todos os processos de despesa	Nº de processos GEP	100% dos processos de despesa		X
	Monitorização mensal das principais despesas correntes e estabelecimento de medidas corretivas	Elaboração de folha de indicadores evidenciando as principais despesas correntes	12	X	
	Melhoria da articulação contabilidade/tesouraria	Folha de Caixa/Resumo Diário de Tesouraria e Mapa de saldo das contas	Duplicar o nº de reconciliação		X

Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	
Objectivos	Fundamentações
Como somos vistos?	Foi elaborado um inquérito interno a todos os trabalhadores da CCDRC que teve uma taxa de participação de 61.5% e o valor médio do grau de satisfação foi de 4.11 numa escala de 1-5. Este valor garantiu assim que o objetivo fosse superado.
Consolidar a infraestrutura de suporte ao sistema de informação – melhorar os recursos e a base tecnológica de suporte a toda a atividade da rede local e alargada da CCDRC.	Este objetivo está relacionado com disponibilização da ferramentas tecnológicas necessárias ao normal funcionamento dos trabalhadores da organização. Apenas o indicador de desempenho da disponibilização do novo ambiente único não foi cumprido devido a um conjunto de problemas e barreiras tecnológicas e organizacionais. Como a organização recentrou ainda o seu discurso e pratica tecnológica na mobilidade e virtualização, obrigou igualmente este projeto a ser repensado e redefinido. Todos os outros indicadores foram atingidos ou superados e quando questionados os utilizadores sobre a qualidade da infraestrutura, a resposta obtida para o grau de satisfação é de 3.9 numa escala de 1 a 5.
Informar para inovar e desenvolver – Nos tempos atuais a informação é um ativo importante de apoio ao crescimento e desenvolvimento sustentado	Este objetivo tenta medir a forma como a informação e as aplicações são desenvolvidas e colocadas à disposição dos trabalhadores da CCDRC. O presente ano de 2014, marcou o inicio da disponibilização de uma nova “família” de aplicações já centradas na web que começaram a substituir as antigas plataformas em cliente servidor. Todos os indicadores foram atingidos ou superados e o grau de satisfação dos trabalhadores da CCDRC em relação ao edifício aplicacional é de 4.0 numa escala de 1-5.
A Comunicar é que nos entendemos – potenciar a comunicação interna e externa como fator decisivo para o sucesso da organização.	Este objetivo foi atingido já que ambos os indicadores foram atingidos.
Pós-fomentar a formação= CONSOLIDAR	O investimento na elaboração e concretização da formação foi uma reposta às necessidades dos trabalhadores, que se tinha iniciado no anterior, já tardiamente. Este ano de 2014, foi possível cumprir os prazos previsto, dinamizar as ações de formação propostas em sede de levantamento de necessidades e consolidar todo o procedimentos de acesso dos trabalhadores a formação interna e externa. Otimizaram-se os recursos endógenos, o que se revelou muito importante para a atualização dos conhecimentos quer dos trabalhadores.

Pós-GestFunc = GestFunc II	A disponibilização do GestFunc II dependia dos desenvolvimentos informáticos que se teriam que fazer na transferência do GestFunc I para o portal do trabalhador. Apenas no final do ano de 2014, foi disponibilizada a possibilidade de inserir os dados relativos ao percurso profissional de cada trabalhador.
Pós-proximidade = pró-atividade	Foi implementada uma linha de atendimento, com a finalidade de garantir sempre o atendimento ao trabalhador em assuntos correntes como vencimentos e assiduidade; foi divulgada, via intranet, todas as alterações legislativas com implicações na via profissional do trabalhador. A falta de uma divulgação mais eficaz das medidas que se vão implementando na DORH, impediram de se ter obtido melhores resultados.
Modernização da frota automóvel	Da análise detalhada das despesas destes itens podemos concluir que o valor gasto em combustíveis em 2013 foi de 53.374,47€, vale em 2014 50.647,83€. Tal implicou uma redução de 2.726,64€ ou seja de 5,1% que é bastante mais elevado que o valor da meta definida que era de 2%. O valor gasto em manutenção em 2013 foi de 24.299,15€, enquanto que em 2014 foi de 23083.15€. Estes valores implicam uma redução de 1.216,00€ ou seja 5,0%, valor este que é muito superior à meta definida que era de 2%
GEP – Registo no GEP de todos os processos de despesa	Em 2014 foram criados 347 processo no GEP, mais 38 que no ano anterior e que corresponderam a 100% dos processos administrativos de aquisição mediante o recurso à figura procedimento do ajuste directo simplificado ou normal. Ou seja foram criados no sistema de informação de suporte todos as aquisições efetuadas pelo aprovisionamento. Este processo para além da simplificação administrativa melhora o controlo e a transparência destes processos.
Monitorização mensal das principais despesas correntes e estabelecimento de medidas corretivas	Durante 2014 foram efetuadas 12 monitorização das principais despesas correntes tendo sido indicadas e implementadas medidas corretivos para os desvio ocorridos
Melhoria da articulação contabilidade/tesouraria	Foi atingido este objetivo não só ao nível de uma maior aproximação das equipas com a garantia sempre da segregação de funções como foi efetuada a duplicação das reconciliações entre estas duas estruturas operacionais.

	Objectivos	Indicadores desempenham	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Aveiro	Contribuir para o acompanhamento eficaz da elaboração, alteração e revisão de IGT's	T>16– não cumpre T=15 ou 16-cumpre T<15 supera	15 dias úteis para emissão de parecer		X	
	Assegurar a resposta, em tempo útil, às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	M>20 – não atinge M>15 e M<21 atinge M<15 - supera	20 dias úteis para emissão de parecer ou para comunicação de decisão ao requerente, nas matérias subdelegadas à DSRA	X		
	Fiscalizar o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e Ordenamento do Território	N<18 – não atinge N> ou=18 e N<32 atinge N>32 – supera N<15– não cumpre N=15 e N<26-cumpre N>25 supera N<5 não atinge N> ou = 5 e N<8 atinge N>8 supera	32 de ações do Plano de Fiscalização com relatório / ordem validada (Peso: 40%) 20 ações extra - Plano de Fiscalização com relatório / ordem validada (Peso: 40%) 6 operadores ilegais erradicados (Peso: 20%)	X		
	Contribuir para a resposta, em tempo útil, em matérias na área do ambiente	T>16– não cumpre T=15 ou 16-cumpre T<15 supera P<70– não cumpre P>=70 e M<95-cumpre P>=95 supera	15 dias úteis para emissão de parecer (Peso: 60%) Comparência a 90% das vistorias confirmadas (Peso: 40%)	X		
	Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos	P<60– não cumpre P>60 e M<85-cumpre P>=85 supera	Assegurar 80% das convocatórias	X		

Divisão Sub-Regional de Aveiro	
Objectivos	Fundamentações
Acompanhamento eficaz da elaboração, alteração e revisão de IGT's	Em 2014, a DSR de Aveiro teve intervenção concreta nos processos de revisão dos PDM's de Oliveira do Bairro, Anadia e Ovar, através da análise de documentos elaborados pelas Câmaras Municipais ou outras entidades, aferição das intervenções no terreno, realização de reuniões com as equipas técnicas e elaboração de informações para efeitos de pareceres intermédios e finais em articulação com a DSOT/DOTCN. Participou também, nas sessões de divulgação dos Guias de Apoio à elaboração de Planos de Urbanização e de planos de Pormenor, realizadas em todas as CIM, com apresentação de intervenção dedicada à temática dos “riscos tecnológicos”; meta cumprida
Resposta, em tempo útil, às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	De um volume global de 1244 processos entrados e analisados na DSR de Aveiro (fonte: GEP), os mais relevantes para este objetivo são ações sujeitas ao regime da Reserva Ecológica Nacional (vulgo “comunicações” REN, bem como reconhecimentos de relevante interesse público, RIP's), desafetação de áreas submetidas ao regime florestal, operações urbanísticas em área abrangida por medidas preventivas. Desta frente de trabalho decorre, mensalmente, a alimentação das bases de dados da REN, em articulação com a DSOT/DGT que, por sua vez, permite a atualização da plataforma Datacentro com indicadores de ordenamento do território e gestão territorial; meta superada, com tempo médio de resposta de 13 dias úteis (fonte: registo próprio)
Fiscalizar o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e Ordenamento do Território	Foram realizadas pelos técnicos da DSR de Aveiro 172 ações de fiscalização , 60 das quais inscritas pela DSF no Plano de Fiscalização de 2014. Trata-se de uma frente de trabalho intensa e em linha com a dinâmica económica instalada na Sub Região de Aveiro, que implica varrimentos de campo, pesquisa e elaboração de informações, de autos de notícia, de propostas de notificação (ordem), verificação de cumprimento, contacto com municípios e forças policiais, audiências em Tribunal; meta superada com 60 ações do Plano validadas, 87 extra plano validadas, 5 relativas a POR e 20 loteamentos.
Resposta, em tempo útil, em matérias na área do ambiente	A DSR de Aveiro informou, na sua área geográfica de incidência, cerca de 190 processos com incidência para este objetivo, a maioria dos quais remetidos pela DSA, para efeitos do descritor ordenamento do território (EIA, Estudos de Impacte Ambiental, ElncA, Estudos de incidências ambientais, Operações de gestão de resíduos, pedidos de regularização de estabelecimentos industriais, pedidos de adaptação de EMM's – pedreiras - não tituladas por licença). A DSR de Aveiro integrou, ainda, vistorias conjuntas com a Economia e Agricultura, no âmbito de situações de regularização e análise de condições de exploração; meta superada com tempo médio de resposta de 13 dias úteis e comparência em 98% das vistorias confirmadas

<p>Participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos</p>	<p>Este objetivo compõe-se, basicamente, da análise dos dossiers, recolha de contributos e pareceres, formalização de sínteses e propostas de atuação designadamente nas seguintes matérias: vistorias DRAPC e REAI, grupo de trabalho COMAC, projeto POLIS; e ainda:</p> <p>Representação da CCDRC no projeto ADAPT-MED (UA/ISCTE) estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas</p> <p>Representação da CCDRC no projeto BASE, estratégias de adaptação à erosão costeira</p> <p>Representação da CCDRC no Conselho Estratégico da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro</p> <p>Representação da CCDRC no Conselho Estratégico do parque Natural das Dunas de São Jacinto</p> <p>Representação da CCDRC na conferência internacional final do projeto PRISMA</p> <p>Representação da CCDRC no GT intersetorial para a ex-colónia Agrícola da Gafanha</p> <p>Elaboração de contributos para apreciação da EIDT para a Região de Aveiro, em colaboração com a DSDR.</p> <p>Meta superada com comparência em 100% das reuniões e ações conjuntas.</p>
---	---

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Viseu	Dinamizar o acompanhamento da revisão, alteração ou elaboração dos PMOT apresentados pelos municípios da área desta DSR.	Tempo médio de resposta para promover o agendamento de reunião solicitada, após entrega dos documentos	10	x		
	Celeridade na emissão de pareceres e propostas de decisão no âmbito da gestão territorial, nas áreas do ordenamento do território e do ambiente.	Percentagem de situações em que o tempo de resposta não excede 15 dias, após a correta instrução do processo.	95%	x		
	Melhorar a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território.	N.º de ações de fiscalização realizadas (50%)	15	x		
		Percentagem de situações em que o tempo de resposta, às reclamações apresentadas na DSR, não excede 30 dias (50%)	95%			x
	Reduzir os prazos de resposta às solicitações apresentadas no âmbito da cooperação técnica e financeira com as Autarquias, Entidades Equiparadas e com as Entidades Associativas de âmbito religioso, cultural e desportivo	Tempo médio de resposta (T) para apreciação das candidaturas e emissão do respetivo parecer e para a verificação dos trabalhos e elaboração das propostas de processamento das participações.	10	x		
	Garantir o acompanhamento às Juntas de Freguesia no âmbito do POCAL e do SIAL	Verificação da conformidade dos documentos previsionais e da prestação de contas recebidos.	90%	x		

Divisão Sub-Regional de Viseu	
Objectivos	Fundamentações
Dinamizar o acompanhamento da revisão, alteração ou elaboração dos PMOT apresentados pelos municípios da área desta DSR.	O tempo médio de resposta às solicitações, por PDM em revisão, foi de 4 dias, quando a meta era de 10 dias. O acompanhamento eficaz conduziu a um elevado número de PDM revistos nos municípios afetos a esta DSR, restando apenas dois sem diligências efetuadas para o efeito.
Celeridade na emissão de pareceres e propostas de decisão no âmbito da gestão territorial, nas áreas do ordenamento do território e do ambiente.	Este objetivo foi superado dado que o tempo de resposta às solicitações foi inferior à meta estipulada de 15 dias, em 97,8% das situações. Num universo de 537 procedimentos, apenas 12 excederam o prazo de 15 dias.
Melhorar a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território.	Foram realizadas e devidamente informadas 30 ações de fiscalização, tendo sido largamente ultrapassada a meta de 15 ações. No que se refere aos tempos de resposta às reclamações em menos de 30 dias, a meta só foi atingida em 67% das situações.
Reduzir os prazos de resposta às solicitações apresentadas no âmbito da cooperação técnica e financeira com as Autarquias, Entidades Equiparadas e com as Entidades Associativas de âmbito religioso, cultural e desportivo	Os processos de candidatura foram analisados, apreciados e emitidos os respetivos pareceres no prazo médio de 4 dias, após a sua correta instrução. Verificou-se que a validação dos pedidos de pagamento ocorreu num prazo médio de 4 dias, após a receção dos mesmos devidamente instruídos. Assim, este objetivo foi superado já que se pretendia responder num prazo de 10 dias, em média.
Garantir o acompanhamento às Juntas de Freguesia no âmbito do POCAL e do SIAL	Este objetivo foi superado dado que todos os processos, com documentos previsionais e de prestação de contas, remetidos a esta unidade orgânica pelas Freguesias, foram verificados. A meta era analisar 90% dos documentos remetidos.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	Garantir o Acompanhamento das Juntas de Freguesia no âmbito do POCAL e SIAL	Tempo médio de resposta às solicitações das Juntas de Freguesia (Peso: 40%)	10 Dias após entrada do pedido	X		
		Número de verificações de documentos previsionais e da prestação de contas recebidos na DSRCB (Peso: 60%)	Verificação de 90% dos documentos recebidos	X		
		Realização de sessões de esclarecimento sobre recursos humanos no SIAL	2 Sessões		X	
		Prestação de apoio técnico às Juntas de Freguesia	10 Dias após entrada do pedido	X		
Garantir o acompanhamento da elaboração, alteração e revisão dos PMOT	Número médio de reuniões da CA / Setoriais (Peso: 60%)	2 Reuniões / PMOT			X	
	Monitorização do programa de trabalhos, aprovado pela CA, através de comunicação escrita à CM, em caso de incumprimento (Peso: 40%)	Oficiar a C.M., no prazo de 10 dias após verificação do incumprimento do programa de trabalhos			X	
Garantir a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	Ações de Fiscalização realizadas em acordo com o Plano da DSF (Peso: 30 %)	20 Ações	X			
	Ações de Fiscalização não inseridas em plano (Peso: 30 %)	25 Ações	X			
	Prazo de resposta às reclamações (Peso: 20 %)	30 Dias	X			
	N.º de operadores ilegais de gestão de resíduos e VFV erradicados (Peso: 20 %)	4 Operadores	X			
Melhorar a resposta às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	Tempo médio de resposta (ações com delegação de competências) (Peso: 50%)	20 Dias	X			
	Tempo médio de resposta (ações sem delegação de competências) (Peso: 50%)	15 Dias	X			

Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	
Objectivos	Fundamentações
Garantir o Acompanhamento das Juntas de Freguesia no âmbito do POCAL e SIAL	Foi garantido o efetivo acompanhamento técnico das Freguesias e Municípios do distrito de Castelo Branco, validando as suas Contas e Documentos previsionais.
Garantir o acompanhamento da elaboração, alteração e revisão dos PMOT	Dada a fraca dinâmica destes processos não foi possível realizar em todos eles as 2 sessões plenárias da CO ou CMC programadas e, conseqüentemente, garantir a atempada emissão de alerta sobre o desvio à programação dos trabalhos.
Garantir a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	A DSRCB desenvolveu um trabalho intenso e eficaz na área da Fiscalização, tendo, não só, superado as metas previstas em Plano, como promovendo um vasto conjunto de novas intervenções levando à erradicação e OTR irregulares e passivos ambientais significativos.
Melhorar a resposta às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	De acordo com o controlo interno efetuado e registos do Mapa de Circulação de Processos, o tempo médio de resposta às solicitações dos utentes ficou abaixo de 10 dias em ambos os parâmetros.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Guarda	Acompanhar, no âmbito da Lei das Finanças Locais e do POCAL, em colaboração com a DSAJAL/DCTF, as Juntas de Freguesia pertencentes à área de intervenção da DSR da Guarda	Percentagem dos documentos previsionais e de prestação de contas, remetidos pelas Juntas de Freguesia, analisados.	90%	X		
	Verificar no SIIAL, em colaboração com a DSAJAL/DCTF, os documentos previsionais e de prestação de contas remetidos pelos Municípios pertencentes à área de intervenção da DSR da Guarda	Percentagem dos documentos verificados no prazo estabelecido pela DGAL	95%	X		
	Garantir um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos PMOT	Número de dias, em média, para oficiar a C. M., após data limite para envio, por parte desta, dos elementos necessários para dar cumprimento ao programa de trabalhos aprovado na CA(Peso: 50%)	15	n. a.	n. a.	n. a.
		Número de dias, em média, para promover a conferência de serviços, após apresentação, pela CM, de proposta de Plano, relatório ambiental e pareceres emitidos (Peso: 50%)	6	X		
	Garantir resposta eficaz e atempada às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	Percentagem de situações em que o tempo de resposta, após processo devidamente instruído, não excede 15 dias (Peso 50%)	95%	X		
		Número de dias, em média e após processo devidamente instruído, para elaborar e enviar à DSOT informação/parecer (Peso 50%)	12	X		

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Guarda	Garantir, através da realização de ações de fiscalização, o cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	N.º de ações de fiscalização realizadas e devidamente informadas de acordo com os procedimentos/normas (Peso: 50%)	25	X		
		N.º de operadores ilegais erradicados (Erradicados significa eliminados ou licenciados) (Peso: 30%)	4	X		
		Percentagem de situações em que o tempo de resposta às reclamações apresentadas e/ou remetidas para a DSR não excede 30 dias(Peso: 20%)	95%	X		

Divisão Sub-Regional de Guarda	
Objetivos	Fundamentações
Acompanhar, no âmbito da Lei das Finanças Locais e do POCAL, em colaboração com a DSAJAL/DCTF, as Juntas de Freguesia pertencentes à área de intervenção da DSR da Guarda	Foram verificados todos os documentos previsionais de 2014 e de prestação de contas de 2013 remetidos pelas Juntas de Freguesia pertencentes à área de intervenção da DSR da Guarda. Também foram elaborados os respetivos relatórios trimestrais, os quais continham um quadro síntese da aplicação e utilização do SinPocalCentro. A meta era analisar 90% dos documentos remetidos, com uma tolerância de 5%.
Verificar no SIIAL, em colaboração com a DSAJAL/DCTF, os documentos previsionais e de prestação de contas remetidos pelos Municípios pertencentes à área de intervenção da DSR da Guarda	Foram verificados, dentro do prazo estabelecido, em cooperação com a DSAJAL/DCTF, 100% dos documentos previsionais para 2014. A DSR da Guarda também participou na elaboração do relatório de acompanhamento dos documentos previsionais de 2014 dos municípios da Região Centro. Procedeu-se, em cooperação com a DSAJAL/DCTF e a DGAL, à verificação, dentro do prazo estabelecido, de 100% dos documentos de prestação de contas de 2013 dos municípios pertencentes à área de intervenção da DSR da Guarda, bem como de outros da Região Centro, e à sua validação, após as Câmaras Municipais terem procedido às necessárias retificações, quando aplicável. A DSR da Guarda também participou na elaboração do relatório de acompanhamento da prestação de contas de 2013 dos municípios da Região Centro
Garantir um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos PMOT	Não aplicável, dado que, por um lado e em substituição do ofício referido no presente indicador, se optou, por parte da DSR e da DSOT/DOTCN, pela promoção e consequente realização de reuniões no início do ano de 2014, mais concretamente ao longo dos meses de janeiro e fevereiro, com as Câmaras Municipais pertencentes à área de intervenção da DSR da Guarda, no sentido de as sensibilizar e motivar a darem continuidade aos processos de revisão/alteração dos PMOT; por outro, as Câmaras Municipais que se comprometeram com o desenvolvimento dos trabalhos de revisão/alteração deram seguimento aos respetivos processos. A DSR promoveu, sempre que solicitado, em colaboração com a DSOT/DOTCN, a respetiva conferência de serviços, num prazo médio inferior a 4 dias úteis. A meta era de 6 dias, com um intervalo de tolerância de 1 dia.
Garantir resposta eficaz e atempada às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	A DSR da Guarda respondeu a 99% das solicitações externas num prazo inferior a 15 dias correntes. A meta, com uma tolerância de 3%, era responder a 95% das solicitações num prazo inferior a 15 dias. Foram utilizados, em média, aproximadamente 5 dias correntes para enviar à DSOT as informações/pareceres, com proposta de ofício quando aplicável, relativas às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo. A meta era 12 dias, com tolerância de 2.
Garantir, através da realização de ações de fiscalização, o cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	No âmbito do Plano de Fiscalização, foram realizadas e devidamente informadas, conforme consta do GEP, 39 ações de fiscalização ativas. A meta era realizar 25 ações, com uma de tolerância de 2 ações. Estas ações de fiscalização conduziram, entre outros efeitos positivos, à erradicação de 7 depósitos ilegais de resíduos. A meta era erradicar 4 depósitos ilegais de resíduos, com uma tolerância de 1. A DSR da Guarda informou, com proposta de resposta quando aplicável, e remeteu à DSF, num prazo inferior a 15 dias, 100% das reclamações apresentadas e/ou remetidas a esta U.O.. A meta, com uma tolerância de 3%, era responder a 95% das reclamações num prazo inferior a 30 dias

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Leiria	Dinamizar os processos de elaboração e alteração e revisão dos PMOT.	N.º de respostas dadas através de pareceres, reuniões setoriais ou de esclarecimento, ou por correio eletrónico, nos procedimentos de formação e dinâmica dos PMOT (Peso 100%)	90% (n.º de respostas /n.º de solicitações) x100	x		
	Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres em matéria de uso, ocupação e transformação do solo.	Tempo médio de resposta em dias úteis, (pedidos no âmbito do RJREN) (Peso: 40%)	15 dias	x		
		Tempo médio de resposta em dias úteis, (pareceres pedidos pela DLPA) (Peso: 30%)	15 dias	x		
		N.º de contributos dentro do prazo estabelecido pela DAA (Peso 30%)	90 % (n.º de contributos dentro do prazo estabelecido pela DAA / n.º de solicitações)x100	x		
	Garantir a participação em Ações/ vistorias, Grupos de Trabalho, Comissões, Conselhos Estratégicos	Presenças em reuniões, com prévia análise/informação/ concertação de posição, a incorporar nas respetivas atas (Peso: 100%)	90% (n.º de presenças /n.º de convocatórias) x100	x		
	Garantir a fiscalização do cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território	N.º de ações de fiscalização realizadas e devidamente informadas de acordo com aos procedimentos e normas (Peso: 70%)	25 Ações	x		

	Percentagem de situações em que o tempo de resposta às Reclamações não excede um mês (Peso: 30%)	95%		x	
Otimizar o acompanhamento das Juntas de Freguesia da área de atuação da DSR:	verificação dos documentos remetidos pelas Juntas de Freguesia à DSRL (Peso: 50%)	Verificação de 90 % dos documentos remetidos	Não aplicável		
- Na aplicação do regime simplificado do POCAL, com recurso à ferramenta informática sin.pocalCENTRO	Monitorização do nº de Juntas de Freguesia que utilizam a ferramenta informática sin.pocalCENTRO, disponível no portal da CCDRC. (Peso:50%)	Monitorização mensal, com apresentação dos resultados em tabela quantitativa			x

Divisão Sub-Regional de Leiria	
Objectivos	Fundamentações
Dinamizar os processos de elaboração e alteração e revisão dos PMOT	Foram sempre analisadas e respondidas as solicitações que chegaram a esta DSR, quer através de informações no GEP, quer através de e-mails e reuniões
Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres em matéria de uso, ocupação e transformação do solo.	Ind.1- o tempo médio de resposta não foi superior 10 dias úteis Ind. 2- O tempo médio de resposta neste tipo de pedidos foi de 12 dias úteis Ind. 3- foram sempre analisados os pedidos efetuados pela DSA/DAA, no âmbito dos AIA, dentro prazo indicado.
Garantir a participação em Ações/ vistorias, Grupos de Trabalho, Comissões, Conselhos Estratégicos	A área de atuação da DSR Leiria, tem uma dinâmica socioeconómica muito grande, sendo consequentemente elevado o número de solicitações para a intervenção na regularização de atividades económicas. Assim, é de destacar a grande participação de técnicos no âmbito do NREAP (licenciamento de pecuárias), do REAI (licenciamento industrial), Comissões de Acompanhamento de AIA, para além de outras atividades como a representação (chefe de divisão) na COMAC- Comissão de Autorização Comercial. Assim, verificou-se uma presença em quase 100% das solicitações, sendo que em 3 reuniões de NREAP, apesar da impossibilidade do nosso representante estar presente, remetemos o nosso parecer previamente às datas das reuniões, para ser incorporado nas respetivas atas. Salienta-se que no âmbito do REAP foram registadas 128 reuniões. Nas restantes atividades tivemos 35 reuniões
Garantir a fiscalização do cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território	Ind. 1 - Realizaram-se 90 ações, pelo que houve uma superação inequívoca do indicador utilizado para “Meta” Ind. 2- O tempo médio de resposta foi cumprido, tendo em consideração o indicador utilizado para “Meta”
Otimizar o acompanhamento das Juntas de Freguesia da área de atuação da DSR: - Na aplicação do regime simplificado do POCAL, com recurso à ferramenta informática sin.pocalCENTRO	Ind. 1 – Não aplicável, dado que os documentos enviados a esta Divisão Sub-Regional, pelas Juntas de Freguesia foram, em termos quantitativos, insignificantes. Ind.2 - Apesar da monitorização efetuada, constata-se que as Juntas da Freguesia não aderiram à plataforma do sin.pocalCENTRO, conforme o esperado.



**Inquérito interno realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2
alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro**

Questionário de Satisfação dos Colaboradores 2014

O sucesso da CCDRC assenta de forma definitiva no desempenho e dedicação de todos os seus colaboradores. Torna-se, por isso, essencial acompanhar, medir e caracterizar os graus de satisfação/motivação. É justamente esse o objetivo do questionário que agora apresentamos.

Recordamos algumas informações pertinentes:

- Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos tópicos enunciados.
- Pretende-se recolher a sua opinião pessoal, sincera e objetiva e rigorosa.
- Este questionário versa um conjunto de temáticas relativas ao modo como cada um percebe a CCDRC enquanto local de trabalho.
- Caso não possua informação suficiente para responder a determinada questão pode deixar o seu preenchimento em branco, passando à questão seguinte.
- A escala de avaliação é feita numa escala de 1 a 10.
- O tratamento dos dados é efetuado de forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, garantindo o anonimato.

Ao entrar na zona do preenchimento do inquérito terá que o fazer de forma seguida e finalizá-lo procedendo ao seu envio pois não será possível voltar a preencher o inquérito.

O formulário do questionário não está ligado com o processo de autenticação. Este apenas garante que cada trabalhador responde apenas uma vez ao referido inquérito.

Qualquer problema ou dificuldade de acesso/preenchimento deverá ser endereçado à Presidência (presidente@ccdrc.pt).

A Presidente agradece desde já a sua colaboração!

Características do colaborador

Em que serviço da CCDRC exerce as suas funções

- DSAJAL - Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local
- DSOT - Direção de Serviços de Ordenamento do Território
- DSA - Direção de Serviços de Ambiente
- DSF - Direção de Serviços de Fiscalização
- DSCGAF - Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira
- DSDR - Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional
- DSR- Divisões Sub-Regionais
- Estrutura Técnica do Mais Centro
- Presidência da CCDRC/Comissão Diretiva do Mais Centro

Antiguidade na CCDRC

- inferior a 1 ano
- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- 11 a 20 anos
- 21 a 30 anos
- mais de 30 anos

Cargo

- Dirigente
- Não dirigente

Sexo

- Masculino
- Feminino

Questões

Assinale, para cada questão, o número que melhor reflete a sua opinião sobre o assunto em causa. Caso não possua informação suficiente para responder a determinada questão pode deixar o seu preenchimento em branco, passando à questão seguinte.

1. Grau de satisfação global com a CCDRC, considerando toda a minha experiência de trabalho com a mesma

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Muito insatisfeito											Muito satisfeito

2. Nível de produtividade do trabalho desenvolvido na CCDRC

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Muito baixo											Muito elevado

3. Nível de qualidade do trabalho desenvolvido na CCDRC

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

4. Oportunidade de progressão profissional

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

5. Satisfação com a formação que recebo

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

6. Satisfação com as instalações, equipamentos e serviços de apoio

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

7. Grau de promoção da aprendizagem e desenvolvimento de competências

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

8. Possibilidade de conciliar a atividade profissional com a vida pessoal

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

9. Igualdade de tratamento na CCDRC (entre colegas, entre unidades orgânicas e entre homens e mulheres).

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

10. Modo como a CCDRC reconhece todo o meu trabalho, dedicação e esforço enquanto colaborador

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

11. Modo como a CCDRC reconhece as minhas competências profissionais

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

12. Sentimento de que estou a ser bem pago

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo												Muito elevado
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

13. Sentimento de que o meu nível de remuneração é justo face ao dos meus colegas na CCDRC em situação semelhante

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo												Muito elevado
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

14. Possibilidade que me é dada de participar na tomada de decisões

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo												Muito elevado
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

15. Autonomia que me é dada para planear, executar e avaliar o meu próprio trabalho

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo												Muito elevado
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

16. Realização pessoal na função que ocupo na CCDRC

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo												Muito elevado
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

17. Conhecimento do meu papel na CCDRC (o que ela espera e quer de mim)

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo												Muito elevado
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

18. Conforto e bem estar físico do meu local de trabalho (ex. temperatura, espaço, limpeza)

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo												Muito elevado
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

19. Equipamentos informáticos disponíveis (computador, impressora, etc.)

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo												Muito elevado
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

20. Apoio com que posso contar por parte da minha chefia directa

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo												Muito elevado
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

21. Preocupação e envolvimento das chefias com os colaboradores da organização

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

22. Obtenção regular de informação sobre o meu desempenho na CCDRC

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

23. Acesso e receção da informação que considero útil para o desempenho da minha função

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

24. Sentimento de que os objetivos que me estão atribuídos são adequados e possíveis de alcançar

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

25. Portal da CCDRC

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

26. Intranet

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

27. Sentimento de que é feita uma correta e justa avaliação do trabalho que desenvolvo

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

28. Ajuda, colaboração e cooperação entre colegas

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

29. Grau em que considero existir na CCDRC um ambiente de trabalho sem conflitos

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

30. Grau de participação dos colaboradores na apresentação de sugestões que visam melhorar o funcionamento da CCDRC

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

31. Aceitação e estímulo, por parte da CCDRC, de sugestões feitas por colaboradores

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

32. Sentimento de que no meu trabalho diário estou a contribuir para que a CCDRC atinja os seus objetivos globais

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

33. Conhecimento que possuo da política, estratégia e objetivos da CCDRC

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

34. Estímulo que é dado ao trabalho em equipa

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

35. Grau de interação entre os diversos serviços

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

36. Utilidade e eficácia da formação que recebo

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

37. Comunicação interna

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito elevado
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

38. Grau em que a satisfação dos utentes e parceiros é uma das maiores prioridades da CCDRC

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo												Muito elevado
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

39. Eficácia no modo como a CCDRC lida com as reclamações dos utentes

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo												Muito elevado
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

40. Qualidade dos serviços prestados pela organização

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo												Muito elevado
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

41. Vontade de recomendar a um amigo que viesse trabalhar para a CCDRC

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo												Muito elevado
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

42. Vontade de permanecer ligado à CCDRC

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo												Muito elevado
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

43. Grau em que a CCDRC se aproxima do que seria para mim uma organização ideal para trabalhar

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo												Muito elevado
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

44. Orgulho que tenho em pertencer a esta organização

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo												Muito elevado
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

45. Dedicção e empenho que tenho pela CCDRC

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito baixo												Muito elevado
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

Ações de melhoria

Identifique ações prioritárias que poderão ser desenvolvidas na CCDRC para melhorar o seu grau de satisfação/motivação?



**Inquérito externo realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2
alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro**

Questionário de Avaliação do grau de satisfação dos utentes/parceiros da CCDRC

Considerando a sua experiência de relacionamento com a CCDRC, qual é o grau de satisfação que associa a cada um dos seguintes serviços:

Presidência da CCDRC e Comissão Diretiva do Mais Centro

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito												Muito Satisfeito
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------------------

Serviços de Ambiente

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito											Muito Satisfeito
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------------------

Serviços de Fiscalização

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito											Muito Satisfeito
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------------------

Serviços de Ordenamento do Território

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito											Muito Satisfeito
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------------------

Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito											Muito Satisfeito
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------------------

Serviços de Desenvolvimento Regional

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito											Muito Satisfeito
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------------------

Divisões Sub-regionais (Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu)

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito											Muito Satisfeito
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------------------

Mais Centro - Programa Operacional do Centro

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito											Muito Satisfeito
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------------------

CCDRC e Mais Centro numa apreciação global

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito											Muito Satisfeito
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------------------